



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Instituto de Relações Internacionais- IREL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Doutorado)

Área de Concentração – Governança Global

Linha de pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Dissertação de Mestrado:

**GOVERNANÇA E POBREZA NO BENIN: UMA ANÁLISE DE 2000 A 2023 COM
PERSPECTIVAS REGIONAIS.**

Discente: Gedeon Chabi Chadrac Mathias

Orientador: Antonio Jorge Ramalho da Rocha

Brasília
2025

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de mortalidade infantil	13
Gráfico 2: PIB do Benin de 1960 a 2000	31
Gráfico 3: PIB do Benin de 2000 a 2022	34
Gráfico 4: PIB per capita comparada 2000 a 2022	55
Gráfico 5: Taxa da pobreza Benin e Gana de 2006 a 2022	57
Gráfico 6 : pobreza com US\$ 3,20 por dia do Benin	58
Gráfico 7: pobreza com US\$ 3,20 por dia de Gana	59
Gráfico 8: Taxa de mortalidade infantil 2000 a 2022	60
Gráfico 9 : Direitos civis e políticos (Freedom House)	63
Gráfico 10 : Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Benim	68
Gráfico 11: Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre Benim, Níger, Costa do Marfim, Gana e Média Global (1990-2022)	69
Gráfico 12: Governança BTI Benin 2006 a 2022	71
Gráfico 13: Participação política Benin 2006 a 2022	72
Gráfico 14: Estabilidade das instituições democráticas	73
Gráfico 15: Investimento estrangeiro direto de 2000 a 2022	75

LISTAS DE TABELA

Tabela comparativa de dados 1.	65
Tabela comparativa de dados 2:	65

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação representa não apenas o encerramento de um ciclo acadêmico, mas também o resultado de um percurso repleto de desafios, aprendizados e crescimento pessoal. Esse caminho não teria sido possível sem o apoio e a contribuição de pessoas fundamentais, às quais expresso minha profunda gratidão.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Professor Antonio Jorge Ramalho da Rocha, cuja orientação, paciência e dedicação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Seu compromisso com a pesquisa e sua generosidade intelectual foram inspirações constantes ao longo deste percurso.

Agradeço também à comunidade acadêmica do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, por proporcionar um ambiente estimulante de aprendizado e debate. Aos professores, colegas e funcionários que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação, deixo o meu sincero reconhecimento.

À minha namorada, Ana Paula da Silva Santos, minha parceira incansável, cujo apoio, carinho e compreensão foram fundamentais nos momentos mais difíceis. Seu incentivo inabalável me fortaleceu ao longo desta jornada.

Aos meus pais, Mathias Chadrac e Beria Julienne, que sempre acreditaram em mim e me ensinaram o valor da educação e da perseverança. Sem o amor, os sacrifícios e o apoio incondicional de vocês, esta conquista não seria possível.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa de Mestrado, nos últimos anos, possibilitando a realização desta pesquisa.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, meu mais sincero obrigado.

RESUMO

Esta dissertação analisa a relação entre governança e pobreza no Benin, com uma perspectiva regional e comparativa. A pesquisa parte da hipótese de que uma governança eficiente não apenas impulsiona o crescimento econômico, mas também fortalece a capacidade estatal de implementar políticas eficazes de combate à pobreza. Para isso, são utilizados indicadores como o Índice de Governança do BTI Project, o Índice de Participação Política da Freedom House e métricas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), permitindo uma análise robusta da dinâmica socioeconômica do país. A análise compara o Benin com o Gana, evidenciando como diferentes modelos de governança impactam o desenvolvimento. Enquanto Gana obteve avanços significativos na ampliação do acesso à educação e à saúde, o Benin ainda enfrenta desafios estruturais, como a instabilidade política e a precariedade da infraestrutura. Contudo, ambos os países demonstram que a boa governança é um fator essencial para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a dissertação investiga a influência de fatores históricos, como o impacto do Franco CFA na economia do Benin e o papel das instituições financeiras internacionais no desenvolvimento do país. Também são discutidas as implicações da implementação dos ODS e os desafios para a sua concretização, especialmente em contextos de fragilidade institucional. Os resultados indicam que a governança desempenha um papel central na promoção da justiça social e na redução da pobreza, sendo necessário um esforço conjunto entre governos locais e a comunidade internacional para garantir políticas públicas eficazes e inclusivas. A pesquisa contribui para o debate acadêmico e para a formulação de estratégias que possam promover um desenvolvimento mais equitativo no Benin e na África Subsaariana como um todo.

Palavras-chave: Governança, Pobreza, Desenvolvimento Sustentável, Benin, África Subsaariana.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between governance and poverty in Benin from a regional and comparative perspective. The research is based on the hypothesis that efficient governance not only drives economic growth but also strengthens the state's capacity to implement effective poverty reduction policies. To examine this, the study employs indicators such as the BTI Project Governance Index, the Freedom House Political Participation Index, and metrics from the Sustainable Development Goals (SDGs), allowing for a robust analysis of the country's socioeconomic dynamics. The study compares Benin with Ghana, highlighting how different governance models impact development. While Ghana has made significant progress in expanding access to education and healthcare, Benin continues to face structural challenges such as political instability and inadequate infrastructure. Nevertheless, both countries demonstrate that good governance is a crucial factor in achieving sustainable development. Furthermore, the dissertation explores the influence of historical factors, including the impact of the CFA franc on Benin's economy and the role of international financial institutions in the country's development. The study also discusses the implications of SDG implementation and the challenges of achieving these goals, particularly in contexts of institutional fragility. The findings indicate that governance plays a central role in promoting social justice and reducing poverty, underscoring the need for a concerted effort between local governments and the international community to ensure effective and inclusive public policies. This research contributes to the academic debate and the formulation of strategies aimed at fostering more equitable development in Benin and Sub-Saharan Africa as a whole.

Keywords: Governance, Poverty, Sustainable Development, Benin, Sub-Saharan Africa.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1: Fundamentação Teórica e Contextualização	10
1.1. Revisão da literatura: Análise das principais teorias e estudos relacionados à governança, investimento estrangeiro, pobreza e a relação entre eles	11
1.2. Perspectivas de desenvolvimento à luz da contribuição dos autores pós-coloniais	21
1.3. Contexto histórico do Benin	30
Capítulo 2: Desafios e oportunidades na governança e desenvolvimento econômico do Benin	36
1- A Influência do Franco CFA no Desenvolvimento Econômico do Benin	37
1-1 A Influência do Franco CFA nas economias africanas e a relação com a França Pós-Independência	37
1-2 O franco CFA: Um obstáculo ao desenvolvimento econômico das economias africanas?	43
1-3- A Política Monetária do BCEAO e suas Implicações para o Desenvolvimento Econômico e a Redução da Pobreza na UEMOA	47
2- Desafios e Dinâmicas na Governança e no Desenvolvimento Econômico na África Ocidental	52
2-1-1 Análise de Indicadores Econômicos e Sociais na África Subsaariana e especificamente no Benin	54
Capítulo 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Suas Implicações Globais e especialmente no Benin	79
1- Papel e os Desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Países Frágeis e o Impacto Histórico da Ajuda Internacional	80
2- Contextualização dos ODS: Introduzir o que são os ODS, destacando sua importância na agenda global pós-2015 e sua relevância para o desenvolvimento internacional.	82
3- Pobreza no Benin: Desafios e Perspectivas na Implementação dos ODS	84
3.1.1 Contextualização do ODS 1 no Benin	85
3.1.2 Desigualdade e Pobreza	89
4. Vulnerabilidade a Choques Externos	89
Conclusão	95

Introdução

O continente africano abriga atualmente a maior concentração de pessoas vivendo em extrema pobreza no mundo. Em 2016, uma reportagem do *Record Jornal*, intitulada “Mais de 380 milhões de crianças vivem em extrema pobreza”, citando dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), revelou que 385 milhões de crianças enfrentaram essa situação. A maioria dessas crianças vivia na África, enfrentando graves deficiências, como falta de acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, água potável e alimentação adequada. Entre elas, as crianças menores de quatro anos estavam em condições particularmente alarmantes, evidenciando os desafios da pobreza infantil no cenário global.

Embora, em 2022, o número de crianças vivendo em extrema pobreza tenha reduzido para 333 milhões, a África Subsaariana ainda concentrava 40% desse total. Essa região registrou o maior aumento percentual da taxa de pobreza extrema infantil na última década, de 54,8% em 2013 para 71,1% em 2022, conforme relatado pelo UNICEF Brasil (2023). No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil na África Subsaariana permaneceu alarmante, com 50 mortes a cada 1.000 nascimentos, sendo que países como Benin alcançaram índices ainda mais altos, de 55/1000, enquanto Gana apresentou números inferiores, com 33/1000.

Dados do Banco Mundial (2022) apontam que cerca de 60% da população da África Subsaariana, o equivalente a 389 milhões de pessoas, vivia em extrema pobreza, configurando-se como a maior concentração desse fenômeno em qualquer região do globo. Este cenário coloca a África como uma prioridade nos debates globais sobre pobreza e desenvolvimento, especialmente devido aos desafios estruturais e históricos que a região enfrenta. Na literatura sobre o assunto, argumenta-se que a herança do colonialismo, a dependência econômica de recursos naturais e a instabilidade política são fatores que perpetuam os altos níveis de pobreza em grande parte do continente.

Nesse contexto, é fundamental compreender as dinâmicas entre governança e pobreza, uma relação intrínseca que pode oferecer soluções sustentáveis para reduzir as desigualdades na região. O Banco Mundial (1994) define a governança como a maneira pela qual os governos exercem seu poder na administração dos recursos sociais e econômicos de uma sociedade. Então a boa governança está diretamente associada à erradicação da pobreza, pois promove a gestão eficiente dos recursos públicos.

A dissertação analisa a relação entre governança e pobreza no Benin, considerando a governança como variável independente e a redução da pobreza como variável dependente, influenciada pela participação política e pela estabilidade institucional. No entanto, essa

relação é afetada por variáveis intervenientes, como a fragilidade institucional, que limita a formulação de políticas eficazes, e a dependência do Franco CFA, que restringe a autonomia econômica. Além disso, as condições socioeconômicas locais, a influência de instituições financeiras internacionais e a participação da sociedade civil interferem na implementação de reformas e investimentos.

Buscando compreender a governança como um instrumento essencial no combate à pobreza, a pesquisa compara as trajetórias de desenvolvimento e estabilidade política do Benin e de Gana. O primeiro capítulo estabelece a base teórica e contextual, abordando como a eficiência institucional, a transparência, a participação política e a estabilidade democrática influenciam o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades. No segundo capítulo, investiga-se a relação entre governança e investimento estrangeiro no Benin, destacando o impacto da qualidade institucional na captação e gestão sustentável dos investimentos, bem como o papel do Franco CFA e das instituições financeiras internacionais na manutenção de desequilíbrios estruturais e na limitação da autonomia econômica do país.

Por fim, o terceiro capítulo discute os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas implicações globais, com foco no Benin. A análise considera os desafios históricos e estruturais do país, explorando as limitações da ajuda internacional e as estratégias para a implementação efetiva das metas sustentáveis em um contexto de fragilidade econômica e institucional.

Capítulo 1: Fundamentação Teórica e Contextualização

A governança, enquanto conceito multifacetado¹, tem sido amplamente discutida em diversas esferas acadêmicas e institucionais, dado seu papel central na gestão eficiente de recursos, na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza. Este capítulo apresenta a base teórica e contextual do estudo, estruturado a partir de uma revisão da literatura que analisa as interseções entre governança, investimento estrangeiro e pobreza, com foco nas teorias e nos dados empíricos que embasam essa relação.

A partir das definições de governança propostas por organismos como o Banco Mundial e pelas contribuições de autores renomados, é possível compreender como a eficiência institucional e a estabilidade política impactam o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, são abordadas iniciativas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que evidenciam a relevância da governança como ferramenta para a erradicação da pobreza e para a criação de um futuro mais equitativo.

Adicionalmente, este capítulo explora as desigualdades regionais e os desafios enfrentados por regiões como a África Subsaariana, onde as taxas de pobreza extrema e mortalidade infantil permanecem alarmantes. A literatura revisada também destaca a importância da participação política, da autonomia local e da boa governança como variáveis essenciais para superar esses desafios. Essa abordagem proporciona um entendimento abrangente do contexto em que o estudo se insere e reforça a pertinência de investigar os fatores que moldam as dinâmicas entre governança, pobreza e investimento estrangeiro.

Com isso, busca-se estabelecer um arcabouço teórico sólido para a análise dos dados, identificando as principais lacunas no conhecimento existente e fornecendo subsídios para futuras discussões sobre o papel das instituições e das políticas públicas no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

¹ O termo "conceito multifacetado" refere-se a um conceito que abrange diversas dimensões ou aspectos, podendo ser analisado de diferentes perspectivas ou ângulos. No contexto da governança, isso significa que o conceito não se limita a uma única definição ou a um único campo de aplicação. Ele envolve uma série de fatores, abordagens e variáveis que interagem e influenciam a forma como a governança é aplicada e entendida, seja na gestão de recursos, no desenvolvimento econômico, na redução da pobreza ou na participação política. Portanto, ao descrever a governança como um "conceito multifacetado", destaca-se que ela envolve uma diversidade de interações e perspectivas, e que seu estudo exige uma abordagem complexa que leve em conta as diferentes dimensões econômicas, políticas, sociais e institucionais.

1.1. Revisão da literatura: Análise das principais teorias e estudos relacionados à governança, investimento estrangeiro, pobreza e a relação entre eles

A governança é um conceito que tem sido abordado por várias instituições internacionais, como o Banco Mundial (1994), que a define como “a maneira pela qual os governos exercem seu poder na administração dos recursos sociais e econômicos de uma sociedade” (p.176). O Banco Mundial dedica-se ativamente a esse tema, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade dos projetos que financia. A eficiência na gestão dos recursos e a continuidade das ações são aspectos destacados por Maranhão (2009), enfatizando a importância de regras e instituições para a governança.

Nesse sentido, torna-se justificada a relevância e atualidade das abordagens que serão apresentadas no contexto acadêmico contemporâneo. Isso é respaldado pelo discurso do ex-secretário da ONU, Kofi Annan, em um artigo sobre os princípios de governança para o século XXI, emitido pelo Instituto de Governança do Canadá. Nele, Annan afirma que a boa governança é possivelmente o fator mais importante na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento “[...] *good governance is perhaps the single most important factor in eradicating poverty and promoting development*” (Graham; Amos; Plumptre, 2003, p. 1).

O relatório final da ONU – *The Millennium Development Goals Report 2015* – sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) oferece visão geral do progresso alcançado na consecução do primeiro objetivo, que é erradicar a pobreza extrema e a fome. Destaca a redução significativa da pobreza extrema globalmente, com a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$1,25 por dia, que diminuiu de 36% em 1990 para 15% em 2011. No entanto, reconhece que o progresso foi desigual entre as regiões, com a África Subsaariana ainda apresentando níveis elevados de pobreza extrema.

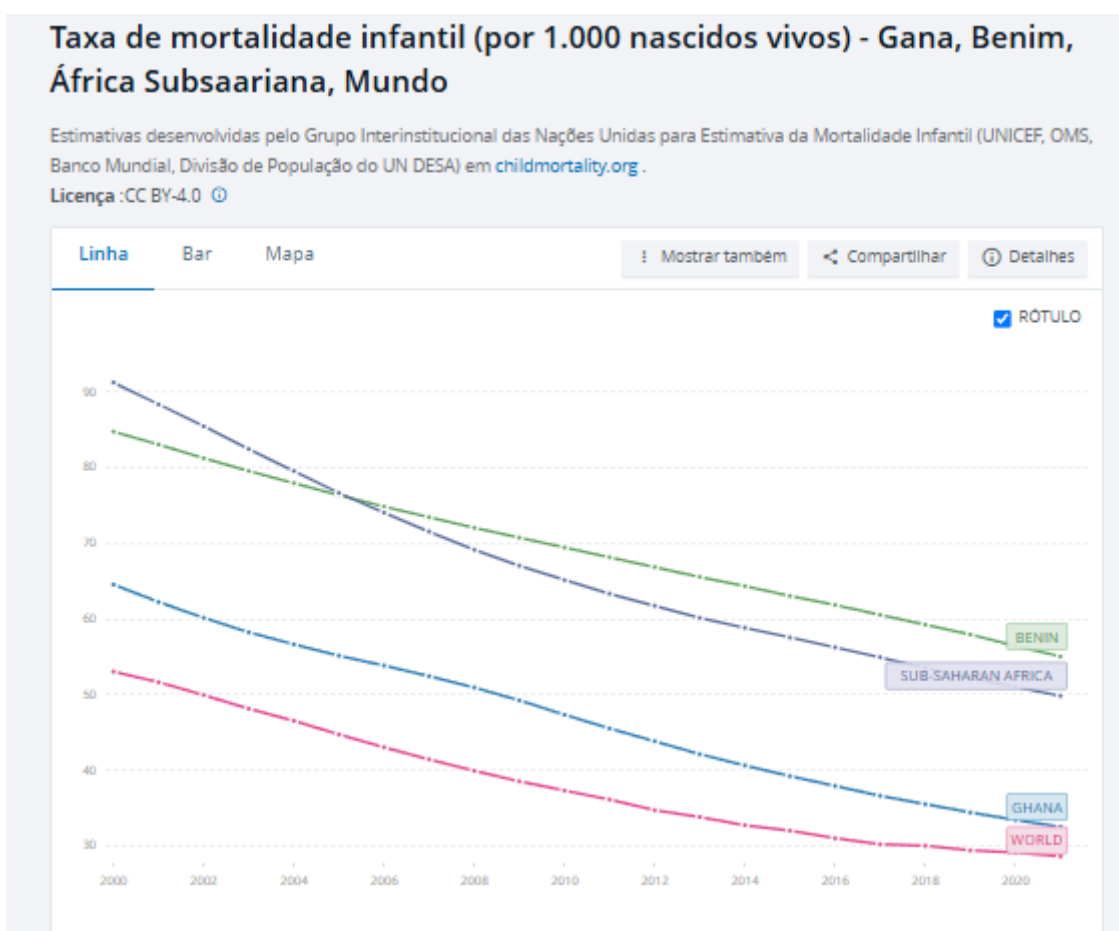
O relatório *"The Millennium Development Goals Report 2015"* abordou também a situação do emprego, destacando que a taxa global de emprego em relação à população caiu de 62% em 1991 para 60% em 2015. Ele ressaltou os desafios enfrentados pelos jovens na busca por emprego, com apenas quatro em cada dez mulheres e homens jovens com idade entre 15 e 24 anos estando empregados. Além disso, mencionou o elevado número de trabalhadores em empregos vulneráveis, com 45% de todos os trabalhadores em condições precárias.

Por outro lado, o relatório "*The Sustainable Development Goals Report 2023*" revela que, em escala global, quase um quarto dos jovens (23,5%) estavam sem escolarização, emprego ou formação em 2022. Apesar de isso representar uma leve queda em relação a 2020, ano em que a taxa de jovens nessas condições atingiu um nível recorde, esse índice ainda está acima do nível de referência de 2015 (22,2%) e está muito distante da meta estabelecida para 2030. A meta para 2030 é reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

Quanto à fome, o relatório afirma que cerca de 795 milhões de pessoas estão subnutridas globalmente, sendo 780 milhões delas residentes em regiões em desenvolvimento. Embora tenha havido progresso significativo na redução da fome, especialmente em regiões como o leste asiático e a América Latina, algumas regiões, como a África Subsaariana e o sul da Ásia, ainda apresentam níveis elevados de desnutrição. O relatório conclui que, apesar dos sucessos na redução da pobreza e da fome, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados, especialmente em regiões com altos níveis de pobreza e desnutrição. Enfatiza a necessidade de esforços contínuos para alcançar os ODMs e garantir o desenvolvimento sustentável para todos.

Em 2022, a África Subsaariana enfrentava o maior desafio de pobreza extrema, com cerca de 389 milhões de pessoas nessa situação, representando aproximadamente 60% da população da região (UNICEF, 2023). A maior parte das crianças em situação de extrema pobreza reside na África, onde a taxa de mortalidade infantil é mais elevada na África subsaariana, atingindo 50 por 1000 nascidos, comparada a 30 a nível mundial, conforme ilustrado no Gráfico 1: Taxa de mortalidade infantil do Banco Mundial abaixo. O Benin ultrapassa a média da África subsaariana, apresentando uma taxa de mortalidade infantil de 55 por 1000 nascidos.

Gráfico 1: Taxa de mortalidade infantil



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.IMRT.IN?end=2021&locations=GH-BJ-ZG&start=2000>

A taxa de mortalidade infantil é um importante indicador que mede a situação de saúde e a qualidade das ações de saúde de uma população. Ela é utilizada para avaliar a eficácia das políticas de saúde pública, identificar áreas de melhoria nos cuidados materno-infantis e direcionar recursos para reduzir a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade. A taxa de mortalidade infantil também é crucial para monitorar o progresso em saúde pública e identificar desigualdades de saúde entre diferentes populações, além de ser um importante indicador da estrutura de saneamento básico e tratamento da água (VIANNA et al., 2010).

A análise da taxa de mortalidade infantil no Benim em relação ao mundo, à África Subsaariana e a Gana entre os anos de 2000 e 2020 revela diferenças significativas nas tendências de redução. No ano 2000, o Benim apresentava uma taxa de mortalidade infantil superior a 90 mortes por 1.000 nascidos vivos. Esse valor era maior do que a média da África Subsaariana, que estava ligeiramente abaixo de 90/1000, e bem acima da média mundial, que

girava em torno de 50 por 1000 nascidos. Já Gana, nesse mesmo período, apresentava uma taxa inferior à do Benim, situando-se entre 60 e 70 mortes por 1.000 nascidos vivos.

Ao longo dos anos seguintes, observa-se uma redução constante na taxa de mortalidade infantil em todas as regiões. No ano de 2010, o Benim já havia reduzido sua taxa para cerca de 70 mortes por 1.000 nascidos vivos, enquanto a média da África Subsaariana permanecia próxima desse valor. A taxa global, por sua vez, caiu para aproximadamente 40 mortes por 1.000 nascidos vivos, e Gana conseguiu reduzir sua taxa para um patamar abaixo de 50, mantendo-se melhor posicionado que o Benim.

Em 2020, a diferença entre essas regiões se manteve evidente. O Benim alcançou uma taxa próxima de 50 mortes por 1.000 nascidos vivos, ainda superior à média global, que caiu para cerca de 30, mas semelhante à da África Subsaariana, que permaneceu na faixa de 50. Gana, por outro lado, conseguiu reduzir sua taxa para um patamar abaixo de 40 mortes por 1.000 nascidos vivos, consolidando-se como um país que teve progressos mais rápidos na redução da mortalidade infantil.

A análise dos dados mostra que, embora o Benim tenha conseguido reduzir sua taxa de mortalidade infantil ao longo das duas décadas analisadas, a queda foi mais lenta em comparação com Gana e ainda está longe da média global. A África Subsaariana como um todo segue um ritmo semelhante ao do Benim, o que indica desafios estruturais mais amplos na região.

Embora o número total de crianças em extrema pobreza tenha diminuído para 333 milhões em 2022, a África subsaariana continua enfrentando o maior percentual de crianças nessa situação, com um aumento significativo entre 2013 e 2002 de 54,8% para 71,1% (WORLD BANK, 2022).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são um conjunto de metas dentro de um acordo universal para erradicar a pobreza, preservar tudo que torna o planeta habitável e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade, agora e no futuro (DIBBERN; SERAFIM, 2022, p.4).

Adotados formalmente por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, esses objetivos, abrangendo o período de 2016 a 2030, respondem à esmagadora evidência empírica e científica de que o mundo requer uma abordagem radicalmente mais sustentável. Essas metas fornecem um quadro bem fundamentado cientificamente, politicamente aceitável e intuitivo para o público, representando a melhor oportunidade para garantir a colaboração entre governos, organizações internacionais, sociedade civil e setor privado, bem como o alinhamento necessário na implementação de abordagens globais que assegurem um futuro justo, saudável e próspero para nós, nossos filhos e netos (MORTON; PENCHEON; SQUIRES, 2017, p.82).

Os ODS, com 17 metas e 169 alvos, abrangem dimensões social, ambiental, econômica e institucional (DIBBERN; SERAFIM, 2022, p.4). É possível estabelecer conexões entre alguns objetivos e as variáveis independentes, dependentes e antecedentes consideradas. Por exemplo, o ODS1 – erradicação da pobreza – está diretamente relacionado à variável dependente da pesquisa, que é a redução da pobreza nos países analisados.

A governança – a variável independente –, a participação política e a estabilidade das instituições democráticas – as variáveis antecedentes – também podem ser associadas a objetivos específicos dos ODS, como o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Além disso, a Agenda 2030 reconhece a erradicação da pobreza como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (NETO, 2022. p.115).

A emergência do conceito de governança representa uma mudança na perspectiva do Banco Mundial, indicando uma tendência em direção a um novo entendimento universal sobre o desenvolvimento. Esse novo enfoque passa a considerar a dimensão humana e social, levando em conta aspectos políticos. Autores como Borges (2003) e Faé (2009) observam que, na década de 1990, houve uma mudança de rumo na trajetória do Banco Mundial, com maior preocupação em temas como legitimidade e consenso político, que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

A convergência entre o Banco Mundial e as Nações Unidas, evidenciada pela criação da agenda das necessidades básicas, reflete uma estratégia de segurança política nos anos 1990, com a pobreza codificada como suposta fonte de instabilidade social. A ampliação da concepção de pobreza, para além da renda, reflete críticas ao enfoque no crescimento econômico. Influenciada por Amartya Sen, a noção de desenvolvimento humano fundamentou a convergência entre o Banco Mundial e as Nações Unidas, destacando a responsabilidade local na abordagem da pobreza (MARANHÃO, 2009, p. 135-138). Essa

responsabilidade local – no caso da nossa pesquisa – se evidencia por uma das variáveis que selecionamos.

Nesse contexto, a busca por um consenso político fortaleceu o movimento em direção à melhorar a governança. A região da África Subsaariana desempenha papel importante nesse processo. Isso se deve, em parte, ao fracasso das reformas econômicas sugeridas pelo Banco Mundial, que agravaram a situação de pobreza na região (Maranhão, 2009).

O Banco Mundial (2001) reconhece que a pobreza deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional e que os esforços para combatê-la são complexos, exigindo a consideração de fatores sociais e culturais. Além disso, destaca a importância da autonomia e participação como ferramentas para enfrentar essa complexidade. Conforme descrito pela agência, "a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação." (Banco Mundial, 2001, p. 12). Por essa razão, esta pesquisa faz da participação política uma das variáveis antecedentes à governança – sendo a estabilidade das instituições democráticas a outra variável antecedente a boa governança.

Estudos na literatura têm demonstrado que práticas de boa governança podem contribuir para a redução da pobreza, principalmente por meio da promoção de oportunidades para a população. Holmes et al. (2001) enfatizam que a participação ativa dos pobres em segmentos políticos formais, de modo a influenciar diretamente a formulação de programas, pode desempenhar um papel importante na redução da pobreza. Eles destacam que a garantia da participação ocorre quando esse objetivo está presente nas instituições formais, como a legislação, que deve oferecer todo o suporte necessário.

A governança é conceituada como a habilidade de gerenciar a instabilidade social e política, analisando-a em relação à agenda do Banco Mundial. Desde os anos 1960, o BIRD concentrou-se nos países periféricos – como os países em estudo – , utilizando aspectos sociais como sustentáculo do regime econômico. Ao longo do tempo, as estratégias para lidar com a instabilidade evoluíram, mantendo a pobreza como núcleo do problema. O período da Guerra Fria até os anos 1990 destaca mudanças nas abordagens, com ênfase na década de 1960 na ameaça comunista e, na década de 1970, na proposta de Robert McNamara de controle direto das reivindicações populares. A década de 1990 testemunhou a reintrodução do ideal social durante a gestão de James Wolfensohn, respondendo às críticas às reformas neo liberalizantes (Maranhão, 2009, 135-138).

O artigo “A África no século XXI” do Professor Pio Penna Filho (2023) aborda a interseção entre economia e política na África, destacando a necessidade de as elites africanas

adotarem uma visão que promova o crescimento econômico com inclusão social. Isso implica a criação de milhares de empregos para enfrentar o desafio demográfico do continente.

Além disso, o Professor ressalta que a boa governança, o respeito aos direitos humanos, a igualdade de gênero e a promoção de práticas democráticas são fundamentais para superar o déficit democrático e social na África. A corrupção, as fraudes eleitorais, a dependência de doadores internacionais, a falta de transparência e a reduzida participação dos cidadãos na vida política são apontados como desafios a serem superados. A pobreza e a desigualdade social são destacadas como características presentes na maioria dos países africanos, sendo necessárias, para enfrentá-las, políticas públicas mais eficientes, combate à corrupção, ampliação da alfabetização e pesados investimentos em educação para enfrentar esses desafios.

O "consenso das oportunidades" representa uma redefinição do desenvolvimento, priorizando a criação de oportunidades em vez do acúmulo de riqueza na era da globalização. O aprofundamento das reformas liberalizantes coincidiu com a consolidação da doutrina da boa governança, enfatizando a importância das instituições locais no funcionamento do mercado. A sua evolução ressalta as dinâmicas sociais e culturais como determinantes na criação ou transformação de instituições voltadas para o mercado. O "consenso das oportunidades" reflete a convergência crítica, destacando a necessidade de considerar as realidades locais na busca por soluções de desenvolvimento, em contraposição à imposição de modelos externos (Maranhão, 2009, p.135-138).

Com base no artigo *"Understanding Public Policy and Good Governance in Nigeria"* de Adebawale I. Adeyeye (2022), pode-se afirmar que há uma relação intrínseca entre governança e política pública. A argumentação apresentada indica que a governança e a política pública estão interconectadas, sendo que o fracasso em uma área pode levar ao fracasso na outra. O autor defende a ideia de que, na Nigéria, a governança desempenha um papel crucial na determinação da eficácia e eficiência das políticas públicas. Se considerarmos que a política pública é vista como o mecanismo para promover o bem-estar das pessoas, a governança transparente, responsável e eficaz é essencial para garantir o sucesso dessas políticas. Portanto, pode-se inferir que a governança é apresentada como um precursor ou fator determinante para o desenvolvimento e implementação eficaz de políticas públicas. A qualidade da governança, incluindo aspectos como equidade, transparência, responsabilidade e a capacidade de implementar políticas de acordo com as necessidades populares, é considerada fundamental para o sucesso das iniciativas de políticas públicas.

Dessa forma, ao considerar a governança como fator determinante para a eficácia das políticas públicas, torna-se fundamental analisar de que maneira estratégias econômicas, como o Investimento Estrangeiro Direto (IED), podem contribuir para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. A governança eficiente, caracterizada pela transparência e pela capacidade de implementar políticas adequadas, influencia diretamente o ambiente econômico e a atratividade dos países para investimentos externos.

O impacto do IED sobre a redução da pobreza tem sido amplamente discutido na literatura econômica, especialmente em países em desenvolvimento. Embora o crescimento econômico frequentemente seja associado à melhoria das condições de vida da população, há um debate sobre a real efetividade do IED na promoção do bem-estar social. Muitos estudos sugerem que os benefícios do crescimento impulsionado pelo IED não necessariamente se traduzem em melhorias diretas para os mais pobres, exigindo políticas complementares para maximizar seus efeitos positivos (Sumner, 2005, p. 275). A falta de um impacto direto positivo do IED na redução da pobreza motivou investigações sobre seu possível efeito direto. Apesar do alcance do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) globalmente, alguns países ainda enfrentam alta pobreza, levando a questionamentos sobre os benefícios das políticas de IED (MAGOMBEYI; ODHIAMBO, 2017).

Tagore Villarim de Siqueira (2022) argumenta que, nos países em desenvolvimento, a participação nos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED) é crucial. Isso ocorre porque o IED complementa a poupança interna e ajuda na modernização da infraestrutura econômica e social desses países. Além disso, ele proporciona melhores condições para participar das Cadeias Globais de Valor (CGVs), aumentando as oportunidades de participação no comércio internacional de bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo tecnológico. Portanto, os IEDs fortalecem fatores essenciais para impulsionar o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.

Um outro estudo, realizado por Takele Wogari (2024), investigou a relação entre o investimento direto estrangeiro e o investimento doméstico privado na Etiópia. Inicialmente, observou-se que o aumento do investimento estrangeiro direto tende a ter um impacto negativo sobre o investimento doméstico privado no país. Esse fenômeno sugere que, à medida que o IED aumenta, parte dos recursos destinados ao investimento doméstico pode ser desviada para atividades relacionadas ao investimento estrangeiro, resultando em uma redução no investimento local.

Além disso, foi constatado que a volatilidade da taxa de câmbio exerce influência significativa sobre o investimento doméstico privado. Flutuações excessivas na taxa de câmbio podem gerar incerteza nos mercados, desencorajando os investidores domésticos de realizar novos investimentos. Assim, é fundamental que o governo adote medidas para estabilizar a taxa de câmbio, criando um ambiente mais propício para o investimento privado.

Outro achado relevante diz respeito à relação negativa entre o investimento doméstico privado e a taxa de inflação. A inflação pode impactar negativamente a confiança dos investidores, reduzindo o poder de compra e desestimulando investimentos de longo prazo. Isso ocorre porque a volatilidade inflacionária compromete a previsibilidade econômica, tornando o ambiente de negócios mais arriscado e reduzindo a atratividade de novos investimentos. Além disso, em muitos países emergentes, a inflação elevada leva a um aumento das taxas de juros como mecanismo de controle monetário, encarecendo o crédito e restringindo o financiamento para setores produtivos. Dessa forma, políticas monetárias e fiscais adequadas são essenciais para assegurar a estabilidade econômica, condição indispensável para a criação de um ambiente favorável ao investimento privado e ao crescimento sustentável.

O estudo evidenciou uma relação negativa entre a taxa de juros e o investimento doméstico privado. Taxas de juros elevadas podem encarecer o crédito e desestimular investimentos produtivos, especialmente em economias emergentes como a da Etiópia. Esse efeito é particularmente preocupante em países onde o acesso ao crédito já é limitado, dificultando a expansão do setor privado e a geração de empregos. Nesse contexto, a pesquisa reforça que políticas que visem à estabilização das taxas de juros, aliadas a mecanismos que ampliem o acesso ao crédito, podem ser determinantes para impulsionar o investimento privado, estimulando o crescimento econômico de forma mais equilibrada e sustentável.

A teoria econômica argumenta que o Investimento Direto Externo (IDE) traz benefícios diversos para as economias, facilitando o acesso a conhecimento, tecnologia e recursos estrangeiros, impulsionando o crescimento e o desenvolvimento econômico e elevando o bem-estar nacional (ROSSI, 2021). Ao longo do período analisado por Tagore Villarim de Siqueira (2022), que compreende os anos de 1990 a 2021, a distribuição dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) por continente apresentou uma forte concentração na Europa, América do Norte e Ásia, com uma participação média de 83% do total de IEDs mundiais. Esta tendência indica uma marcada concentração dos IEDs no hemisfério norte e em países de alta renda. A participação conjunta média desses três continentes variou na faixa entre 90% e 77% ao longo de todo o período observado.

No entanto, houve mudanças significativas nas participações de cada continente. A Europa, por exemplo, viu sua participação declinar após atingir a sua máxima de 53,1% dos IEDs mundiais em 2000, chegando a uma mínima de 8,4% em 2020, antes de se recuperar para 13,8% em 2021. Por outro lado, a Ásia, após um declínio nos anos 1990, de 26,7% em 1994 para 9,8% em 2000, apresentou uma tendência de crescimento ao longo do período, com a participação média saltando de 9,8% em 2000 para 53,9% em 2020, antes de cair para 30,1% em 2021.

Durante o mesmo período, a América do Norte, após atingir a sua máxima participação de 28,9% em 1998, alternou entre períodos de declínio e lenta recuperação, com os melhores desempenhos alcançados em 2008 (24,8%), 2015 (24,8%) e 2021 (27,0%). As Américas Latina e Caribe, assim como a África, mantiveram participações médias de, respectivamente, 9,2% e 2,7% entre 1990 e 2021.

Entretanto, a participação média da América Latina e Caribe, após atingir o seu máximo de 13,8% em 2012, passou a declinar e estagnar, chegando a 8,5% em 2021, enquanto a África demonstrou uma tendência de recuperação e crescimento, com a sua participação nos IEDs mundiais alcançando 5,2% em 2021, impulsionada pelo desempenho dos países do Oriente Médio e do norte da África.

É crucial que os governos criem condições favoráveis para atrair investidores estrangeiros. A evidência macroeconômica sugere que o IDE tem impacto positivo nos países hospedeiros ao reduzir o hiato entre poupança e investimento desejado, aumentar a capacidade produtiva, gerar empregos e elevar a remuneração média. Pesquisas microeconômicas confirmam esses efeitos positivos, destacando canais como demonstração e transferência de conhecimento por meio da rotatividade de mão de obra (ROSSI, 2021).

Peter Evans (2004) fez uma classificação segundo o progresso na consolidação da autonomia da burocracia estatal e na construção de parcerias com a sociedade civil, ambas consideradas cruciais para o desenvolvimento industrial de um país. Em escala crescente desses fatores, temos os Estados predatórios, os intermediários e os em desenvolvimento.

Segundo ele, os Estados predatórios inibem investimentos privados pois são países caracterizados pela ausência de uma burocracia weberiana, o que torna o estado vulnerável a interesses particulares e consequentemente à inibição dos investimentos privados. O segundo tipo é o desenvolvimentista, que combina efetivamente a burocracia consolidada com a penetração nas estruturas industriais, além de uma intensa atividade e inserção em redes sociais externas. Esse tipo de estado é seletivo nas intervenções, atuando como um "mecanismo de filtragem" em setores estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento industrial. Por fim, o terceiro tipo é o intermediário, que apresenta características de ambos os tipos anteriores, mas com uma menor eficácia na combinação entre a burocracia weberiana e a parceria com o setor privado (EVANS, 2004).

A relação entre investimentos estrangeiros e redução da pobreza é um tema amplamente discutido na literatura acadêmica. Conforme demonstrado por Takele Wogari (2024) e outros autores, há evidências que sugerem uma correlação positiva entre o aumento dos investimentos estrangeiros e a diminuição dos níveis de pobreza.

Nesse contexto, ao considerarmos que o continente africano concentra o menor nível de investimento estrangeiro em comparação com outras regiões do mundo, é possível inferir que essa disparidade contribui para a persistência dos altos índices de pobreza na África. A escassez de investimentos estrangeiros pode limitar o desenvolvimento econômico, a criação de empregos e oportunidades de negócios, resultando em condições socioeconômicas desfavoráveis para grande parte da população africana. Portanto, a falta de investimentos estrangeiros pode ser considerada um fator significativo para a manutenção da pobreza no continente africano.

1.2. Perspectivas de desenvolvimento à luz da contribuição dos autores pós-coloniais

Antony Anghie, em seu livro *Decolonizing the Concept of Good Governance*, examina a relação entre relações internacionais, colonialismo e a construção do conceito de "boa governança". O autor argumenta que esse conceito está intrinsecamente ligado a uma trajetória histórica de imperialismo e racismo, moldando as práticas de governança em contextos não ocidentais. Anghie enfatiza que uma abordagem histórica é essencial para compreender como a noção de "boa governança" foi instrumentalizada para justificar intervenções imperialistas e sustentar relações de dominação sobre povos não europeus, frequentemente sob o discurso de desenvolvimento e modernização.

Anghie discute como a ideia de "boa governança" tem sido amplamente utilizada no campo das Relações Internacionais, mas carece de um significado específico, sendo frequentemente empregada de maneira que pode perpetuar desigualdades. Ele menciona que, desde o século XVI, as normas internacionais têm sido utilizadas como ferramentas para civilizar e desenvolver estados não europeus, muitas vezes sob a justificativa de que esses estados eram "inferiores" e precisavam de orientação.

O autor também critica a forma como a "boa governança" é frequentemente conectada aos direitos humanos, argumentando que essa conexão pode ser enganosa, pois muitas vezes serve para justificar intervenções que, em última análise, não beneficiam os povos que se pretende ajudar. Anghie destaca que, embora a linguagem dos direitos humanos seja poderosa, ela pode ser utilizada para encobrir as realidades do imperialismo contemporâneo, onde as potências ocidentais continuam a exercer controle sobre os países do Terceiro Mundo sob a bandeira da "boa governança".

Além disso, o livro explora a evolução do conceito de governança ao longo do tempo, desde as suas raízes no direito natural até a sua transformação em um instrumento de controle político e econômico no contexto da globalização. Anghie argumenta que a governança, como entendida hoje, muitas vezes ignora as vozes e as necessidades dos povos que se pretende governar, perpetuando um ciclo de dominação e exclusão.

O autor conclui que, para realmente descolonizar o conceito de "boa governança", é necessário um exame crítico das histórias e das estruturas de poder que moldaram as relações internacionais. Ele defende que a compreensão das dinâmicas históricas e raciais é essencial para desenvolver uma abordagem mais justa e equitativa em relação à governança global. O livro, portanto, não apenas critica as práticas atuais, mas também propõe uma reavaliação das narrativas que sustentam a governança internacional, enfatizando a necessidade de uma mudança fundamental na forma como entendemos e aplicamos esses conceitos.

No contexto da governança e da pobreza no Benin, a obra *Postcolonialism and Development*, de Cheryl McEwan, oferece uma perspectiva crítica que enriquece a análise das dinâmicas de desenvolvimento. McEwan argumenta que, embora exista um debate significativo sobre a possibilidade de construir um conhecimento pós-colonial nos estudos de desenvolvimento, ainda há uma lacuna de diálogo entre esses dois campos. A autora ressalta a necessidade de reconhecer o papel central da linguagem e da representação, bem como a influência do discurso de desenvolvimento e seus impactos materiais sobre a vida das populações afetadas por políticas de desenvolvimento.

Adicionalmente, McEwan sugere que a incorporação de abordagens pós-coloniais nos estudos de desenvolvimento pode proporcionar uma compreensão mais profunda das realidades contemporâneas, incluindo práticas de desenvolvimento participativo e movimentos de resistência global. Essa perspectiva é especialmente pertinente ao contexto do Benin, onde as vozes locais e os saberes indígenas precisam ser valorizados nas práticas de governança e desenvolvimento, desafiando narrativas dominantes que frequentemente marginalizam essas experiências.

McEwan enfatiza que o desenvolvimento não deve ser entendido exclusivamente como uma criação europeia ou norte-americana, mas também como um processo moldado pela agência e pela resistência do Sul global. Essa abordagem crítica promove uma reflexão mais ampla sobre as interconexões entre o Norte e o Sul, sublinhando que as desigualdades globais são um problema compartilhado que impacta a todos, independentemente de sua localização geográfica. Dessa forma, a obra de McEwan constitui uma base teórica robusta para examinar as complexidades da governança e da pobreza no Benin, incentivando um diálogo mais inclusivo e crítico no campo das políticas de desenvolvimento.

O liberalismo, como conceito central nas Relações Internacionais, destaca-se por sua influência na democracia, paz e prosperidade econômica. No entanto, há uma grande falta de consideração pela África e suas contribuições à tradição liberal. Acadêmicos africanos debatem a necessidade de uma democracia mais ampla, além de criticarem a abordagem liberal ocidental, que muitas vezes não se adapta à realidade africana (ODOOM & ANDREWS, 2016, p 9-10).

A dependência de modelos estrangeiros pode até perpetuar divisões sociais. Propostas como o Ujamaa de Nyerere desafiam noções convencionais de democracia, enquanto a perspectiva africana oferece ideias valiosas para o entendimento global (ODOOM & ANDREWS, 2016, p 9-10). Segundo Hannah Boesl (2023), Ujamaa é um conceito introduzido por Julius Nyerere que se traduz como "família" ou "fraternidade". Baseado no socialismo africano, Ujamaa enfatiza valores comunitários, igualdade e participação, inspirados nas sociedades africanas pré-coloniais onde a terra era de propriedade comunitária e a riqueza era distribuída de forma igualitária. Formalizado na Declaração de Arusha em 1967, Ujamaa tornou-se a estratégia oficial de desenvolvimento da Tanzânia, focando na autossuficiência e na cooperação econômica. O conceito visava criar uma economia igualitária através da organização coletiva da produção e da vida comunitária nas vilas rurais.

Os regimes de soberania aplicados à Bélgica, Suíça e Congo foram significativamente diferentes. A Bélgica, desde a sua fundação em 1830, foi capaz de conquistar vastas

extensões de terras africanas para formar o Congo, devido aos regimes de soberania instituídos pelas grandes potências europeias. Por outro lado, a Suíça, apesar de ser um estado fraco e descentralizado, foi protegida e assistida pelas potências europeias, o que permitiu sua sobrevivência e expansão. Já o Congo, como uma entidade africana, foi submetido a regimes de soberania que minaram sua capacidade de se consolidar como um estado independente e autônomo. (GROVOGUI, 2002). Essas diferenças nos regimes de soberania tiveram impactos significativos nas relações políticas e econômicas desses países, como mostra ODOOM e ANDREWS (2016).

O estado tem sido a principal unidade de análise nas Relações Internacionais (RI), mas sua aplicação eurocêntrica até o século XX não se traduziu bem na África, resultando em conflitos. A emergência de atores não estatais, como movimentos de libertação nacional em Angola, mostra que o estado nem sempre reflete os interesses de todos os grupos étnicos. Conflitos armados na África frequentemente resultam não da fraqueza do estado, mas de tentativas de construção estatal forçadas por modelos westfalianos (ODOOM & ANDREWS, 2016).

A permissividade do regime de soberania europeu impactou a corrupção e a má gestão econômica em Zaire/Congo de várias maneiras. Em primeiro lugar, a permissividade permitiu que o ditador Mobutu Sese Seko e seus associados se envolvessem em corrupção e desvio de fundos públicos, levando o país à beira da falência financeira. Além disso, as instituições bancárias suíças, protegidas por regulamentações de sigilo estabelecidas pelo estado, forneceram canais para essas transações, permitindo a transferência líquida de poder e riqueza da África para a Europa (GROVOGUI, 2002).

As perspectivas africanas podem enriquecer a compreensão da democracia liberal no contexto internacional ao questionar as suposições ocidentais sobre a democracia liberal. Os debates conduzidos por acadêmicos africanos identificaram a necessidade de ampliar o espaço democrático e discutir os atributos democráticos em relação aos agentes sociais. Por exemplo, a interpretação africana da democracia enfatiza o comunitarismo e envolve uma deliberação de ampla base, a construção de consenso e a reconciliação de pontos de vista, o que questiona as suposições ocidentais sobre a democracia liberal.

As perspectivas africanas oferecem potencial para inovar, revisar e eventualmente substituir algumas das "histórias" convencionais que foram contadas nas relações internacionais (ODOOM & ANDREWS, 2016).

Os exemplos concretos de comportamentos dos Estados na África que escapam à explicação tradicional da teoria das relações internacionais incluem a recusa dos líderes

africanos em cumprir compromissos internacionais, como a prisão de líderes acusados de crimes contra a humanidade, bem como sua relutância em criticar publicamente os abusos aos direitos humanos cometidos por outros líderes africanos. Esses comportamentos coletivos e as motivações subjacentes desafiam as explicações tradicionais da teoria das relações internacionais, destacando a necessidade de repensar os conceitos e narrativas convencionais neste campo (ODOOM & ANDREWS, 2016).

No *As Formas Africanas de Auto-Inscrição*, Achille Mbembe discute as tendências intelectuais que emergiram ao longo dos últimos três séculos, buscando conferir autoridade simbólica a elementos do imaginário coletivo africano. O autor compara essas tendências com metanarrativas como a filosofia alemã e o messianismo judaico, destacando a falta de força excepcional e criatividade em muitas delas.

Achille Mbembe aponta que o desenvolvimento de concepções que poderiam explicar o significado do passado e presente africanos através da referência ao futuro foi impedido por dois tipos de historicismo: o "economicismo" e a "metafísica da diferença" (MBEMBE, 2001, p. 173).

O primeiro, descrito como "democrático, radical e progressista", utiliza categorias marxistas e nacionalistas para desenvolver um imaginário da cultura e política, destacando a manipulação da retórica da autonomia, resistência e emancipação como critérios de legitimidade para o discurso "africano" autêntico. O segundo fluxo concentra-se na ênfase da "condição nativa" e promove a ideia de uma identidade africana única, baseada na pertença à raça negra. Ambos os fluxos são influenciados por eventos históricos como escravidão, colonialismo e apartheid, e estão em constante evolução para resistir à globalização, reafirmar a metafísica da diferença e reivindicar a tradição e a utopia de uma africanidade equivalente à negritude (MBEMBE, 2001, p. 173-174).

Em primeiro lugar, devo observar que a temática do anti imperialismo se exauriu. Isso não significa, no entanto, que o pathos da vitimização foi transcendido. Na verdade, este debate foi revivido durante os anos 80 e 90, na forma de uma crítica aos programas de ajuste estrutural e às concepções neoliberais sobre as relações entre o Estado e o mercado. Neste ínterim, a ideologia do pan-africanismo defrontou-se com a realidade dos Estados nacionais que, ao contrário do que tradicionalmente se falava, haviam se tornado menos artificiais do que se pensava. Mas, o mais significativo movimento é aquele que esboça uma junção entre o velho imaginário da "revolução" e do "anticolonialismo", a velha temática antiimperialista, com as teses nativistas. Fragmentos destes imaginários estão atualmente se combinando para oporem-se à globalização, para relançarem a metafísica da diferença, para reinvocarem a tradição e reviverem a utopia de uma africanidade que é a equivalência da negritude (MBEMBE, 2001, p.191).

A corrente de pensamento marxista e nacionalista carrega consigo uma dualidade entre o voluntarismo e a vitimização, caracterizando-se por quatro elementos principais. Em primeiro lugar, há uma falta de reflexão e uma visão instrumental do conhecimento e da ciência, que são vistos como úteis apenas para servir à luta partidária. A segunda característica é uma concepção mecânica e reificada da história, atribuindo causalidade a entidades fictícias, mas consideradas determinantes da vida e do trabalho do sujeito. Em seguida, há o desejo de destruir tradições e a crença na identidade conferida pela divisão de classes sociais, negando as múltiplas bases do poder social. Por fim, essa corrente de pensamento se relaciona de forma polêmica com o mundo, contradizendo definições ocidentais da África, denunciando ações do Ocidente e procurando estabelecer uma voz autêntica para os africanos (MBEMBE, 2001, p 175-178)

Nesse contexto de estagnação da pobreza no continente africano, a fala de Achile Mbembe aponta para quatro pontos que podem contribuir para a perpetuação desse cenário.

O primeiro ponto refere-se a falta de reflexividade e instrumentalização do conhecimento. Isso sugere que, em vez de buscar soluções baseadas em evidências e reflexões críticas, certas correntes de pensamento preferem utilizar o conhecimento e a ciência de forma seletiva para promover agendas de lutas partidárias. Isso na nossa opinião pode levar a políticas que não abordam efetivamente as causas subjacentes da pobreza e da estagnação econômica e que consequentemente pioram a vida dos africanos.

O segundo ponto diz respeito à visão mecânica da história e à negação de responsabilidade. Ao atribuir causalidade a entidades fictícias e invisíveis e enfatizar a violência como meio para a autodeterminação, essas correntes podem perpetuar uma mentalidade de vitimização e negação de responsabilidade pelas condições socioeconômicas adversas. Tal perspectiva pode limitar o reconhecimento de estratégias internas para o desenvolvimento, que incluem iniciativas autônomas de governança, inovação local e mobilização social.

O desejo de destruir a tradição e suposição sobre a classe operária: Ao desconsiderar a importância da tradição e da diversidade de agenciamentos para a emancipação, essas correntes podem ignorar formas alternativas de desenvolvimento e empoderamento comunitário. Além disso, ao supor que a classe operária é o único agente prático para a atividade emancipatória, pode-se negligenciar outras formas de organização e resistência que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas na África.

Em última análise, a relação polêmica com o mundo, baseada em rituais retóricos, pode dificultar a cooperação internacional e o engajamento construtivo com outras nações e instituições. Isso pode resultar em isolamento diplomático e dificultar o acesso a recursos e oportunidades que poderiam ajudar a impulsionar o desenvolvimento econômico e social na África pois o continente africano vive em um mundo cada vez mais globalizado.

Esses pontos destacados apontam para desafios que podem contribuir para a estagnação da pobreza no continente africano, destacando a importância de abordagens mais reflexivas, inclusivas e colaborativas para promover o desenvolvimento sustentável e a prosperidade para todos os africanos. Isso não implica tomar partido entre o imperialismo, o globalismo, o pan-africanismo ou qualquer outra ideologia, mas sim enfatiza a busca por soluções concretas para o problema da pobreza no continente, reconhecendo que essa questão persiste e que precisamos resolvê-la.

Partindo dos ensinamentos de GROVOGUI (2002) podemos afirmar que: a pobreza na África pode ser problematizada a partir das consequências dos regimes de soberania impostos durante o período colonial e das dinâmicas socioeconômicas resultantes.

Primeiramente, a colonização deixou um legado de exploração de recursos naturais e mão de obra, que não beneficiou as populações locais. As estruturas econômicas criadas durante esse período frequentemente favoreciam as potências colonizadoras e deixavam as economias africanas dependentes de commodities e vulneráveis a flutuações nos preços globais. Além do mais, as fronteiras arbitrárias estabelecidas antigamente pelas potências colonizadoras muitas vezes dividiram grupos étnicos e culturais, gerando conflitos internos e instabilidade política. Essa fragmentação dificultou a construção de estados eficazes e a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável (GROVOGUI (2002).

Outro aspecto a ser considerado é o legado de infraestrutura inadequada e falta de investimento em serviços básicos durante o período colonial. Muitos países africanos enfrentam desafios significativos em termos de acesso à água potável, saneamento, saúde e educação, o que perpetua o ciclo de pobreza e desigualdade (GROVOGUI (2002). Uma análise recente do UNICEF (2023) revela que 190 milhões de crianças e adolescentes em dez países africanos enfrentam uma ameaça tripla relacionada à água: falta de água, saneamento e higiene adequados, doenças relacionadas e riscos climáticos. Esta situação é mais crítica em países como Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, Nigéria e Somália, tornando a região da África Ocidental e Central uma das mais afetadas.

Por outro lado, a instabilidade e conflitos armados exacerbam a dificuldade de acesso à água potável e saneamento para crianças e adolescentes. A análise destaca a urgência de investimentos em soluções para evitar mortes evitáveis e garantir um futuro sustentável. O UNICEF pede maior investimento no setor, fortalecimento da resiliência climática e prioridade às comunidades vulneráveis.

Para compreender e enfrentar de maneira eficaz a pobreza na África, é fundamental analisar não apenas as condições econômicas atuais, mas também os fatores históricos e estruturais que influenciaram a situação dos países africanos. Esse entendimento exige uma abordagem que vá além das medidas imediatas de combate à pobreza, incluindo reformas estruturais e investimentos contínuos no desenvolvimento sustentável e na capacitação local, priorizando soluções de longo prazo.

No caso do Benin, a análise da governança e da pobreza entre 2000 e 2022 deve necessariamente levar em conta tanto as dinâmicas históricas quanto as contemporâneas que definem as relações de poder e perpetuam a exclusão social. A colonização e suas consequências desempenham um papel central nesse contexto, tendo deixado marcas profundas nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Assim, compreender o impacto desse legado é essencial para identificar os desafios enfrentados atualmente e propor estratégias eficazes para superá-los.

Além disso, abordar a pobreza no Benin requer uma visão que integre políticas públicas inclusivas e o fortalecimento das instituições locais. Investir na educação, saúde e infraestrutura, ao mesmo tempo em que se promove a boa governança e a transparência, são passos cruciais para romper os ciclos de pobreza e desigualdade. Portanto, é preciso um esforço conjunto que envolva tanto os governos locais quanto a comunidade internacional, garantindo que as ações tomadas respeitem as especificidades culturais e as necessidades locais. Dessa forma, será possível construir um futuro mais justo e equitativo para o Benin e para a África como um todo.

A expansão do sistema europeu de Estados, conforme discutido na tese de João Nackle, demonstra como a colonização impactou a soberania dos povos indígenas, resultando em um modelo de governança que frequentemente desconsidera as realidades locais e silencia as vozes dos grupos marginalizados. Nackle argumenta que a colonização não é um fenômeno restrito ao passado, mas uma realidade ainda presente, que continua a moldar as estruturas sociais e políticas, contribuindo para processos persistentes de exclusão social e empobrecimento.

Além disso, a abordagem de Nackle (2015) sobre a necessidade de reconhecer as soberanias indígenas e restaurar terras esbulhadas ressalta a importância de incorporar as vozes locais na formulação de políticas públicas. Essa inclusão não apenas fortalece a democracia participativa, mas também possibilita o aproveitamento de conhecimentos tradicionais que podem contribuir para estratégias de desenvolvimento sustentável mais eficazes e adaptadas às realidades locais. A exclusão sistemática dessas comunidades das decisões políticas não apenas reforça desigualdades históricas, mas também limita a adoção de soluções inovadoras e contextualmente relevantes para o enfrentamento da pobreza.

A análise das relações internacionais deve, portanto, considerar como a governança global e as políticas de desenvolvimento continuam a ser moldadas por um paradigma eurocêntrico, que marginaliza as experiências e necessidades dos povos não ocidentais. Essa marginalização é especialmente evidente em muitos contextos africanos, incluindo o Benin, onde as políticas de desenvolvimento frequentemente falham em abordar as causas estruturais da pobreza e da exclusão social.

A principal vantagem dessa abordagem reside na ampliação da concepção de governança, que pode passar a incorporar perspectivas locais e descentralizadas, permitindo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. No caso do Benin, a intersecção entre governança e pobreza pode ser analisada à luz das dinâmicas históricas da colonização e das práticas contemporâneas que perpetuam a marginalização das comunidades locais. A inclusão das vozes dessas comunidades e o reconhecimento de suas soberanias são fundamentais para construir modelos de governança mais equitativos, que promovam a autodeterminação e o desenvolvimento socioeconômico de maneira sustentável.

Vejamos como esse debate contribui para examinar a experiência do Benin.

1.3. Contexto histórico do Benin

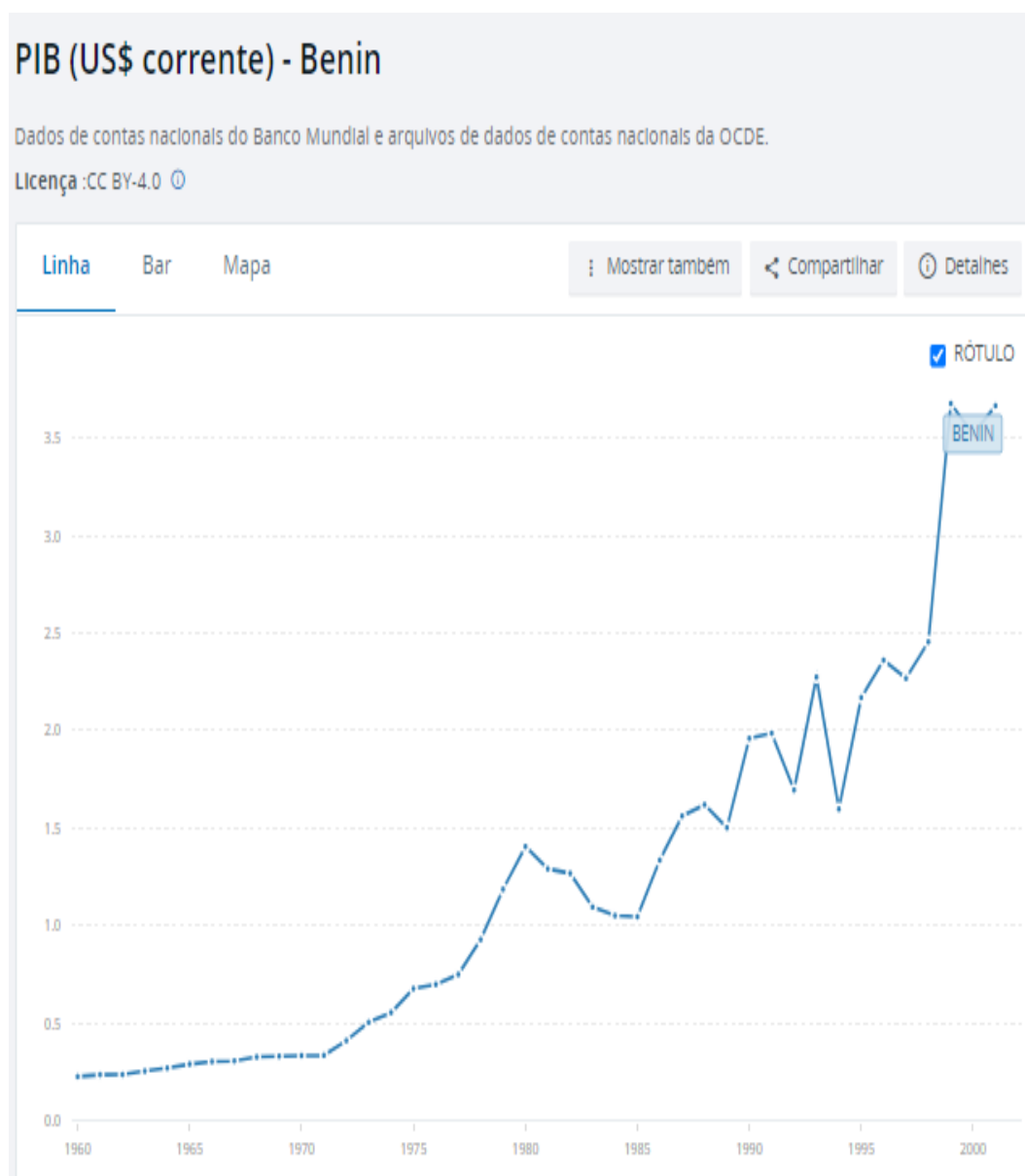
As consequências do processo de descolonização para a configuração do capitalismo incluem a redução do fluxo de recursos financeiros para os estados de bem-estar social, resultando em crises fiscais. Além disso, a descolonização afeta a legitimidade política no presente, uma vez que o direito de ter direitos dentro de um estado e ser considerado um objeto legítimo de políticas públicas ou beneficiário de provisão de bem-estar tende a estar associado à capacidade de demonstrar pertencimento histórico à nação. A descolonização também tem implicações mais amplas para a configuração do mundo compartilhado, indo além das relações capital-trabalho e desafiando a centralidade da classe nas análises do capitalismo (BHAMBRA, 2021)

Nos anos de 1988-89 como mostra a Corinne Adélakoun (2008, p.4-5), o Benin, especialmente sua capital, Cotonou, foi palco de protestos intensos e tensões sociais. O país enfrentava greves, os salários dos funcionários públicos estavam atrasados por vários meses, os bancos nacionais estavam à beira da falência e as contas bancárias estavam congeladas. Essa situação econômica desencadeou uma crise política que levou à queda do regime de Mathieu Kérékou, que estava no poder há 17 anos. A crise financeira do Estado desempenhou um papel significativo no colapso do regime e no aumento da intensidade das reivindicações, possivelmente mais do que em qualquer outro lugar. Foi nesse contexto que Kérékou anunciou, em 7 de dezembro de 1989, o abandono do regime marxista-leninista e a convocação de uma conferência nacional (BANEGAS, 1995).

A conferência nacional foi um espaço de debate, de negociação e de consenso, onde se decidiu pela instalação de um regime democrático multipartidário, pelo respeito aos direitos humanos e pela separação dos poderes. A conferência também elegeu um presidente interino, o arcebispo Isidore de Souza, que ficou encarregado de conduzir o processo de transição até as eleições livres e transparentes de 1991. Nessas eleições, Nicéphore Soglo, que havia sido primeiro-ministro do governo provisório, derrotou Kérékou no segundo turno e se tornou o primeiro presidente eleito democraticamente no Benin (ADÉLAKOUN, 2008).

No início dos anos 1990, a conferência nacional do Benin se tornou um modelo a ser seguido por vários estados africanos. A experiência do Benin inspirou outros países africanos a seguirem o mesmo caminho e a realizarem suas próprias conferências nacionais, como o Congo, o Gabão, o Mali, o Níger, o Togo e o Zaire. No entanto, nem todos os casos tiveram o mesmo sucesso ou a mesma legitimidade que o Benin. Alguns foram manipulados pelos regimes autoritários ou resultaram em conflitos violentos. Por isso, o Benin é considerado um caso exemplar de transição pacífica e consensual para a democracia na África (BANEGAS,1995).

Gráfico 2: PIB do Benin de 1960 a 2000



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2000&locations=BJ&start=1960>

O gráfico 2 destaca de forma clara o crescimento econômico do Benin ao longo das décadas, especialmente sob a influência da estabilidade política. Em 1960, o PIB do Benin estava abaixo da marca de um bilhão de dólares, e permaneceu nesse patamar até 1970. No entanto, o período mais impressionante foi entre 1990 e 2000, após a conferência nacional do Benin, quando o país testemunhou um notável salto econômico. Durante esses dez anos, o PIB aumentou de 1,97 bilhão para 3,67 bilhões de dólares, evidenciando claramente os benefícios de um ambiente político estável na economia.

Essa conferência nacional marcou o início da transição democrática no Benin. Vale ressaltar que, inicialmente, ela foi organizada para canalizar o descontentamento popular. Kérékou, com a orientação astuta dos doadores internacionais, concebeu a conferência nacional como uma forma de gerenciar a crise e uma maneira inteligente de sair do impasse. No entanto, contrariando suas expectativas, ao final dessa conferência, eleições foram convocadas e, em 1991, o povo beninense testemunhou a primeira alternância política no país desde que Kérékou assumiu o poder em 1972 (ADÉLAKOUN, 2008).

Quando Mathieu Kérékou – ex-golpista e chefe de estado do regime de partido único marxista-leninista de Benin de 1972 a 1990 – venceu a segunda eleição presidencial livre do país em 1996, sua vitória suscitou muitos temores quanto ao futuro da transformação política e econômica, uma transformação que havia começado de forma tão promissora com a Conferência Nacional em 1990. Apesar das preocupações, o retorno de Kérékou não prejudicou as conquistas da liberalização política após a conferência nacional de 1990, houve a separação do exército da política e a liberdade de imprensa, uma transição política pacífica, graças ao funcionamento eficaz do sistema de votação e ao engajamento da sociedade civil (ADÉLAKOUN, 2008, p 5-6). Dois anos após o início do segundo mandato democrático de Kérékou – ele foi reeleito em 2001 –, pode-se afirmar que o pior foi evitado e que conquistas essenciais de transformação foram preservadas (BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX, 2003, p 1).

Com o retorno de Kérékou e sua equipe, no entanto, o país perdeu aquele poder formativo dinâmico que o havia distinguido no passado. A comunidade internacional de doadores, que esteve envolvida no Benin em grande escala desde 1990, tem pressionado, com uma probabilidade constantemente decrescente de sucesso, para a implementação de reformas-chave pendentes nas esferas social e econômica. A estabilidade e a tranquilidade ainda admiráveis do processo político dependerão, a médio prazo, do sucesso dessas reformas (BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX, 2003, p 1).

Na virada deste século, o Benin estava entre os países mais pobres do mundo. Trinta e quatro por cento da população (60% nas áreas rurais) viviam em condições de pobreza extrema, e, apesar de dados macroeconômicos favoráveis, o governo carecia de um programa claro para remediar as disparidades existentes. As mulheres e os jovens sem qualificações educacionais eram especialmente afetados pela pobreza. Devido a um setor de educação que não estava orientado para atender à demanda, a taxa de analfabetismo era mais alta do que a média, mesmo pelos padrões africanos, e estava em 61% (77% para mulheres). Os intelectuais do Benin, por outro lado, eram considerados a elite intelectual da África francófona desde os tempos coloniais (BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX, 2003, p. 5).

As desvantagens estruturais enfrentadas pelas mulheres, tanto politicamente quanto em termos de educação, acesso a recursos de terra, emprego e remuneração, haviam mudado pouco nos anos anteriores. A parte norte do país (em particular a Província de Atacora) também estava estruturalmente prejudicada em seu desenvolvimento devido à infraestrutura fraca." (BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX, 2003, p. 5).

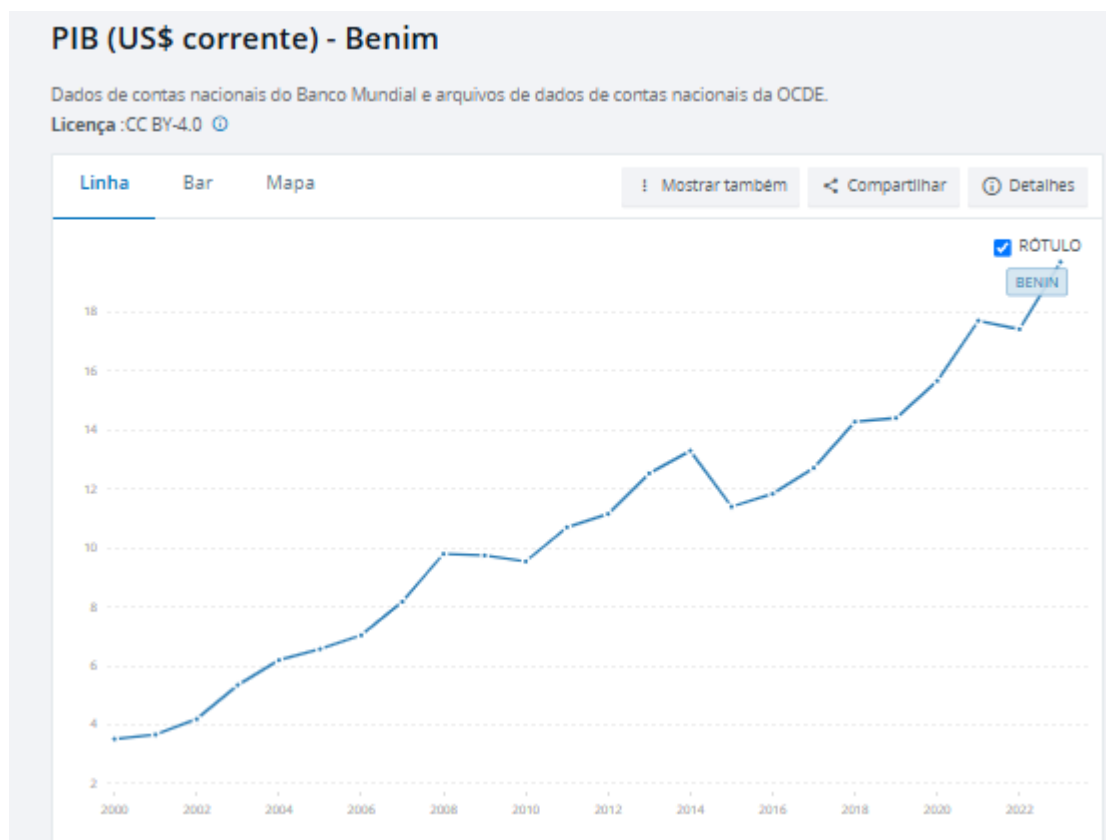
As reformas iniciadas pelo Presidente Patrice Talon pouco depois de tomar posse em 2016 desencadearam uma crise política sem precedentes no Benim. As alterações ao sistema partidário e às regras eleitorais em 2018 excluíram os partidos da oposição das eleições parlamentares, levando à violência em 2019. Isto abalou a estabilidade democrática do país. (Bertelsmann Stiftung, 2022).

Economicamente, o plano de ação do governo melhorou as infra-estruturas, mas a falta de financiamento prejudicou alguns projectos. Apesar do impressionante crescimento do PIB, como mostra o gráfico² abaixo, havia preocupações sobre o duplo papel de Talon como presidente e empresário. Indicadores sociais como a pobreza e o desenvolvimento humano continuaram a ser um desafio e o Benim procurou recursos do sector privado, que permaneceu pequeno. Entretanto, o país demonstrou resiliência ao lidar com a pandemia da COVID-19. Globalmente, o Benim enfrenta desafios políticos e econômicos contínuos

² O gráfico apresenta a evolução do PIB do Benim em dólares americanos correntes ao longo do tempo, com dados provenientes do Banco Mundial e da OCDE. A partir de 2016, observa-se um crescimento contínuo do PIB, evidenciando uma trajetória ascendente que indica uma expansão econômica sustentada. No entanto, por volta de 2020, há uma desaceleração momentânea, possivelmente resultante dos impactos da pandemia de COVID-19, que afetou economias em escala global. Apesar desse período de incertezas, o PIB do Benim retoma rapidamente sua trajetória de crescimento, atingindo níveis mais elevados em 2022 e 2023. A tendência geral é positiva, demonstrando a resiliência da economia do país ao longo dos últimos anos. Esse crescimento pode estar relacionado a diversos fatores, como investimentos em infraestrutura, ampliação da produção agrícola e industrial, além da implementação de políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

(Bertelsmann Stiftung, 2022).

Gráfico 3: PIB do Benin de 2000 a 2022



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2023&locations=BJ&start=2000>

A fundamentação teórica e contextualização apresentadas neste primeiro capítulo visam demonstrar a relevância de se compreender a boa governança como instrumento de luta contra a pobreza. Ao estabelecer uma base conceitual sólida, o capítulo evidenciou como a boa governança, caracterizada pela eficiência institucional, transparência, participação política e estabilidade democrática, desempenha um papel central no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais. O exame das definições de governança, conforme propostas por instituições como o Banco Mundial e a ONU, permitiu compreender como políticas públicas bem estruturadas podem contribuir para a erradicação da pobreza ao fomentar investimentos, ampliar oportunidades e garantir serviços essenciais para a população mais vulnerável.

Além disso, cabe ter presente que os parâmetros internacionais, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçaram a necessidade de fortalecer as instituições como estratégia de longo prazo para enfrentar os desafios socioeconômicos. O capítulo destacou, ainda, a importância da participação política e da autonomia local, evidenciando como essas variáveis influenciam a

capacidade dos Estados de implementar políticas eficazes contra a pobreza.

O caso da África Subsaariana, comentado na revisão da literatura, ilustrou como a ausência de uma governança eficiente perpetua ciclos de pobreza extrema, enquanto modelos bem-sucedidos demonstram que a construção de instituições sólidas pode gerar transformações significativas. Assim, este capítulo apresentou conceitos úteis e parâmetros de comparação para subsidiar as discussões subsequentes, argumentando que a governança não é apenas um fator coadjuvante, mas um elemento central para a promoção do desenvolvimento sustentável e a superação da pobreza em diversas regiões do mundo.

Capítulo 2: Desafios e oportunidades na governança e desenvolvimento econômico do Benin

Este capítulo, propõe uma análise sobre os complexos fatores que moldam a realidade socioeconômica do país. O capítulo inicia-se com um enfoque na influência do Franco CFA, moeda que simboliza a relação histórica e contemporânea do Benin e outros países africanos com a França.

A seção "A Influência do Franco CFA no Desenvolvimento Econômico do Benin" examina como essa moeda, criada durante o período colonial, permanece central na economia dos 14 países que integram as uniões monetárias africanas. Apesar de oferecer estabilidade em regiões historicamente marcadas por crises financeiras, a dependência do Franco CFA reflete tensões de um passado colonial não totalmente superado, que ainda impacta a soberania econômica das nações envolvidas. Essa dependência é explorada no contexto do conceito de "Françafrique", termo que sintetiza os laços políticos e econômicos entre França e suas ex-colônias, frequentemente criticados por perpetuar dinâmicas de dominação.

O capítulo também aborda o papel das instituições financeiras internacionais e dos modelos de industrialização adotados nas primeiras décadas pós-independência, destacando como escolhas econômicas centralizadas ou dependentes de potências externas limitaram o desenvolvimento sustentável. A análise vai além, considerando as transformações nos anos 2000, com o "boom africano" e os esforços regionais de integração econômica.

Por fim, a narrativa situa o Benin em um contexto de desafios históricos, como a herança de estruturas coloniais, e oportunidades emergentes, incluindo a diversificação econômica e a atração de investimentos estrangeiros. Ao longo do texto, enfatiza-se a necessidade de reformas estruturais que promovam maior autonomia econômica, ressaltando que a superação de barreiras históricas é crucial para que o país alcance um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

1- A Influência do Franco CFA no Desenvolvimento Econômico do Benin

1-1 A Influência do Franco CFA nas economias africanas e a relação com a França Pós-Independência

Para compreender a complexa relação entre governança, investimento estrangeiro e pobreza no Benin, é crucial começar pela análise do Franco CFA, a moeda utilizada no país. Embora os países africanos francófonos tenham conquistado a independência há mais de meio século, com presidentes eleitos, governos nacionais e parlamentos próprios, continuam significativamente dependentes da França em áreas cruciais, especialmente na economia.

Desde a independência na década de 1960, a França manteve um controle econômico através do Franco CFA, uma moeda comum às colônias francesas criada em 1945 e conhecida por sua estabilidade na África subsaariana. O Franco CFA é utilizado por 14 países africanos: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, que formam a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), e Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade, que compõem a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) (BEDZIGUI, 2012).

A zona do franco, definida desde 1967 como uma zona contratual baseada em convenções de contas de operações, passou de uma área de influência colonial para um sistema monetário regional, unindo mais de 137 milhões de habitantes. Desses, mais de 80 milhões de africanos de 14 Estados pertencem às Uniões Monetárias da África Central e Ocidental, compartilhando o franco CFA. As outras moedas do sistema incluem o franco comoriano, o franco CFP e o franco francês, substituído pelo euro na União Econômica e Monetária Europeia (DIALLO, 2002).

A Zona Franca tem suas origens na década de 1920, mas foi oficialmente estabelecida em 1945, com a criação do franco CFA. Esse sistema foi concebido para proteger as colônias francesas da desvalorização do franco francês, oferecendo uma moeda estável para fomentar o comércio e o desenvolvimento econômico nas regiões coloniais. Durante os anos 1950, começaram a surgir os primeiros órgãos públicos dedicados à emissão do franco CFA, substituindo a responsabilidade que antes era exercida exclusivamente pela Banque d'Afrique Occidentale (BEDZIGUI, 2012).

Com o avanço dos processos de descolonização, a independência dos países africanos exigiu ajustes no sistema. Em 1958, a formação da Comunidade Franco-Africana marcou um

ponto de transição para a Zona Franca, reestruturando seus mecanismos e adaptando-os às novas realidades políticas e econômicas. Esse reordenamento resultou na criação de bancos centrais regionais, que passaram a administrar a política monetária de forma conjunta em diferentes blocos africanos. Essa estrutura permanece até hoje, gerando debates sobre sua relevância e os impactos da dependência monetária em relação à França no contexto do franco CFA (BEDZIGUI, 2012).

A zona do franco sobreviveu às independências coloniais e evoluiu para um espaço de integração econômica e monetária na África. Mesmo criticada, esse arranjo é um exemplo único no mundo devido à originalidade e solidez de seu funcionamento, que resistiu até ao desaparecimento do franco francês com a unificação monetária europeia. A unificação das moedas europeias tem raízes no século XIX, quando houve várias tentativas de criar uniões monetárias, como a União Alemã e a União Latina. Essas uniões, apesar de duradouras, acabaram falhando devido à complexidade e falta de experiência. No entanto, a ideia de uma união monetária não foi abandonada e a Comunidade Europeia desenvolveu uma prática de cooperação monetária desde 1972, culminando na criação do Sistema Monetário Europeu (SME) em 1979. Esse sistema visava estabilizar as taxas de câmbio através de taxas-pivô e margens de flutuação (DIALLO, 2002).

Um olhar histórico permite compreender a relação entre integração financeira e dominação política. A história da África pós-independência pode se dividir em três períodos: as primeiras décadas após a independência (anos 1950-1970), a crise e o ajuste estrutural (anos 1980-1990) e o "boom africano" (anos 2000-2010). Na independência, os Estados africanos herdaram estruturas estatais limitadas, incapazes de atender às necessidades de suas populações. Isso levou a uma dependência crescente de financiamentos internacionais e do investimento estrangeiro, resultando em acusações de neocolonialismo. O poder estatal centralizado passou a dominar os sistemas políticos, adotando modelos de industrialização estatal com pouco sucesso (LIPPOLIS, 2024).

Regimes "neocoloniais" como Costa do Marfim e Quênia adotaram modelos econômicos estatizantes, e regimes "Afro-marxistas" como Etiópia e Moçambique dependeram da cooperação com países nórdicos e europeus da OTAN. O Banco Mundial, posteriormente criticado, não se opunha aos modelos desenvolvimentistas africanos, alinhando-se ao consenso keynesiano-desenvolvimentista do pós-guerra. Os sistemas financeiros dos países africanos recém-independentes foram dominados pelo Estado. Nos principais países anglófonos, a presença estatal aumentou com novos bancos públicos e

parcerias com bancos estrangeiros. Nos francófonos, os arranjos contaram com o apoio da "Françafrique" (LIPPOLIS, 2024).

O termo "Françafrique", cunhado em 1955 pelo presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, surgiu para expressar o desejo de diversos líderes africanos em manter relações políticas, militares e econômicas estreitas com a França. Houphouët-Boigny buscava destacar a ligação amistosa entre seu país e a França, caracterizando-se como uma amizade informal entre as duas nações. Assim, o conceito de "Françafrique" enfatiza a relação informal e amigável entre a França e os países africanos. Consequentemente, toda a construção histórica dessa relação com os governos pós-independência, especialmente desde Charles de Gaulle, não se baseia apenas em uma diplomacia tradicional entre estados soberanos, mas está intrinsecamente ligada à criação de laços pessoais de amizade entre os chefes de estado (BANKOLE, 2020, p 51-52).

Por muito tempo, a França foi uma grande potência colonial, cujo desenvolvimento econômico se baseou na exploração de matérias-primas e riquezas naturais que ela podia obter a baixo custo nos territórios sob seu domínio (produtos agrícolas e florestais, petróleo, minerais, etc.). O fim do império colonial na década de 1960, no entanto, não a impediu de manter posições privilegiadas, especialmente na África Ocidental, apoiando-se em uma rede cultural, presença militar, controle de uma zona monetária (franco CFA) e estabelecendo relações estreitas com líderes políticos locais geralmente colocados no poder pela França e dispostos a atender à antiga potência colonial em troca de benefícios e apoio que ela lhes proporcionava, gerando com isso uma diplomacia paralela (CAPRON, 2009).

O documentário "Françafrique", dirigido por Patrick Benquet, expõe a diplomacia oculta que permeia as relações franco-africanas desde a independência do continente. Com orientação do jornalista Antoine Glaser, o filme rastreia essa história desde os primórdios, quando Jacques Foccart, conselheiro africano de Charles de Gaulle, iniciou essa diplomacia, em 1960 (PROVENZANO, 2010).

O documentário revela os segredos bem guardados, apresentando testemunhos de figuras políticas e econômicas envolvidas nessa "diplomacia paralela," incluindo manipulações políticas em nações africanas, financiamento de campanhas com recursos do petróleo e sua continuidade através das administrações francesas, até os tempos atuais. Embora a "Françafrique" persista, líderes africanos agora competem por influência, desafiando o equilíbrio global. Esse filme ilumina práticas antigas, intrigas e a evolução geopolítica na África (PROVENZANO, 2010).

A Françafrique designa uma rede nebulosa de atores econômicos, políticos e militares, tanto na França quanto na África, organizada em lobbies e circuitos de influência, com foco na apropriação de duas fontes principais de renda: os recursos naturais e a ajuda pública ao desenvolvimento. A lógica dessa exploração consiste em restringir qualquer iniciativa que esteja fora do círculo de privilegiados. Esse sistema, que se degrada continuamente, tende a se reciclar através da criminalização. Ele é, por natureza, hostil à democracia. O termo também sugere uma relação confusa, uma proximidade quase doméstica que beira a promiscuidade (CAPRON, 2009, p. 3).

Para Michel Capron (2009), o termo "Françafrique" refere-se à expressão de um conjunto de interesses políticos, econômicos e comerciais ligados a interesses pessoais guiados pela corrupção, nepotismo e malversação. Lauranne Provenzano (2010) também vai nessa direção ao afirmar que a "Françafrique" se resume em controlar os presidentes africanos, sua riqueza e influência, e fazer deles os aliados preferidos da França. Segundo ela, isso seria resquício de um mundo onde tudo é permitido, e da independência até a realização do documentário, nada teria mudado nessa relação especial.

A política e as práticas apoiadas pelos governos franceses nos últimos cinquenta anos eram justificadas pela necessidade de garantir o abastecimento de energia – petróleo e urânio – para a independência energética da França. A França, sem recursos de carvão, petróleo ou gás em seu próprio território, procurou petróleo no exterior por meio de suas empresas nacionais e extraiu principalmente urânio de suas antigas colônias. O nacionalismo econômico também desempenhou um papel, equiparando os sucessos comerciais das grandes empresas aos sucessos nacionais. No entanto, o envolvimento francês na África diminuiu diante da concorrência asiática, limitando-se principalmente às indústrias extrativas (CAPRON, 2009).

Geneviève Sagno (2017), compartilhando a mesma orientação que outros autores citados acima, qualificou a Françafrique de “uma rede paralela política e econômica entre a França e suas antigas colônias africanas”, acrescentando que ela precisa ser reformada. Ele afirmava – desde 2017 – que o Presidente da França, Emmanuel Macron, precisava acabar com essa relação entre a França e o continente africanos pois os africanos estão cada vez mais resistentes à presença do antigo colonizador, especialmente devido à ameaça terrorista no Sahel e às condições precárias enfrentadas por um grande número de migrantes que são rejeitados às portas da Europa.

Em 1999, o euro foi introduzido como moeda única, substituindo gradualmente as moedas nacionais dos Estados-membros da UE. O Reino Unido, Dinamarca e Suécia optaram por não adotar o euro. A criação do euro impactou moedas como o franco CFA, que tinha

estreitos vínculos com o franco francês. Com a adoção do euro pela França, surgiram questões sobre a continuidade da cooperação monetária com os países da zona do franco, uma preocupação que afeta tanto os países africanos quanto os parceiros europeus na moeda única (DIALLO, 2002).

A cooperação internacional, tanto bilateral quanto multilateral, manteve-se como a principal fonte de financiamento para os Estados africanos no período pós-independência. Durante a Guerra Fria, o alinhamento geopolítico também garantiu recursos significativos, apesar da posição periférica da África na política externa dos EUA e da URSS. Essas fontes de financiamento, no entanto, não impunham exigências rigorosas quanto à gestão econômica, o que impactou a governança e a sustentabilidade financeira de muitos países africanos (LIPPOLIS, 2024).

No contexto da cooperação monetária, os Estados africanos estabeleceram acordos internacionais complexos, particularmente com a França. Na África Central, a Convenção de Cooperação Monetária de 1972, posteriormente revisada pelo Tratado de N'Djamena de 1994, levou à criação da CEMAC e da UMAC, formalizadas pela Convenção de Libreville de 1996. Na África Ocidental, o Tratado de 1973 foi reforçado pelo Tratado da UEMOA de 1994, consolidando a estrutura monetária da região (DIALLO, 2002).

A França firmou acordos de cooperação monetária com os membros da BEAC (1972), da UEMOA (1973) e das Comores (1979), além de estabelecer convenções de contas de operações. A zona do franco, que inclui o franco francês, o CFP, o franco comoriano e o franco CFA, também está sujeita à influência da União Europeia, especialmente após o Tratado de Maastricht. Além disso, os países africanos pertencentes à zona do franco integram outras comunidades regionais, como a CEEAC e a CEDEAO, promovendo uma integração econômica mais ampla (DIALLO, 2002). Esses arranjos monetários, embora facilitem a estabilidade cambial e a previsibilidade financeira, também levantam desafios para a autonomia econômica e a governança dos Estados africanos, influenciando suas políticas fiscais, sua soberania monetária e a capacidade de implementar estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

A partir da perspectiva de Capron (2009) e Provenzano (2010), a dependência monetária e econômica da África Ocidental e Central em relação à França perpetua uma governança fragilizada e desigual, impactando diretamente os níveis de pobreza no Benin e em outros países da região. Esse cenário limita a autonomia dos governos africanos na formulação de políticas econômicas, restringindo sua capacidade de investimento em setores estratégicos, como infraestrutura, educação e saúde.

A configuração da governança nesses países continua sendo fortemente influenciada por elites políticas que, em muitos casos, mantêm laços estreitos com a França. Essa dinâmica garante a estabilidade de interesses externos, mas, simultaneamente, compromete o desenvolvimento local. Em vez de fortalecer instituições democráticas e promover um crescimento econômico inclusivo, esse modelo reforça um ciclo de dependência que favorece a corrupção e a perpetuação de regimes pouco comprometidos com o bem-estar social.

Além disso, a relação entre investimento estrangeiro e pobreza no Benin é diretamente afetada por essa dependência estrutural. Embora o franco CFA proporcione relativa estabilidade monetária, sua vinculação ao euro e o controle exercido pelo Tesouro francês limitam significativamente a soberania econômica dos países africanos. Como consequência, a capacidade do governo beninense de implementar políticas que incentivem a produção local e a industrialização é reduzida, dificultando a geração de empregos e o aumento da renda da população.

Diante desse contexto, esses autores entendem que a superação desse ciclo de dependência requer a revisão do atual sistema monetário e econômico, promovendo maior autonomia dos governos africanos e estimulando políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social. Sem transformações estruturais significativas, a governança nesses países continuará sujeita a interesses externos, e a pobreza permanecerá como um desafio central no Benin e em outras nações da região.

1-2 O franco CFA: Um obstáculo ao desenvolvimento econômico das economias africanas?

O artigo de Kako Nubukpo (2015) analisa os prós e contras da manutenção do franco CFA nas economias africanas, oferecendo visão equilibrada dos impactos dessa moeda. Entre as vantagens, Nubukpo destaca a estabilidade monetária proporcionada pela vinculação do franco CFA ao euro, o que pode ajudar a reduzir a inflação e criar um ambiente favorável para investimentos e crescimento econômico a longo prazo. Além disso, a centralização das reservas cambiais promove uma forma de solidariedade financeira entre os Estados da zona do franco, permitindo uma gestão coletiva e a mutualização dos riscos. A utilização de uma moeda comum também pode impulsionar a integração econômica regional e reduzir os custos de transação entre os países.

Por outro lado, o artigo aponta várias desvantagens associadas ao franco CFA. A baixa intensidade das trocas comerciais entre os países da zona do franco limita os benefícios de uma moeda comum e pode dificultar a integração econômica regional. A vinculação ao euro também pode reduzir a competitividade das exportações africanas nos mercados internacionais, afetando negativamente a balança comercial e o crescimento econômico. Além disso, o sistema enfrenta problemas como o subfinanciamento crônico, com restrições ao crédito e aversão ao risco que podem limitar o crescimento e os investimentos necessários.

Nubukpo conclui que, embora o franco CFA ofereça vantagens como estabilidade e solidariedade financeira, suas desvantagens podem prejudicar o desenvolvimento das economias africanas. O artigo sugere que reformas são essenciais para adaptar a gestão do franco CFA às necessidades de desenvolvimento dos países da zona, a fim de superar os desafios e promover um crescimento econômico sustentável.

De acordo com Yann Bedzigui, em sua obra *La Zone Franc: Un Reliquat d'Avenir* (2012), a Zona do Franco exerce uma influência de grande relevância sobre a política monetária e a estabilidade econômica dos países africanos que dela fazem parte. Criada como um instrumento de ligação econômica entre a França e suas antigas colônias, a Zona do Franco inclui atualmente diversas nações africanas que compartilham uma moeda comum – o franco CFA –, cuja paridade é fixa em relação ao euro. Essa estrutura monetária desempenha um papel central na definição das políticas econômicas desses países, tanto em termos de estabilidade quanto de desafios estruturais.

Primeiramente, Bedzigui aponta que a paridade fixa entre o franco CFA e o euro proporciona um nível elevado de estabilidade monetária para os países membros. Essa

estabilidade, segundo ele, é fundamental para gerar confiança nos mercados internacionais e, consequentemente, atrair investimentos estrangeiros. Além disso, um ambiente monetário previsível facilita o comércio entre os países da Zona do Franco e com outros mercados internacionais, ao eliminar as incertezas associadas às flutuações cambiais.

No entanto, Bedzigui observa que, embora essa estabilidade seja uma vantagem teórica, ela não se traduziu em um crescimento econômico significativo no período analisado. Entre 2007 e 2010, a taxa média de crescimento econômico na Zona do Franco foi de 4,3%, inferior à média de 5,4% registrada no restante do continente africano. Esses dados indicam que, apesar da estabilidade proporcionada pela paridade fixa, os países da Zona do Franco enfrentam limitações que comprometem seu desenvolvimento econômico.

Além da questão da paridade cambial, Bedzigui analisa o papel desempenhado pelos bancos centrais da Zona do Franco, como o BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental) e o BEAC (Banco dos Estados da África Central). Ele destaca que essas instituições seguem uma política monetária predominantemente orientada para o controle da inflação e a estabilização dos preços. Embora essa abordagem seja alinhada às práticas monetaristas convencionais, Bedzigui argumenta que ela não se adequa às características específicas das economias africanas. Segundo ele, essas economias possuem níveis relativamente baixos de financiarização e necessitam de políticas mais voltadas ao crescimento e ao desenvolvimento.

Uma das críticas centrais de Bedzigui é a falta de um envolvimento ativo dos bancos centrais em iniciativas que promovam o desenvolvimento econômico nos países membros. Ele sugere que as políticas monetárias poderiam ser estruturadas de maneira a utilizar parte das reservas cambiais acumuladas para financiar projetos de infraestrutura e outros setores estratégicos. Na visão do autor, isso contribuiria significativamente para o crescimento sustentável e para a redução das disparidades econômicas internas e regionais. A falta de flexibilidade nas políticas monetárias, entretanto, limita essas possibilidades e mantém os países da Zona do Franco em uma posição de dependência estrutural.

Outro aspecto crucial analisado por Bedzigui é a relação de dependência dos países da Zona do Franco em relação ao Tesouro francês, que atua como o garantidor final da conversibilidade do franco CFA. Para manter essa relação, os países membros são obrigados a depositar uma parcela significativa de suas reservas de câmbio em uma conta especial junto ao Tesouro francês. Essa exigência cria o que Bedzigui descreve como uma relação assimétrica entre a França e os países africanos da Zona do Franco. Embora essa estrutura

ofereça a segurança de uma conversibilidade garantida, ela também impõe restrições severas à autonomia econômica e política dos países membros.

Bedzigui enfatiza que essa dependência representa uma limitação significativa à soberania monetária dos países africanos. A incapacidade de conduzir políticas monetárias independentes impede que essas nações respondam de forma adequada às suas próprias necessidades econômicas e aos desafios específicos de suas economias. Além disso, a exigência de depósitos no Tesouro francês significa que os países africanos da Zona do Franco perdem o acesso a recursos que poderiam ser utilizados para investimentos internos, perpetuando uma situação de subdesenvolvimento econômico.

Por fim, o autor argumenta que a Zona do Franco, em sua forma atual, representa uma relíquia do passado colonial, cuja estrutura beneficia desproporcionalmente a França em detrimento das economias africanas. Ele conclui que, para que os países da Zona do Franco alcancem um crescimento econômico mais robusto e sustentável, será necessário repensar profundamente o papel dessa estrutura monetária e as relações econômicas subjacentes. Isso inclui não apenas uma revisão das políticas monetárias implementadas pelos bancos centrais, mas também uma reavaliação do papel da França e do impacto da paridade fixa com o euro na competitividade dessas economias.

A análise de Bedzigui levanta questões fundamentais sobre o futuro da Zona do Franco e a necessidade de buscar soluções que promovam maior autonomia econômica e desenvolvimento sustentável para os países africanos pois apesar da existência de uma moeda comum, o franco CFA, a falta de integração econômica real entre os países membros compromete a eficácia das políticas de desenvolvimento e restringe sua autonomia econômica.

As trocas entre as economias da União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) são estruturalmente fracas, variando entre 10% e 15% do PIB regional dependendo dos anos. Essa fraqueza do comércio intracomunitário não é surpreendente, na medida em que as economias da UEMOA mantêm uma inserção primária no comércio internacional, elas são mais substituíveis do que complementares entre si. O exemplo típico é o do algodão, cuja fibra é exportada em 97% sem transformação. Seis dos oito estados que formam a UEMOA exportam a fibra de algodão. É evidente que há pouco interesse para o Mali em exportar sua fibra para Burkina Faso e vice-versa, considerando que esses estados estão em busca de divisas para financiar suas importações de bens e serviços. De fato, a real extravasão das economias da UEMOA torna quase irrelevante o fato de compartilhar a mesma moeda, no caso, o franco CFA (NUBUKPO, 2015, p 72-73).

Christian de Boissieu, ex-presidente do Conselho de Análise Econômica do governo francês, levanta um ponto crucial sobre a eficácia da zona franca na África. Ele argumenta que, ao contrário do modelo europeu, onde a moeda única foi a etapa final de um processo gradual de integração econômica, a zona franco africana seguiu um caminho diferente, começando com a cooperação monetária e apenas depois buscando uma integração econômica mais ampla. De Boissieu observa que, na prática, a estabilidade monetária proporcionada pela zona franca não teve um impacto significativo no crescimento do comércio intra-africano. Isso sugere que a abordagem adotada na África, que inverte a sequência observada na Europa, pode ter limitações e que os efeitos reais da estabilidade monetária são menos robustos do que o esperado. Esta análise destaca a complexidade e os desafios de implementar políticas de integração econômica em contextos diferentes, onde a estabilidade monetária por si só não garante o avanço econômico desejado. (NUBUKPO, 2015, p. 73).

A ancoragem do franco CFA ao euro afeta a competitividade das economias da UEMOA de várias maneiras significativas. Primeiramente, a rigidez do ancoramento do franco CFA ao euro pode tornar as exportações dos países da UEMOA menos competitivas nos mercados internacionais, especialmente quando o euro está forte. Isso pode resultar em uma redução dos rendimentos de exportação e limitar o crescimento econômico. Especificamente, o impacto sobre as cadeias agrícolas é notável; o ancoramento ao euro afeta fortemente a competitividade das cadeias agrícolas da África Ocidental, como a do algodão, em um mercado global que tende a ser desfavorável. Os produtos agrícolas, frequentemente componentes importantes das exportações, podem se tornar menos atraentes devido a preços menos competitivos (NUBUKPO, 2007).

Devido ao atrelamento do franco CFA ao euro (DIALLO, 2002), uma moeda forte, as economias da UEMOA sofrem de um problema de competitividade-preço nas exportações. Uma moeda forte atua como um imposto sobre as exportações e uma subvenção sobre as importações, dificultando o equilíbrio da balança comercial. A análise da evolução da taxa de câmbio efetiva real (TCER) permite apoiar essa constatação. Diversos estudos empíricos evidenciam uma supervalorização do franco CFA em cerca de 10% (NUBUKPO, 2015, p. 73).

De fato, o TCER da zona se valorizou no período de 1999-2014, resultando em uma perda de competitividade para as economias domésticas. O estudo do TCER é primordial, pois se trata de um indicador de competitividade global. Suas variações em relação à tendência de equilíbrio de longo prazo alteram os sinais dos mercados e geram custos de

ajuste significativos. Seja positivo ou negativo, um desalinhamento do TCER reflete uma política cambial inadequada e induz à má alocação dos recursos produtivos, podendo levar a uma crise prolongada, capaz de comprometer os esforços de desenvolvimento e as dinâmicas de crescimento (NUBUKPO, 2015, p 73).

Outra questão crítica é a dificuldade de ajustar a taxa de câmbio. Devido à ancoragem, a BCEAO tem pouca margem de manobra para ajustar a taxa de câmbio em resposta às mudanças nas condições econômicas. Isso pode impedir os ajustes necessários para melhorar a competitividade. A potencial sobrevalorização da moeda é um problema adicional; o euro, sendo uma moeda forte, promove a sobrevalorização do franco CFA em relação às moedas dos países com os quais a UEMOA tem relações comerciais. Isso pode tornar as importações mais baratas e as exportações mais caras, desequilibrando a balança comercial (NUBUKPO, 2007).

O impacto na política monetária também é significativo. A ancoragem limita a autonomia da BCEAO em termos de política monetária, pois ela deve seguir os movimentos das taxas de juros do BCE, mesmo que isso nem sempre seja adequado para os ciclos econômicos da UEMOA. Isso pode levar a políticas monetárias pró-cíclicas que não favorecem o crescimento e a competitividade. O ancoramento do franco CFA ao euro pode ter efeitos negativos sobre a competitividade das economias da UEMOA ao limitar sua capacidade de ajustar a taxa de câmbio e tornar suas exportações menos competitivas nos mercados internacionais (NUBUKPO, 2007).

1-3- A Política Monetária do BCEAO e suas Implicações para o Desenvolvimento Econômico e a Redução da Pobreza na UEMOA

As economias da zona do franco CFA são marcadas por um subfinanciamento crônico, cuja origem está tanto nas metas das duas principais autoridades monetárias da região – o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) para a UEMOA e o Banco dos Estados da África Central (BEAC) para a CEMAC – quanto à aversão ao risco do sistema bancário local. Em relação ao primeiro aspecto, o principal objetivo das duas instituições é a defesa da taxa de câmbio entre o franco CFA e o euro, frequentemente à custa de outras prioridades como a estabilidade dos preços ou o crescimento econômico. A persistência do "programa monetário", que determina mensalmente os volumes de crédito a serem concedidos pelos bancos, ilustra essa prioridade (NUBUKPO, 2015, p 73-75).

Antes de 1989, o BCEAO controlava o crédito bancário através de um sistema que alocava volumes específicos de crédito a cada país da UEMOA, refletindo uma abordagem de gestão por quantidades em um contexto de baixa relevância das taxas de juros. Esse sistema persiste, com o objetivo de evitar que o excesso de crédito cause importações massivas e possíveis desvalorizações do franco CFA. O resultado é um controle rígido da liquidez bancária, mantendo um sistema que prioriza a defesa do câmbio em detrimento do financiamento do desenvolvimento econômico (NUBUKPO, 2015, p 73-75).

O segundo aspecto, a aversão ao risco do sistema bancário, decorre diretamente desse controle monetário. A pressão para defender a taxa de câmbio do franco CFA em relação ao euro leva a uma repressão financeira, na qual o crédito é restrito para evitar a saída de divisas. Além disso, a estrutura oligopolística do setor bancário na UEMOA contribui para a rigidez das taxas de juros e limita o financiamento de longo prazo e o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas. Essa dinâmica resulta na acumulação excessiva de reservas cambiais. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos externos líquidos da UEMOA totalizavam 5.208 bilhões de francos CFA (7,9 bilhões de euros), enquanto os da CEMAC atingiam 8.387 bilhões de francos CFA (12,4 bilhões de euros), correspondendo a taxas de cobertura da emissão monetária de 84,3% e 89,8%, respectivamente. Em 12 de outubro de 2012, durante um discurso em Dakar, François Hollande incentivou os governadores dos bancos centrais da zona do franco CFA a utilizarem de forma mais ativa essas reservas para fomentar o crescimento econômico. No entanto, a prática continua a ser restritiva, mantendo a prioridade na defesa do regime cambial em detrimento do financiamento da economia real (NUBUKPO, 2015, p.75).

O BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental) adota uma meta de inflação de 2% como principal objetivo de política monetária da UEMOA (União Econômica e Monetária Oeste-Africana) (DIALLO, 2002, p 19-20). Esta meta é uma reprodução da política do Banco Central Europeu (BCE), devido ao vínculo do franco CFA ao euro. Contudo, em um regime de câmbio fixo com livre circulação de capitais, a BCEAO não pode manter uma política monetária independente da zona euro, conforme o “triângulo das incompatibilidades de Mundell”. Este arranjo institucional limita a capacidade do BCEAO de definir seus próprios objetivos de política monetária (NUBUKPO, 2015, p 76).

A escolha de uma meta de inflação de 2% pode ser vista como uma necessidade devido ao regime de câmbio fixo, o qual exige uma política de preços estável para evitar a deterioração das contas externas e a sobrevalorização da moeda. No entanto, essa meta é criticada por ser excessivamente restritiva para economias em desenvolvimento que precisam

de um crescimento mais robusto. A literatura econômica sugere que políticas monetárias restritivas podem ter efeitos recessivos, e modelos neostruturalistas apontam que uma inflação moderada poderia estimular o crescimento econômico (NUBUKPO, 2015, p 76).

Portanto, segundo Kako Nubupko (p.79), o BCEAO poderia considerar uma política monetária mais expansionista, com uma meta de inflação mais alta, para promover um crescimento econômico mais forte e sustentável. A adoção de um regime cambial mais flexível e uma melhor coordenação entre políticas monetárias e fiscais são passos importantes para enfrentar os desafios econômicos da UEMOA e buscar um desenvolvimento mais efetivo.

As implicações das reservas de câmbio excessivas detidas pela BCEAO junto ao Tesouro francês são variadas e possuem múltiplas repercussões. Primeiramente, há um custo de oportunidade significativo, pois a manutenção de grandes reservas implica que esses recursos poderiam ser utilizados para financiar despesas de infraestrutura ou para amortizar parte da dívida externa, reduzindo assim os pagamentos de juros. Além disso, existe o custo de esterilização: para evitar que o aumento da liquidez resultante da acumulação de reservas provoque inflação, os bancos centrais podem vender instrumentos internos com taxas de juros frequentemente mais altas do que aqueles em que as reservas estão investidas, gerando um custo adicional (NUBUKPO, 2007).

Outro impacto importante é o custo de revalorização. Se a moeda do país se valoriza em relação às moedas nas quais as reservas estão investidas, podem ocorrer perdas orçamentárias. Além disso, a detenção de reservas excessivas pode influenciar a política monetária ao criar uma ilusão de segurança financeira, o que pode dissuadir as autoridades de tomar medidas necessárias para estimular o crescimento econômico. Essa situação de extravasão é evidente quando se observa que a manutenção de reservas significativas junto ao Tesouro francês pode ser percebida como uma priorização das relações monetárias externas em detrimento das necessidades internas das economias da UEMOA (NUBUKPO, 2007).

Por fim, a acumulação de reservas também pode resultar em perda de autonomia para a BCEAO, tornando-a mais dependente das políticas monetárias da França e da zona do euro. Esse fenômeno tem um impacto direto na economia local, uma vez que os recursos comprometidos na manutenção de reservas excessivas não são investidos internamente, o que pode restringir o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países da UEMOA. Portanto, as reservas de câmbio excessivas detidas pela BCEAO junto ao Tesouro francês

podem ter consequências negativas significativas sobre a eficácia da política monetária, a alocação de recursos e o crescimento econômico da região (NUBUKPO, 2007).

A gestão do franco CFA pela BCEAO e as implicações de suas políticas monetárias (DIALLO, 2002, p 84) podem ter um impacto direto na redução da pobreza nos países da UEMOA, através de diversos mecanismos. Primeiramente, a ineficácia da política monetária da BCEAO, especialmente sua incapacidade de estimular o crescimento econômico, pode limitar a criação de empregos e a geração de renda, afetando negativamente os esforços de redução da pobreza. Além disso, as reservas de câmbio excessivas mantidas pela BCEAO não são investidas na economia local, o que pode retardar o desenvolvimento econômico e projetos que contribuiriam para a redução da pobreza (NUBUKPO, 2007).

A competitividade reduzida é outro fator crucial. O ancoramento rígido do franco CFA ao euro pode tornar as exportações dos países da UEMOA menos competitivas, impactando os rendimentos dos exportadores e, conseqüentemente, aumentando os níveis de pobreza. A política monetária pró-cíclica da BCEAO pode agravar as flutuações dos preços dos alimentos, afetando diretamente as famílias pobres que dedicam uma grande parte de seus rendimentos à alimentação. Além disso, as altas taxas de juros e a rigidez dos juros de empréstimos podem limitar o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas, impedindo a criação de empregos e oportunidades econômicas para as populações mais pobres (NUBUKPO, 2007).

Outro aspecto relevante é o uso dos recursos. As reservas de câmbio poderiam ser utilizadas para financiar gastos públicos em setores essenciais como educação, saúde e infraestrutura, que são cruciais para a redução da pobreza. A política monetária extravertida também pode favorecer uma classe urbana rica em detrimento das populações rurais pobres, que são frequentemente as mais vulneráveis à pobreza. As políticas monetárias da BCEAO, particularmente a manutenção de reservas de câmbio excessivas e a ineficiência na gestão da moeda, podem dificultar os esforços de redução da pobreza ao limitar o crescimento econômico, reduzir a competitividade, afetar os preços dos alimentos, restringir o acesso ao crédito e desviar recursos de gastos públicos essenciais (NUBUKPO, 2007).

A estabilidade inflacionária é um dos principais objetivos das políticas monetárias adotadas pelos bancos centrais ao redor do mundo. No entanto, a manutenção de uma taxa de inflação fixa gera impactos tanto positivos quanto negativos na economia. Enquanto alguns economistas destacam os benefícios da previsibilidade econômica e da credibilidade das instituições monetárias, outros alertam para os riscos da rigidez da política monetária, do baixo crescimento econômico e do desemprego.

Milton Friedman (1968) argumenta que a previsibilidade da inflação é essencial para a eficiência dos mercados, pois reduz as incertezas e melhora a capacidade de planejamento dos agentes econômicos. Essa previsibilidade permite que empresas e consumidores tomem decisões de longo prazo com maior segurança, incentivando investimentos e contribuindo para a estabilidade financeira (FRIEDMAN, 1968).

De forma semelhante, Bernanke (2007) destaca que uma política monetária voltada para a estabilidade inflacionária reforça a credibilidade do banco central, aumentando a confiança dos investidores e promovendo um ambiente macroeconômico mais estável. Além disso, Krugman (1998) ressalta que a manutenção de uma inflação moderada protege o poder de compra da população e evita distorções excessivas nos preços relativos. Outro aspecto positivo destacado por Mishkin (2007) é a redução dos prêmios de risco. Quando a inflação é previsível e controlada, as taxas de juros têm menor volatilidade, facilitando o acesso ao crédito e estimulando o crescimento econômico.

Apesar dos benefícios apontados, diversos economistas alertam para os riscos de uma política monetária excessivamente focada na estabilidade inflacionária. Keynes (1936) argumenta que, em momentos de crise econômica, uma inflação rigidamente controlada pode impedir a adoção de medidas expansionistas necessárias para estimular o crescimento e reduzir o desemprego.

Blanchard e Fischer (1989) reforçam essa perspectiva ao afirmar que a rigidez na política monetária pode impedir respostas rápidas a choques econômicos, aumentando a vulnerabilidade da economia a crises. Além disso, Krugman (1999) e Bernanke (2002) alertam para o risco de deflação caso a inflação seja mantida artificialmente baixa. A deflação pode desestimular o consumo e o investimento, levando a uma contração econômica prolongada. Em economias emergentes, a manutenção de uma inflação fixa é ainda mais desafiadora. Haussman e Rodrik (2003) destacam que países em desenvolvimento estão mais sujeitos a choques externos, como oscilações cambiais e dependência de fluxos de capital estrangeiro. Nesses contextos, uma política monetária excessivamente restritiva pode dificultar a adaptação às condições do mercado global.

A literatura econômica sugere que a manutenção da inflação em torno da meta pode gerar benefícios, como previsibilidade econômica e credibilidade monetária, mas também impõe desafios, especialmente em momentos de crise ou em economias emergentes. O equilíbrio entre estabilidade inflacionária e flexibilidade da política monetária é essencial para evitar impactos negativos no crescimento econômico e no emprego.

2.2- Desafios e Dinâmicas na Governança e no Desenvolvimento Econômico na África Ocidental

Após a independência, muitos países da África Ocidental enfrentaram desafios significativos na construção de Estados nacionais estáveis e eficientes (LIPPOLIS, 2024). A era pós-colonial foi marcada por uma série de dificuldades políticas e econômicas, que incluíam golpes de estado, regimes autoritários e instabilidade econômica. Estes fatores contribuíram para um ambiente onde a governança era frequentemente centralizada e as capacidades institucionais dos Estados eram limitadas (DELVILLE, 2018).

Nos anos 1970, regimes marxista-leninistas ortodoxos e uma radicalização socialista eliminaram o setor bancário privado, criando monopólios estatais. Isso consolidou o poder de regimes centralizados, resultando em regimes de partido único na maioria dos países. A centralização financeira pelo Estado estabilizou esses regimes. Enquanto a África Ocidental adotou dominação territorializada, permitindo alguma dispersão do poder político, os países ricos em petróleo utilizaram bancos internacionais para reciclar recursos petrolíferos, mostrando que o sistema financeiro internacional favorecia Estados com recursos financeiros significativos, apesar da governança fraca (LIPPOLIS, 2024).

Nos anos 1980, a crise da dívida e a recessão global colocaram ainda mais pressão sobre esses Estados, resultando na implementação dos Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) patrocinados por instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Esses programas tinham como objetivo estabilizar as economias através de políticas de austeridade, desregulamentação, privatização de empresas estatais e redução do papel do Estado na economia. Embora essas medidas tenham ajudado a restaurar a estabilidade macroeconômica em alguns casos, elas também tiveram efeitos adversos significativos, como o aumento da pobreza e da desigualdade (DELVILLE, 2018).

A transição para o multipartidarismo no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, muitas vezes facilitada por pressões internacionais e demandas internas por maior democratização, representou uma mudança importante no cenário político. Essa mudança trouxe consigo novas dinâmicas políticas, onde as reformas passaram a ser vistas não apenas como uma necessidade econômica, mas também como um componente essencial para a consolidação democrática e a construção de legitimidade política (DELVILLE, 2018).

O relatório BTI 2022 destaca um novo ponto baixo em termos de transformação política e econômica a nível global. A má governança tem exacerbado esse desenvolvimento, com a maioria dos países falhando em garantir os direitos de participação política e o Estado

de Direito, essenciais para proporcionar à população uma voz livre e autodeterminada no processo de tomada de decisão política. Além disso, o quadro regulatório que governa o mercado e a competição não é livre nem justo na maioria dos países, sendo a corrupção, o clientelismo e a má gestão por elites estabelecidas grandes obstáculos ao desenvolvimento econômico e à participação social.

A pandemia de COVID-19 representou um teste adicional para todos os governos, do qual poucos saíram aprovados. Embora essa nova baixa seja parcialmente atribuída à crise do coronavírus que afetou o mundo inteiro, também representa uma continuação de tendências globais de longa data. A pandemia e seus efeitos intensificaram problemas existentes e desenvolveram indesejáveis.

Na última década, quase uma em cada cinco democracias experimentou um declínio constante na qualidade de sua democracia. Entre os países que já foram classificados como democracias estáveis, mas que agora são considerados democracias defeituosas, estão Brasil, Bulgária, Hungria, Índia, Polônia e Sérvia. Esta erosão democrática é evidente em várias partes do mundo, incluindo a África.

Na África, sete países da África subsaariana foram recentemente classificados como autocracias, incluindo a Côte d'Ivoire, Guiné, Madagascar, Mali, Nigéria, Tanzânia e Zâmbia. Pela primeira vez, o índice BTI agora identifica mais autocracias do que democracias. A pandemia exacerbou problemas preexistentes e as respostas governamentais variaram significativamente, refletindo a qualidade da governança em diferentes regiões.

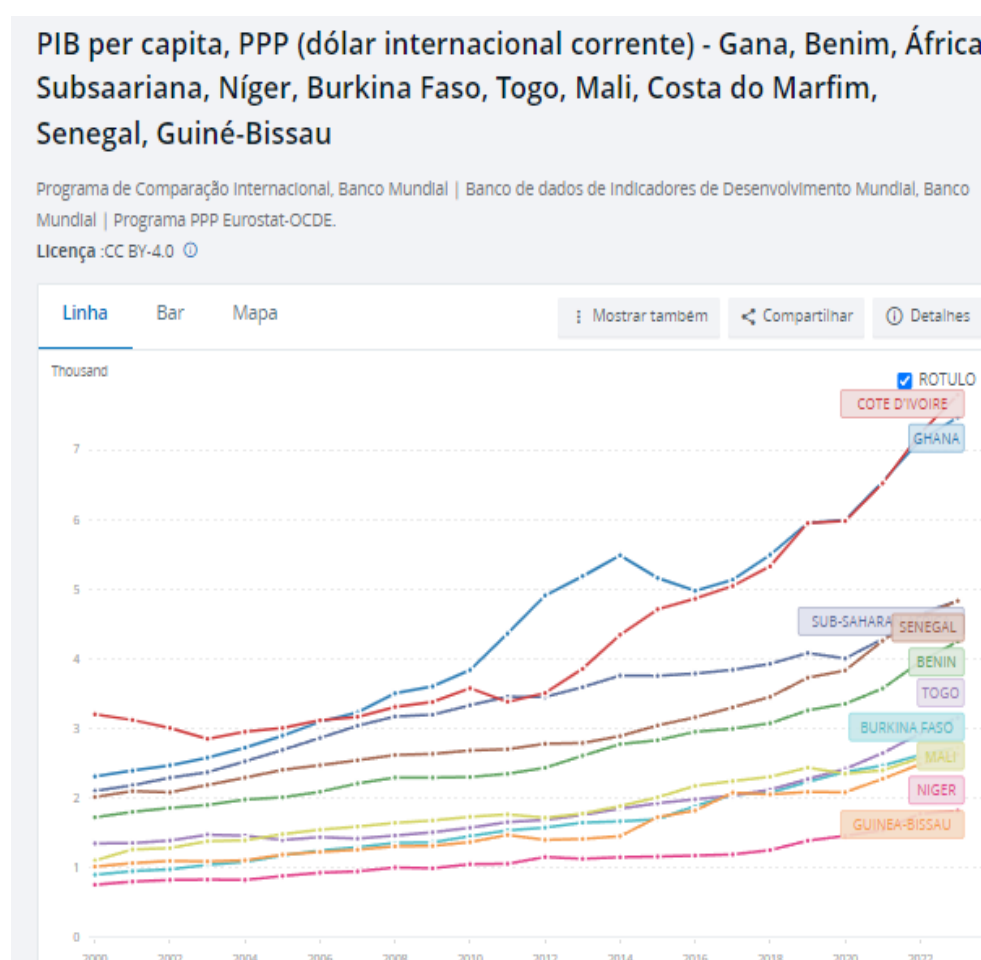
Especificamente no Benin, a frustração pública com a má governança tem levado a tentativas de superar o impasse institucional por meios não democráticos, minando a separação de poderes. No entanto, respostas autoritárias raramente resultam em melhorias de eficiência. A capacidade dos governos de navegar a crise da pandemia e suas consequências políticas, econômicas e sociais variou significativamente, e o Benin não foi exceção. A confiança pública na capacidade do governo de agir com determinação é um recurso raro e valioso, que tem mostrado declínio nos últimos anos.

2.2-1-1 Análise de Indicadores Econômicos e Sociais na África Subsaariana e especificamente no Benin

O Gráfico 4: PIB per capita 2000 a 2022 apresentado abaixo ilustra a evolução do PIB per capita em Paridade de Poder de Compra (PPP) em dólar internacional corrente para diversos países da África Subsaariana entre os anos de 2000 e 2022. É notável o desempenho destacado de Gana, exibindo um crescimento significativo ao longo do período. A Costa do Marfim, em particular, demonstra uma trajetória de crescimento acentuada a partir de 2011, ultrapassando Gana em 2015 e mantendo-se à frente até 2022. Gana, por sua vez, apresenta um crescimento constante e robusto, especialmente após 2005, consolidando-se como uma das economias de destaque na região.

O Senegal também se destaca com um crescimento consistente, mantendo-se acima da média da África Subsaariana ao longo dos anos. Em contrapartida, países como Benim, Togo, Burkina Faso, Mali, Níger e Guiné-Bissau exibem crescimentos mais modestos, com Benim e Togo apresentando desempenhos ligeiramente superiores em comparação aos outros. Guiné-Bissau, Mali e Níger registram os menores PIBs per capita do grupo analisado, evidenciando as disparidades econômicas significativas dentro da região.

Gráfico 4: PIB per capita³ comparada 2000 a 2022



Fonte:

https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?end=2023&locations=GH-BJ-ZG-NE-BF-TG-ML-CI-SN-GW&most_recent_year_desc=false&start=2000

O gráfico apresentado ilustra a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita ajustado pela Paridade do Poder de Compra (PPC) em dólares internacionais correntes para diversos países da África Ocidental entre os anos de 2000 e 2020. Entre os países analisados, destacam-se Benim, Gana, Costa do Marfim, Senegal, Togo, Burkina Faso, Mali, Níger e Guiné-Bissau, além da média da África Subsaariana.

³ O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é um indicador econômico que mede a renda média por habitante em um país, obtida pela divisão do PIB total pela população. Sua importância reside no fato de que fornece uma visão geral do nível de riqueza e do crescimento econômico de uma nação, permitindo comparações entre países e ao longo do tempo. Embora não reflita diretamente a distribuição da renda ou o bem-estar da população, o PIB per capita é amplamente utilizado para analisar padrões de desenvolvimento econômico e avaliar a capacidade produtiva de uma economia.

Os dados evidenciam um crescimento constante do PIB per capita do Benim ao longo do período analisado. O país mantém-se acima de economias como Níger e Guiné-Bissau, mas apresenta um desempenho inferior à média da África Subsaariana. Ademais, o Benim demonstra um nível de desenvolvimento econômico semelhante ao de Burkina Faso e Togo, o que sugere desafios estruturais compartilhados por essas economias.

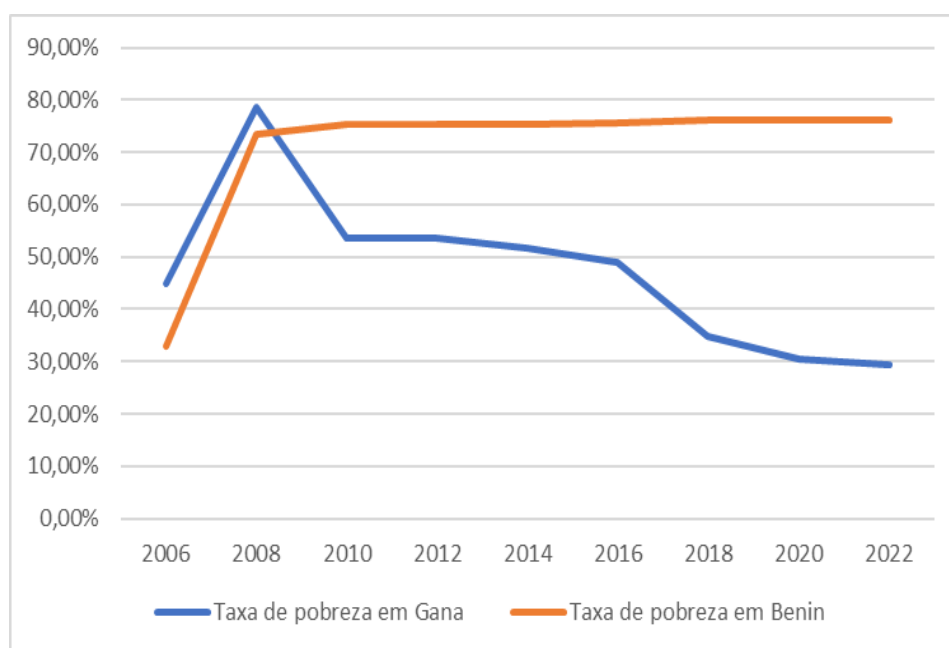
Dentre os países analisados, Gana se destaca pelo crescimento econômico mais acelerado, superando significativamente as demais economias ao longo do período. O aumento expressivo do PIB per capita ganês é particularmente perceptível a partir de 2010, refletindo uma fase de expansão econômica impulsionada, entre outros fatores, pela exploração de recursos naturais e pela implementação de políticas de desenvolvimento mais robustas.

A média da África Subsaariana, representada no gráfico por uma linha pontilhada, mantém uma trajetória de crescimento estável, posicionando-se acima do Benim. Esse dado reforça o fato de que, apesar do crescimento registrado pelo país, sua economia ainda se encontra aquém da média regional, o que indica a necessidade de estratégias mais eficazes para a aceleração do desenvolvimento econômico.

A análise dos dados permite concluir que, embora o Benim tenha registrado um crescimento contínuo do seu PIB per capita, sua economia ainda enfrenta desafios estruturais que limitam seu desempenho em relação à média da África Subsaariana. Além disso, o país permanece significativamente abaixo de economias como Gana e Costa do Marfim, cujas trajetórias de crescimento são mais expressivas. Nesse sentido, torna-se essencial a implementação de políticas públicas voltadas para a diversificação econômica, o aumento da produtividade e a modernização das infraestruturas, a fim de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país e reduzir as disparidades regionais observadas.

Vale destacar que a maioria desses países que apresenta um PIB per capita abaixo da média da África Subsaariana utiliza o franco CFA como moeda, o que levanta questões sobre o impacto dessa moeda na estabilidade e crescimento econômico desses países. Embora diversos fatores possam explicar esse desempenho – como a dependência de commodities, fragilidades institucionais e limitações na diversificação econômica –, a manutenção de um regime monetário vinculado ao euro pode influenciar a flexibilidade dessas nações na condução de políticas macroeconômicas. A estabilidade da moeda tem vantagens, mas também pode restringir a capacidade de adaptação a choques externos e a implementação de políticas cambiais mais autônomas, essenciais para impulsionar o crescimento econômico sustentável.

Gráfico 5: Taxa da pobreza Benin e Gana de 2006 a 2022

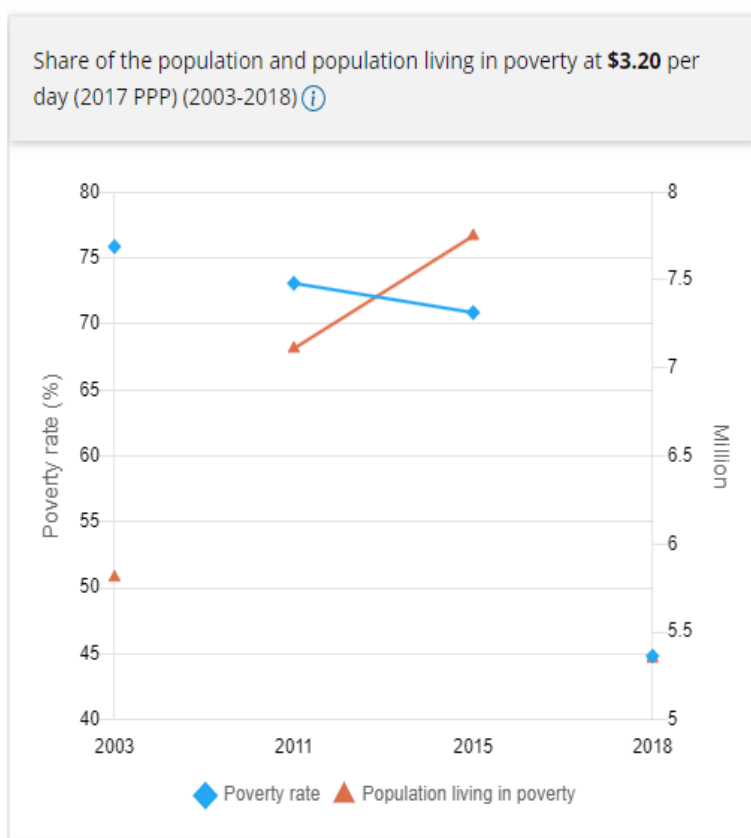


Fonte: BTI report disponível em: <https://bti-project.org>

O gráfico do BTI mostra a taxa de pobreza em Benim e Gana de 2006 a 2022. A linha azul representa a taxa de pobreza em Gana, enquanto a linha laranja representa a taxa de pobreza em Benim. Em Gana, observa-se um aumento da taxa de pobreza de 50% para 80% no período de 2006 a 2008. A partir desse ponto, houve uma redução contínua até atingir aproximadamente 20% em 2022, reflexo de políticas econômicas eficazes e crescimento sustentado.

Em contrapartida, Benim apresentou uma elevação da taxa de pobreza de 70% para 80% entre 2006 e 2008, mantendo-se nesse patamar até 2022. Esse cenário indica dificuldades estruturais persistentes e a ausência de políticas eficazes para a redução da pobreza. A comparação entre os dois países evidencia trajetórias contrastantes: enquanto Gana conseguiu uma redução expressiva da pobreza, sugerindo a implementação bem-sucedida de estratégias de desenvolvimento, Benim manteve altos índices de pobreza, reforçando a necessidade de reformas estruturais e políticas mais eficazes para promover melhorias socioeconômicas.

Gráfico 6 : pobreza com US\$ 3,20 por dia do Benin



Fonte: <https://pip.worldbank.org/country-profiles/BEN>

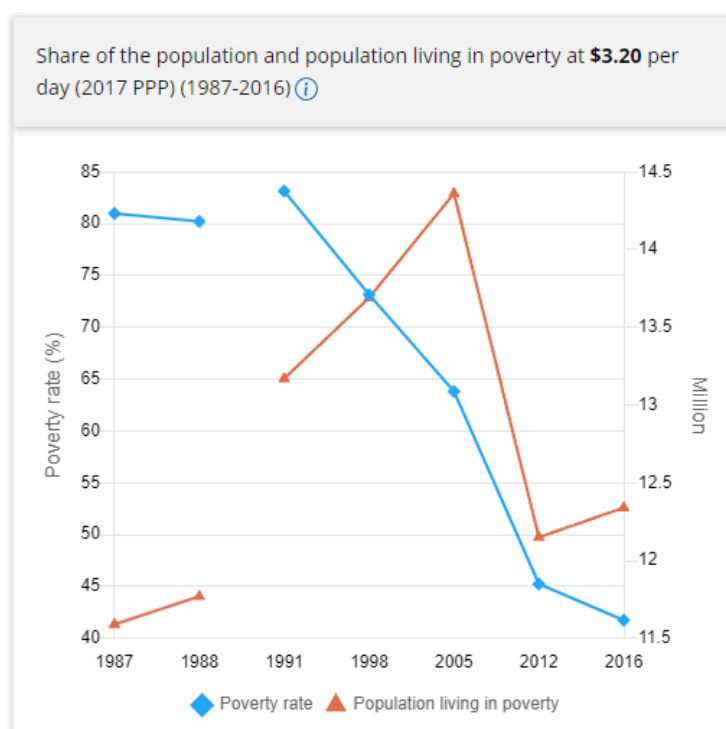
O gráfico acima apresenta a evolução da pobreza em Benin entre os anos de 2003 e 2018, enquanto o gráfico abaixo retrata a situação em Gana de 1987 a 2016. A comparação entre os dois casos revela trajetórias bastante distintas no que diz respeito à redução da pobreza ao longo do tempo.

Em Benin, conforme ilustrado no gráfico acima, a taxa de pobreza permaneceu praticamente estável ao longo dos anos analisados, oscilando entre 70% e 75%. Além disso, o número absoluto de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza aumentou, passando de aproximadamente 5,5 milhões em 2003 para cerca de 7,5 milhões em 2018. Esse crescimento sugere que o avanço populacional do país não foi acompanhado por uma redução proporcional da pobreza, indicando dificuldades estruturais e a limitação das políticas voltadas para o desenvolvimento social e econômico. A estagnação da taxa de pobreza e o aumento da população pobre sugerem que os esforços implementados pelo governo não foram suficientes para provocar mudanças significativas nesse cenário.

Por outro lado, a situação de Gana, conforme demonstrado no gráfico abaixo, apresenta uma trajetória bastante diferente. A taxa de pobreza no país passou por uma queda expressiva ao longo das décadas, reduzindo-se de cerca de 80% em 1987 para aproximadamente 25% em 2016. Além disso, o número absoluto de pessoas na pobreza também diminuiu, mesmo diante do crescimento populacional. No final da década de 1990, cerca de 14 milhões de ganeses viviam na pobreza, mas esse número caiu para aproximadamente 11,5 milhões em 2016. Observa-se, no entanto, uma leve alta entre 2012 e 2016, o que pode indicar desafios econômicos momentâneos.

A comparação entre os dois casos evidencia que Gana teve um desempenho muito mais eficaz na redução da pobreza do que Benin. Enquanto o primeiro conseguiu diminuir substancialmente tanto a taxa de pobreza quanto o número absoluto de pessoas pobres, o segundo não apresentou avanços significativos e viu sua população em situação de pobreza crescer ao longo do período analisado. Isso sugere que Gana adotou políticas mais bem-sucedidas de crescimento econômico inclusivo e combate à desigualdade, enquanto Benin enfrentou maiores dificuldades para promover mudanças estruturais capazes de impactar positivamente a qualidade de vida de sua população.

Gráfico 7: pobreza com US\$ 3,20 por dia de Gana

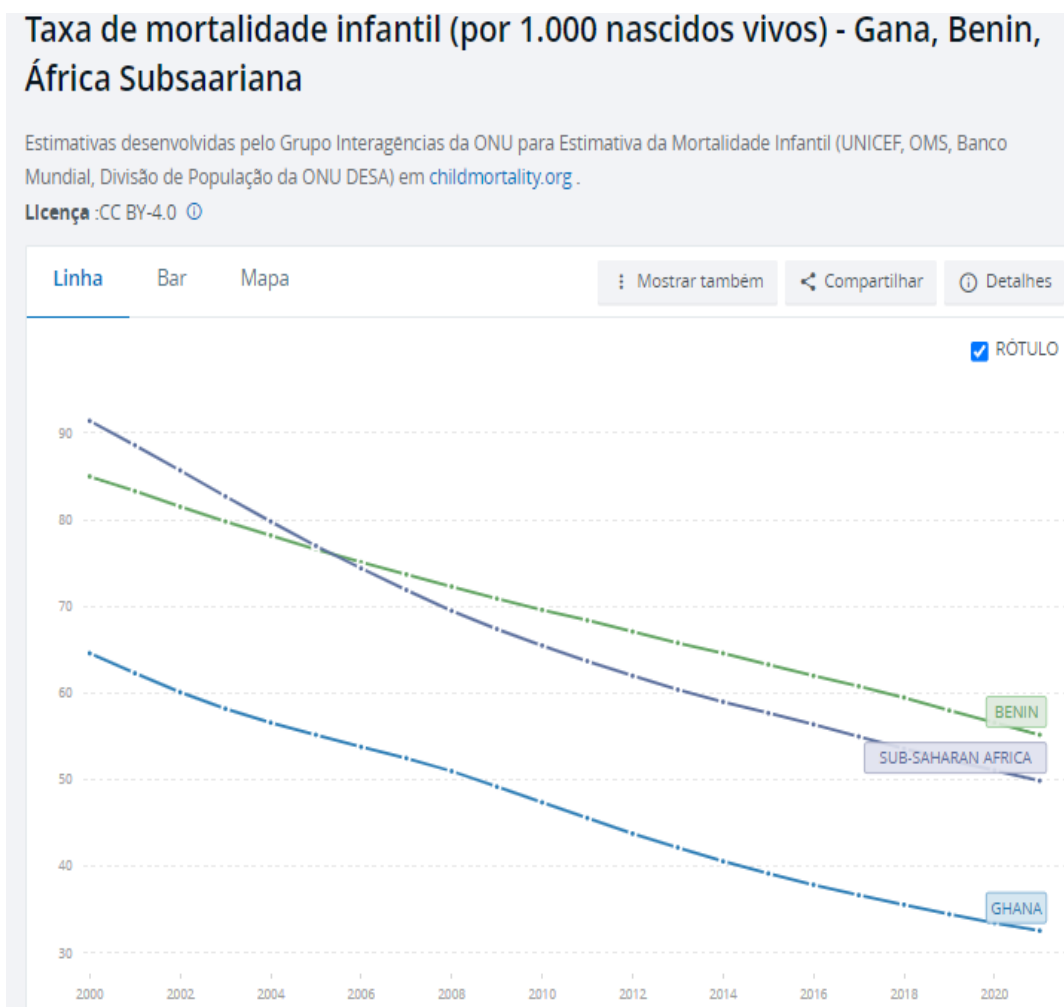


Fonte: <https://pip.worldbank.org/country-profiles/GHA>

A taxa de mortalidade infantil é um indicador importante da saúde pública, refletindo a eficácia das políticas de saúde e o cuidado materno-infantil. Ela ajuda a direcionar recursos para reduzir a mortalidade e monitorar desigualdades de saúde, além de avaliar a infraestrutura de saneamento e tratamento de água (VIANNA et al., 2010).

O cenário no Benin e Gana em relação à África subsaariana é bem diferente, como mostra o gráfico 8. A partir de 2004 até 2021 o Benin teve uma mortalidade infantil mais alta que a média na África subsaariana enquanto Gana, desde o começo do século XXI, sempre teve uma menor taxa de mortalidade infantil.

Gráfico 8: Taxa de mortalidade infantil 2000 a 2022



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.IMRT.IN?end=2021&locations=GH-BJ-ZG&start=2000>

Apesar dos avanços no acesso à educação nas últimas décadas, a África Subsaariana ainda enfrenta grandes desafios. Quase 30% das crianças em idade escolar não frequentam a

escola. A taxa de conclusão do ensino primário é de aproximadamente 65%, muito abaixo da média mundial de 87%. Além disso, apenas 75% dos jovens entre 15 e 24 anos são alfabetizados, em comparação com quase 90% em outras economias emergentes. A pandemia de COVID-19 exacerbou esses problemas, levando a perdas de aprendizado que reverteram anos de progresso (FORNINO; TIFFIN, 2024).

Esses indicadores revelam uma crise na educação que contribui diretamente para a perpetuação da pobreza. A baixa taxa de conclusão escolar e a limitada alfabetização comprometem a capacidade dos jovens de se inserirem no mercado de trabalho de maneira produtiva, limitando suas oportunidades econômicas e perpetuando ciclos de pobreza.

A governança no Benin em 2022 é caracterizada por retrocesso democrático, participação política limitada, concentração de poder e fragilidade na estabilidade democrática (BTI, 2022a). Esses fatores apontam para desafios na construção e manutenção de sistemas democráticos eficazes, resultando em uma estagnação na redução da pobreza.

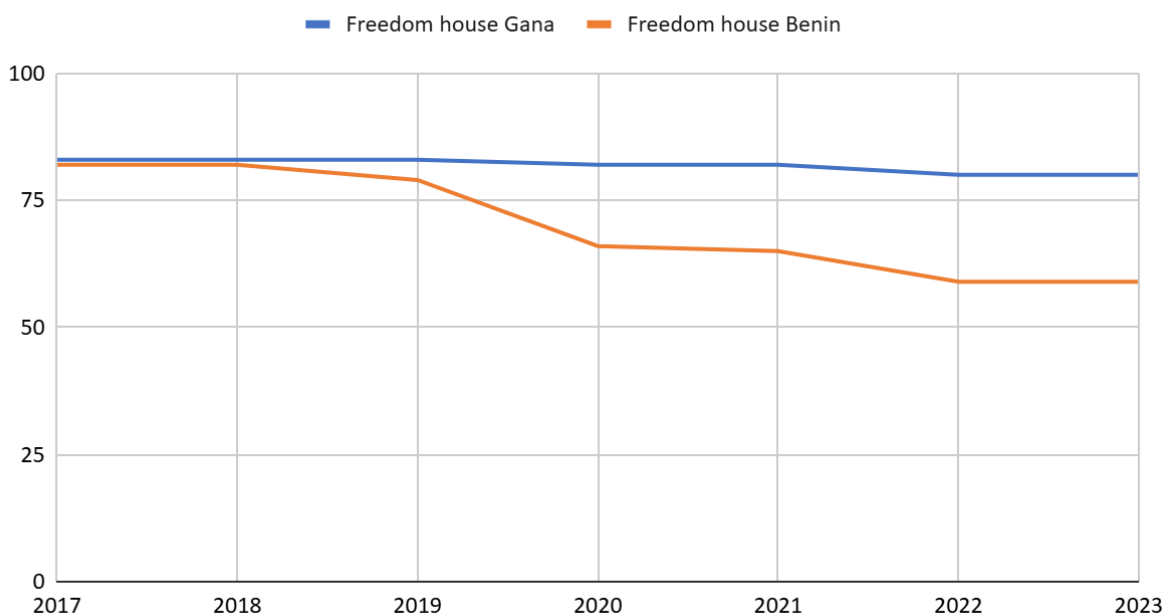
Apesar dos desafios globais, como a pandemia de COVID-19, Gana, ao contrário do Benin e outros países da África ocidental, experimentou estabilidade política e econômica. As eleições presidenciais e parlamentares foram disputadas, mas pacíficas, e o governo continuou implementando políticas orientadas pelo mercado e intervenções sociais para impulsionar o crescimento econômico, incluindo a oferta de educação secundária gratuita. Apesar dos desafios persistentes, o país projetou crescimento econômico de 4,8% em 2021, destacando a diversificação econômica com contribuições de doadores, ganenses na diáspora e setores como petróleo, mineração, agricultura e turismo (BTI, 2022b).

Os relatórios da Freedom House (2022) sobre a liberdade no Benin e Gana fornecem boa base para comparar a situação dos direitos políticos e civis nesses países. De acordo com os relatórios, Benin recebeu uma pontuação de 59 em 100, que o classifica como "parcialmente livre", já Gana foi pontuado 80/100 classificando como livre sendo o primeiro país no ranking dos cinco países africanos classificado como livres junto com África do sul 79/100, Namíbia 77/100, Botsuana 72/100 e Lesotho 66/100.

No Benin, o relatório aponta uma série de problemas, incluindo a repressão à oposição política, a prisão e julgamento de jornalistas e a supressão da liberdade de expressão. O relatório também destaca a aprovação de leis que restringem a atuação de organizações da sociedade civil e partidos políticos, bem como a restrição de acesso à internet durante as eleições presidenciais de 2021. O gráfico comparativo abaixo apresenta uma tendência de declínio nos direitos políticos e civis no Benin a partir de 2017, enquanto, por outro lado, observa-se uma estabilização desses direitos na República de Gana.

Gráfico 9 : Direitos civis e políticos (Freedom House)⁴

Freedom house Gana e Freedom house Benin



Fonte: <https://freedomhouse.org/reports/publication-archives> e <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>

O gráfico apresenta a evolução dos índices de liberdade em Gana e Benin entre 2017 e 2023, conforme os dados da Freedom House. Observa-se que Gana mantém um desempenho relativamente estável, com pequenas variações ao longo dos anos e uma pontuação consistentemente elevada, indicando um ambiente democrático consolidado. Em contraste, Benim exibe uma tendência de declínio acentuado, especialmente a partir de 2019, quando sua pontuação cai de maneira significativa.

Esse movimento sugere um processo de deterioração democrática, possivelmente associado a fatores como restrições à liberdade de expressão, enfraquecimento das instituições políticas e maior concentração de poder. A divergência entre os dois países reforça a ideia de que, apesar de ambos estarem situados na mesma região geográfica e compartilharem certas características históricas e culturais, as trajetórias políticas podem divergir substancialmente devido a dinâmicas internas e decisões governamentais.

⁴ O Índice de Participação Política (Freedom House) mede a liberdade política, os direitos civis e o nível de engajamento da sociedade nos processos democráticos. Esse indicador é essencial para compreender a relação entre participação cidadã e eficiência governamental, visto que sociedades com maior envolvimento político tendem a apresentar políticas públicas mais eficazes, maior transparência institucional e melhores mecanismos de controle social.

A estabilidade de Gana pode estar vinculada a instituições democráticas mais robustas e maior respeito às liberdades civis, enquanto a queda de Benim pode refletir uma erosão dos direitos políticos e um avanço de práticas autoritárias. Esses dados evidenciam a importância de instituições sólidas para a manutenção da democracia e o impacto das políticas governamentais na liberdade política e civil.

Benin enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao retrocesso democrático. Desde o início da década de 90 e o "segundo vento de mudança" na África, a República do Benin, apelidada de "Quartier Latin" da África francófona, era considerada uma democracia modelo para todos os países da África subsaariana. O Benin entrou para a história ao derrubar pacificamente um ditador militar por meios democráticos. O conceito da Conferência Nacional Soberana tornou-se um modelo de transição pacífica em toda a África francófona. No entanto, recentemente, a imagem do Benin mudou drasticamente, após as eleições legislativas de abril de 2019, gerando perplexidade dentro e fora do país (KOHNET; PREUSS, 2019).

As reformas do presidente Patrice Talon e a adoção de um novo código eleitoral resultaram na exclusão de partidos de oposição das eleições legislativas, gerando crise política e violência eleitoral. No Benin, forças políticas de oposição foram rejeitadas com base em disposições relacionadas ao patrocínio de candidatos, restringindo ainda mais o pluralismo político (BTI, 2022a).

É importante esclarecer, em primeiro lugar, que há várias definições de governança, sendo que esta pesquisa adota a definição do Banco Mundial: “a forma pela qual os governos exercem seu poder na administração dos recursos sociais e econômicos” (BANCO MUNDIAL, 1994, p.176). Essa escolha decorre da proximidade com o índice de governança utilizado, o Bertelsmann Stiftung’s Transformation Index (BTI), reconhecido como uma fonte confiável pelo Banco Mundial. Quando os índices de governança são iguais ou superiores a 5,6, a classificação segue a seguinte escala: 1 - 2,99 Fraco, 3 - 4,29 Insuficiente, 4,3 - 5,59 Moderado, 5,6 - 6,99 Bom, 7 - 10 Muito bom.

Benin obteve boa participação política (8,8/10) e estabilidade das instituições democráticas (8,5/10) em 2008, mas sua governança foi avaliada de forma mais baixa (6,20/10) e a pobreza alcançou 73,3% (BTI, 2008).

Tabela comparativa de dados 1.

País	Participação política (2008)	Estabilidade das instituições democráticas (2008)	Governança (2008)	Taxa de pobreza (2008)
Benin	8,8/10	8,5/10	6,20/10	73,3%

Fonte: BTI report disponível em: <https://bti-project.org>

A governança é medida por: Nível de dificuldade (Restrições estruturais, Tradições da sociedade civil, Intensidade do conflito, índice de GINI PPP, Índice de Educação da ONU, Média das pontuações dos critérios de Estado e Estado de direito do BTI), Construção de consenso (Consenso sobre objetivos, Atores antidemocráticos, Gestão de clivagens / conflitos, Participação da sociedade civil, Reconciliação), Cooperação internacional (Uso efetivo do apoio, Credibilidade, Cooperação regional), Capacidade de direção (Priorização, Implementação, Aprendizado de políticas), Eficiência de recursos (Uso eficiente de ativos, Coordenação de políticas, Política anticorrupção)

Tabela comparativa de dados 2:

País	Participação política (2022)	Estabilidade das instituições democráticas (2022)	Governança (2022)	Taxa de pobreza (2022)
Benin	7/10	6,5/10	5,85/10	76,2%

Fonte: <https://bti-project.org>

Ao analisar os dados disponíveis, observa-se que a taxa de pobreza no Benin permaneceu praticamente estagnada entre 2008 e 2022. Em 2008, a taxa de pobreza era de 73,3%, enquanto em 2022 essa taxa registrou um valor ligeiramente superior, atingindo 76,2%. Esta estagnação indica que, apesar de mudanças e reformas políticas ocorridas ao longo desse período, não houve progresso significativo na redução da pobreza no país. Este fenômeno sugere uma persistência de fatores estruturais que limitam o desenvolvimento econômico e a eficácia das políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população beninense.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o Benin iniciou uma transição para o multipartidarismo, que foi um passo crucial para a democratização do país. Essa transição trouxe novas dinâmicas políticas, onde as reformas econômicas e sociais passaram a ser vistas como essenciais não apenas para a estabilidade econômica, mas também para a legitimidade política e a consolidação da democracia (DELVILLE, 2018).

A transição demográfica na África Subsaariana, caracterizada por um rápido crescimento populacional, apresenta tanto uma oportunidade quanto um desafio. A população da região está prevista para dobrar até 2050, atingindo 2 bilhões de pessoas. Esse aumento será impulsionado principalmente pelo crescimento da população em idade ativa (15 a 64 anos), o que pode oferecer um dividendo demográfico significativo se devidamente aproveitado. No entanto, a capacidade de colher esses benefícios depende criticamente de investimentos adequados em educação (FORNINO; TIFFIN, 2024).

No setor de água potável, as reformas no Benin seguiram amplamente as recomendações internacionais que enfatizavam a eficiência de mercado e a sustentabilidade financeira. As políticas implementadas incluíram a privatização dos serviços de água, a introdução de tarifas baseadas no consumo e a descentralização dos serviços. Estas medidas visavam melhorar a cobertura e a eficiência dos serviços de água, tornando-os autossustentáveis e atraentes para investimentos privados. No entanto, a implementação dessas reformas encontrou desafios, incluindo a resistência de comunidades locais e dificuldades em garantir que os serviços privatizados permanecessem acessíveis para populações de baixa renda (DELVILLE, 2018).

A PNE foi adotada para fortalecer a reforma de gestão orientada para resultados, introduzida no Benin em 2000 e ampliada em 2006. Esta reforma visa um serviço público mais eficaz. A avaliação, essencial para a gestão de políticas públicas, foi elevada em 2007 a um instrumento de governança. Isso levou à elaboração do CIEPP e ao desenvolvimento de capacidades em avaliação. A PNE define estratégias e o quadro de implementação. O

governo prevê um sistema nacional de avaliação para melhorar a ação pública e fortalecer a cultura de avaliação na administração.

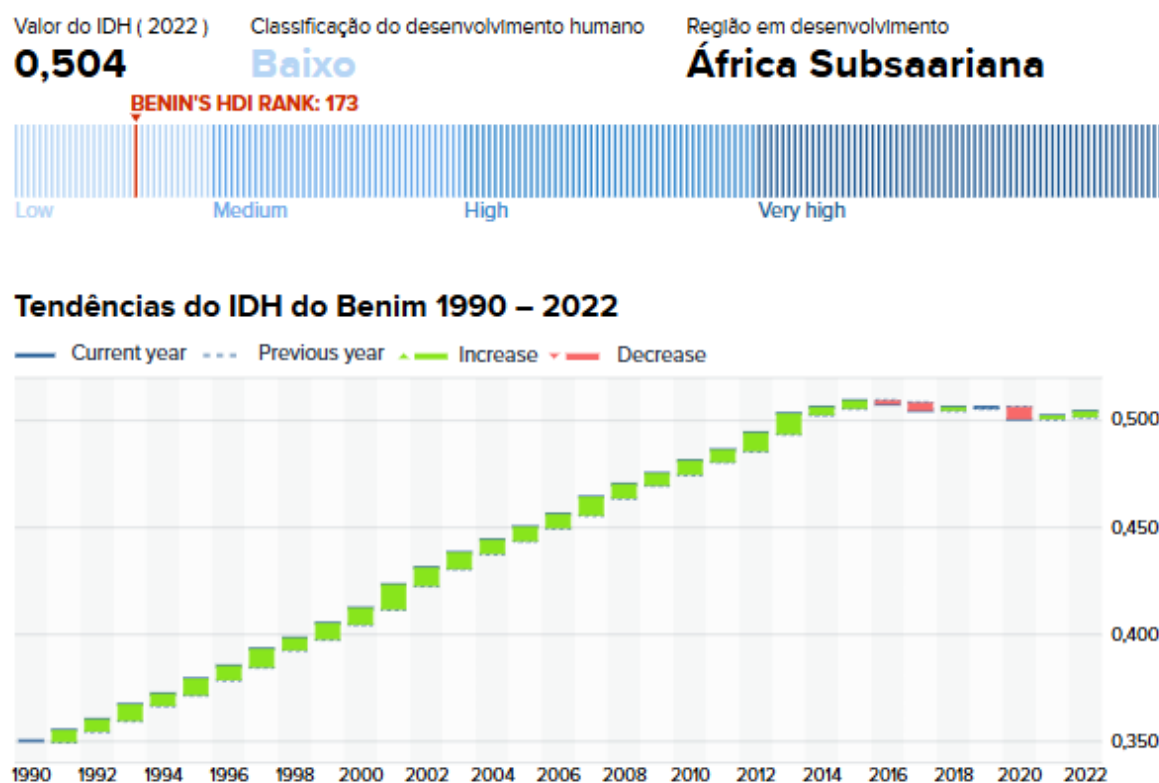
Para alcançar esse objetivo, a PNE busca promover a responsabilidade institucional na obtenção de informações e a responsabilização dos gestores. Seus objetivos são:

- Promover a cultura de avaliação na Administração Pública;
 - Promover as ferramentas necessárias para a avaliação das políticas públicas;
 - Contribuir para a otimização e uso racional dos recursos públicos;
 - Ajudar na capitalização do conhecimento e na disseminação de boas práticas de gestão pública;
 - Reforçar a accountability e a boa governança na Administração Pública;
 - Sistematicamente prestar contas às instituições e aos cidadãos.
- (RapportEvaluationPNE, 2019, p 14)

O Benin é frequentemente mencionado como um modelo de democracia na África, apesar de estar entre os países mais pobres do mundo. Em 2022, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁵) foi de 0,504, como mostra o gráfico a seguir, classificando-o na categoria de baixo desenvolvimento humano e posicionando-o em 173º lugar entre 193 países e territórios.

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos principais indicadores globais para medir o desenvolvimento socioeconômico, combinando expectativa de vida, nível educacional e renda per capita. Sua relevância está na avaliação da qualidade de vida da população, fornecendo um retrato abrangente das condições de desenvolvimento de um país e permitindo comparações internacionais sobre progresso humano

Gráfico 10 : Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Benim⁶



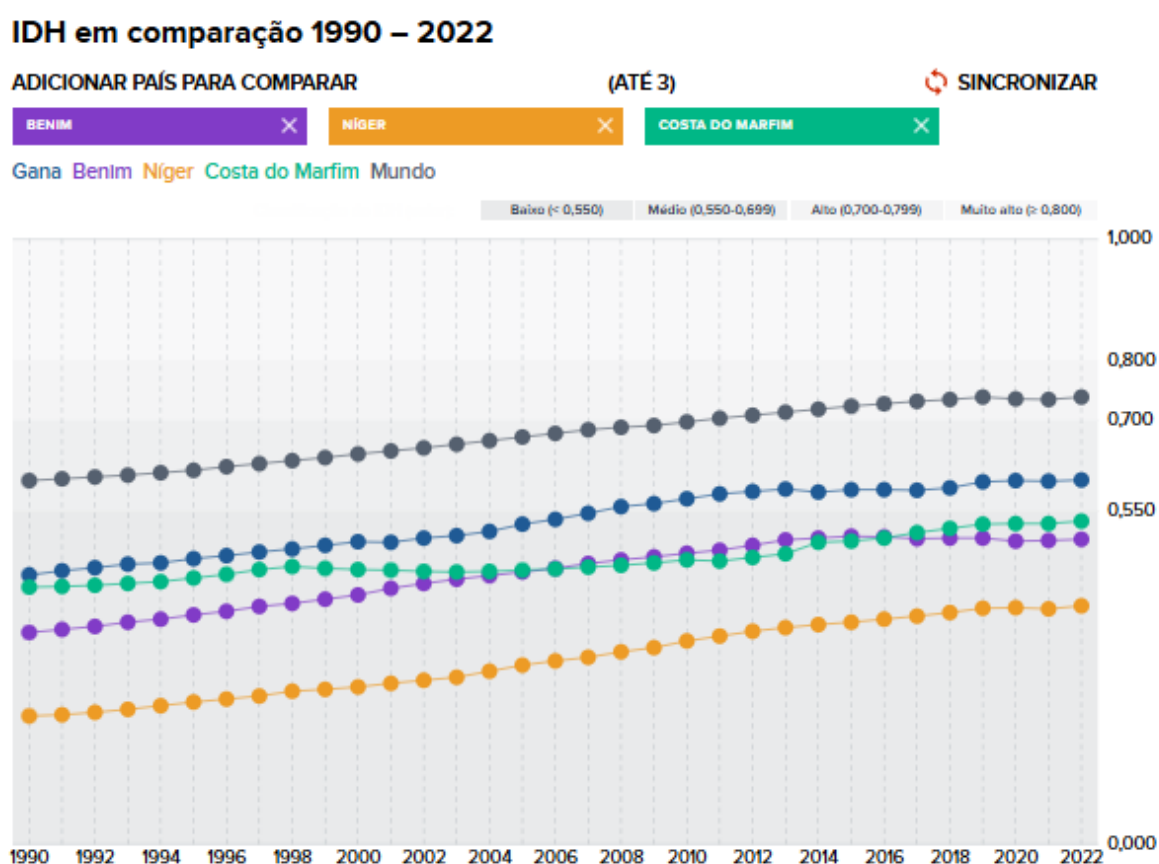
Fonte: [Specific country data | Human Development Reports](#)

O gráfico acima mostra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Benim entre 1990 e 2022, revelando um crescimento contínuo ao longo das décadas. Desde 1990, o IDH do país aumentou progressivamente, saindo de aproximadamente 0,350 para alcançar 0,500 por volta de 2015. Esse avanço reflete melhorias nas condições de vida, incluindo saúde, educação e renda per capita. No entanto, a partir de 2016, o crescimento do IDH desacelerou e, em alguns momentos, houve pequenas quedas, especialmente entre 2017 e 2019. Esse período de estabilidade relativa sugere desafios econômicos ou sociais que impactaram o desenvolvimento humano no país. Apesar disso, o índice manteve-se próximo de 0,500 nos últimos anos, demonstrando certa resiliência.

⁶ Os dados apresentados neste gráfico abrangem o período de 1990 a 2022, conforme disponibilizado pela plataforma utilizada. No entanto, vale ressaltar que essa abrangência temporal se deve às limitações do site, que não permite restringir os anos especificamente ao intervalo correspondente à nossa pesquisa.

Apesar dos progressos macroeconômicos e dos programas de ajuste nos últimos dez anos, sua economia permanece frágil. Desde os anos 1980, o Benin tem implementado políticas e programas de combate à pobreza, focando, desde 2000, na Estratégia de Redução da Pobreza (SRP). Entre as iniciativas estão o DSRP (2003-2005), os OSD (2006-2011), a SCRPP (2007-2009), o plano de ações do MAEP, os OMD e os PDC, principalmente visando melhorar o acesso dos pobres aos serviços sociais básicos. Embora a luta contra a pobreza esteja no centro dos planos e discursos oficiais, os impactos sociais permanecem limitados. Esta comunicação, retrospectiva e crítica, analisará as estratégias de redução da pobreza no Benin, abordando suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, além dos desafios de governança para uma implementação mais eficaz.

Gráfico 11: Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre Benim, Níger, Costa do Marfim, Gana e Média Global (1990-2022)



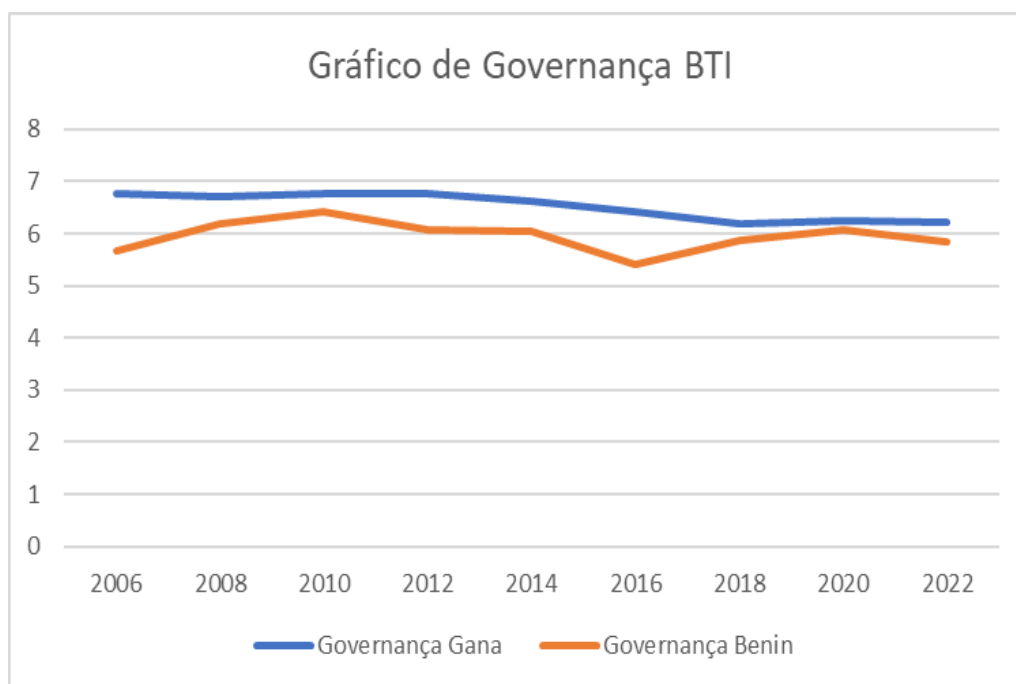
Fonte: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/BEN>

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Benim entre 1990 e 2022 demonstra um crescimento contínuo, evidenciando avanços progressivos nas condições de vida, na educação e na expectativa de vida da população. Durante esse período, o país manteve uma trajetória ascendente, inserindo-se na categoria de desenvolvimento humano médio, embora ainda próximo ao limite inferior dessa classificação.

A análise da evolução do IDH do Benim em comparação com outros países africanos e com a média global, percebe-se que ele se mantém consistentemente acima do Níger, cuja taxa de crescimento é mais lenta e permanece na faixa de desenvolvimento humano baixo. Já em relação à Costa do Marfim, observa-se um padrão de crescimento semelhante, embora este país tenha mantido um leve avanço ao longo dos anos. No entanto, a distância entre os dois países tem diminuído, sugerindo uma convergência nos indicadores de desenvolvimento. O caso de Gana, por sua vez, apresenta uma situação mais favorável, uma vez que esse país ostenta um IDH superior ao do Benim e da Costa do Marfim, refletindo um maior progresso no desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas.

Quando comparado à média mundial, o IDH do Benim ainda se mantém significativamente abaixo dos níveis globais, que se encontram na faixa de desenvolvimento humano elevado. Essa disparidade indica desafios estruturais persistentes que limitam o crescimento do país e dificultam sua aproximação dos padrões globais de desenvolvimento. Embora o progresso registrado seja um indicativo positivo, ele reforça a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas para o fortalecimento dos setores essenciais, como educação, saúde e infraestrutura.

Gráfico 12: Governança BTI Benin 2006 a 2022⁷



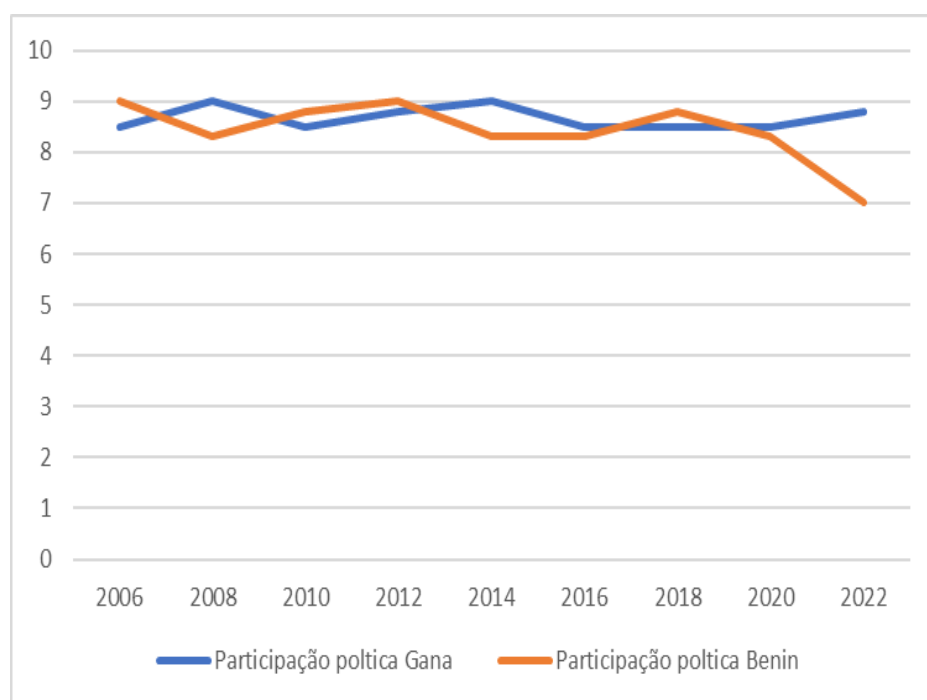
Fonte: BTI report disponível em: <https://bti-project.org>

A análise do gráfico de governança no Benin entre 2006 e 2022 revela uma trajetória caracterizada por instabilidade, apesar de períodos de desempenho positivo. Observa-se que, inicialmente, houve um aumento na pontuação de governança, atingindo um pico em torno de 2010. No entanto, essa tendência ascendente não se manteve, pois a pontuação começou a declinar após 2010, com uma queda acentuada por volta de 2016.

Posteriormente, houve uma recuperação gradual até 2020, mas a pontuação voltou a cair em 2022. Esta oscilação na governança sugere que, embora o Benin tenha períodos em que a governança seja classificada como boa, a sustentabilidade desse desempenho é limitada. A instabilidade governamental reflete desafios contínuos em manter políticas eficazes e consistentes ao longo do tempo, impactando negativamente a capacidade de implementar reformas duradouras e de promover um desenvolvimento socioeconômico robusto.

⁷Os dados do BTI relacionados a índice de governança começaram a partir de 2006, por isso, todas as informações referentes ao projeto BTI começarão a partir de 2006. O Índice de Governança do BTI (Bertelsmann Transformation Index) é um indicador que avalia a qualidade das instituições governamentais, medindo a capacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas eficazes, além de analisar a transparência, a estabilidade política e o grau de democracia. Sua importância reside no fato de que a governança eficiente é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social, permitindo a implementação de estratégias sustentáveis de crescimento e redução da pobreza.

Gráfico 13: Participação política Benin 2006 a 2022



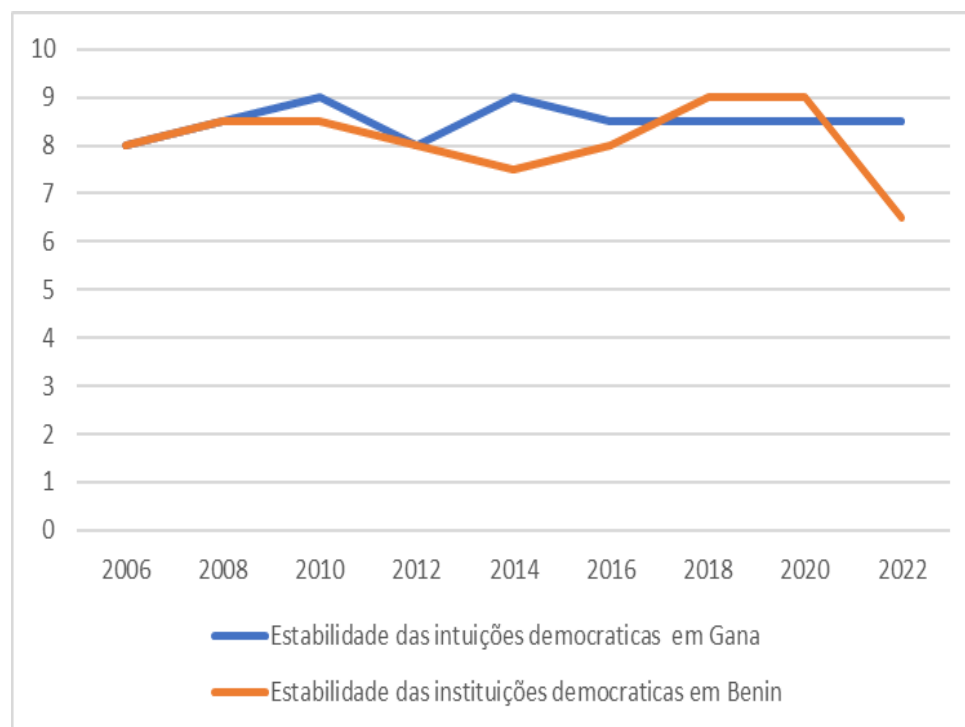
Fonte: BTI report disponível em: <https://bti-project.org>

O gráfico sobre a participação política no Benin de 2006 a 2022 mostra uma tendência geral de declínio, apesar de algumas variações ao longo do período. Inicialmente, em 2006, a participação política era elevada, com uma pontuação próxima de 9. Houve uma ligeira queda nos anos subsequentes, com a pontuação descendo para cerca de 8 em 2008. A partir de então, a participação política manteve-se relativamente estável, com pequenas flutuações, até 2016, quando a pontuação começou a cair de forma mais significativa.

Após 2016, a participação política mostra uma leve recuperação até 2020, mas volta a cair acentuadamente até 2022, quando atinge um valor em torno de 7.

Essa análise indica que, embora o Benin tenha mantido níveis relativamente altos de participação política em meados do período analisado, a tendência recente é de declínio. Este padrão pode ser indicativo de desafios políticos internos, como a exclusão de partidos de oposição e restrições ao pluralismo político, que impactaram negativamente a participação política no país. A queda na participação política pode refletir uma diminuição na liberdade eleitoral e no envolvimento da população nos processos democráticos, sugerindo uma deterioração na qualidade da democracia beninense.

Gráfico 14: Estabilidade das instituições democráticas



Fonte: BTI report disponível em: <https://bti-project.org>

O gráfico apresentado acima retrata a estabilidade das instituições democráticas no Benin entre os anos de 2006 e 2022. A análise dos dados revela variações significativas ao longo do período, destacando momentos de estabilidade e instabilidade. Inicialmente, em 2006, a pontuação da estabilidade democrática situava-se em 8.

Nos anos subsequentes, de 2006 a 2010, observou-se uma manutenção da pontuação em 9, sugerindo um período de estabilidade relativamente alta e consistente nas instituições democráticas do país.

A partir de 2010, contudo, nota-se uma queda gradual na estabilidade, com a pontuação diminuindo para 7 em 2014. Este declínio pode ser interpretado como uma indicação de que a eficácia ou a confiança nas instituições democráticas estava em declínio durante esse período. Entre 2014 e 2018, há uma recuperação gradual, com a pontuação subindo de 7 para 8, refletindo possivelmente melhorias ou reformas implementadas para fortalecer as instituições democráticas.

No período de 2018 a 2020, a estabilidade das instituições democráticas alcança novamente a pontuação de 9, sugerindo um período de fortalecimento e consolidação. No entanto, essa estabilidade não se sustenta, pois em 2022, há uma queda acentuada para uma pontuação de 7. Esta redução abrupta pode ser indicativa de problemas recentes ou crises que impactaram negativamente a estabilidade das instituições democráticas no Benin.

O gráfico ilustra uma trajetória marcada por flutuações na estabilidade das instituições democráticas no Benin ao longo de 16 anos. A pontuação inicial de 8, seguida por um aumento para 9, uma queda para 7, recuperação para 8 e um novo declínio para 7, sugere a influência de diversos fatores políticos, econômicos, sociais ou externos que afetaram a estabilidade democrática no país.

No Benin, há concentração significativa de poder nas mãos dos presidentes em exercício (AÍVO, 2014) o papel do presidente Talon como presidente e proprietário de empresas levantou preocupações sobre conflitos de interesse e concentração de poder econômico. Benin tem buscado implementar reformas econômicas e atrair investimentos estrangeiros diretos. No entanto, apesar dos esforços, os benefícios econômicos não se traduziram em redução significativa da pobreza ou em um desenvolvimento sustentável, evidenciando desafios relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (BTI, 2022a)

Gráfico 15: Investimento estrangeiro direto de 2000 a 2022



Fonte: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD?end=2022&locations=BJ-GH-ZG&start=2000>

O gráfico 12 apresenta os fluxos líquidos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em dólares correntes para Benim, Gana e a média da África Subsaariana no período de 2000 a 2022, com dados provenientes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A análise comparativa desses fluxos permite avaliar a capacidade desses países de atrair capital estrangeiro e os possíveis impactos no desenvolvimento socioeconômico.

Os dados evidenciam que o volume de IDE direcionado a Benim permanece significativamente inferior ao de Gana e à média da África Subsaariana ao longo de todo o período analisado. Essa discrepância pode ser atribuída a fatores estruturais, como limitações na infraestrutura, menor grau de diversificação econômica, barreiras burocráticas e menor dinamismo do mercado interno.

Em contrapartida, Gana apresenta um desempenho mais expressivo na captação de investimentos estrangeiros, resultado de políticas macroeconômicas mais favoráveis, maior estabilidade institucional e presença de setores estratégicos, como a mineração (ouro e petróleo), a agricultura modernizada e o turismo. A maior capacidade de atração de IDE posiciona Gana em uma trajetória de crescimento mais acelerada, com impactos positivos sobre a geração de empregos e a redução da pobreza.

A incapacidade de Benim de captar volumes significativos de investimento estrangeiro tem implicações diretas sobre seu desenvolvimento. O IDE é um fator determinante para o financiamento de infraestrutura, inovação tecnológica e expansão da capacidade produtiva. Assim, a baixa atratividade do país para investidores internacionais perpetua desafios estruturais, dificultando a modernização da economia e a melhoria dos indicadores sociais.

A comparação entre Benim e Gana revela a importância de políticas eficazes para a atração de investimentos externos como mecanismo de estímulo ao crescimento econômico. Enquanto Gana tem conseguido consolidar-se como um destino atrativo para investidores internacionais, Benim ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua capacidade de captar esses recursos. Para reverter essa situação, torna-se necessário adotar estratégias que favoreçam a melhoria do ambiente de negócios, a diversificação da economia e a implementação de reformas que aumentem a competitividade do país no cenário global.

Com base na análise dos dados apresentados acima podemos concluir que a boa e estável governança, estabilidade das instituições democráticas e participação política ao longo do tempo desempenha um papel significativo na redução da pobreza em países em desenvolvimento da África, como o Benin. Outros dados importantes são o investimento estrangeiro no país e a taxa de mortalidade infantil.

Durante o período analisado pelo Bertelsmann Transformation Index (2003) (1998-2003), Gana enfrentou desafios políticos, especialmente antes das eleições de 2000, quando o governo tentou intimidar a oposição. No entanto, a transição democrática bem-sucedida fortaleceu a estabilidade do país, consolidando-o como um modelo de governança na África, apesar do histórico de instabilidade política na região (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME IN Gana, 2022). Desde 2001, Gana tem realizado eleições de forma contínua, sem episódios de violência nacional, e passou por múltiplas transferências pacíficas de poder (BERTELSMANN STIFTUNG, 2022).

Diferente de outros países africanos que experimentaram violência eleitoral, como Benim, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Gana garantiu eleições livres e justas. A jovem democracia ganesa passou por uma fase de estabilização desde 1992, apesar dos desafios regionais, como guerras civis em países vizinhos e a dependência econômica do cacau. Isso tornou Gana um exemplo de transformação política e econômica, apesar de problemas persistentes, como privatização lenta, inflação descontrolada, dívida elevada e corrupção (BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX 2003, p. 1-2).

O nível de desenvolvimento de Gana melhorou, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) subindo de 0,567 para 0,611, embora a taxa de pobreza ainda seja 29,3% da população, e persistam disparidades regionais entre o norte e o sul (BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX 2003, p. 6; BTI, 2022b).

A estabilidade política de Gana e a confiança na sua governança democrática têm sido fatores determinantes para atrair investimentos estrangeiros diretos (IED). Diferente do Benin, que enfrenta desafios significativos de instabilidade eleitoral e dificuldades estruturais, Gana se consolidou como um ambiente mais seguro e previsível para investidores. A presença de marcos regulatórios estáveis, instituições sólidas e uma governança transparente incentivam o fluxo de capital estrangeiro para setores estratégicos, impulsionando o desenvolvimento econômico do país (BERTELSMANN STIFTUNG, 2022).

Esses dados se mostraram o mais importante visto a grande diferença entre os dois países. Gana, ao longo dos anos, demonstrou melhorias significativas em todos os indicadores, refletindo a efetividade de suas instituições democráticas e práticas de governança e uma boa participação política, além de ter um investimento estrangeiro direto em expansão. No entanto, o Benin ainda enfrenta desafios consideráveis na redução à pobreza, o que ressalta a importância de atrair investimentos estrangeiros e melhorar as políticas públicas para reduzir a taxa de mortalidade infantil.

Este capítulo analisou a relação entre governança e investimento estrangeiro no Benin, destacando como a qualidade da governança determina a capacidade de absorção e gestão desses investimentos de maneira sustentável. A pesquisa evidenciou que a governança eficaz desempenha um papel fundamental na conversão do investimento externo em desenvolvimento econômico e social, ao passo que a ausência de estruturas institucionais sólidas pode resultar na perpetuação da dependência econômica e na manutenção de desigualdades estruturais.

A análise comparativa entre Benin e Gana ilustrou de forma clara como diferentes abordagens de governança influenciam a captação e a utilização do investimento estrangeiro. Enquanto Gana adotou políticas econômicas mais flexíveis, com ênfase na diversificação produtiva, estabilidade institucional e transparência regulatória, o Benin continua enfrentando desafios significativos relacionados à centralização econômica e à dependência de atores externos, especialmente no contexto do Franco CFA e da influência de instituições financeiras internacionais. Essa discrepância se reflete nos indicadores socioeconômicos: Gana apresenta um crescimento mais robusto, sustentado por investimentos em infraestrutura e setores estratégicos, ao passo que o Benin mantém uma economia fragilizada, com baixa industrialização e elevada vulnerabilidade às oscilações externas.

Além disso, o capítulo demonstrou que, embora o investimento estrangeiro possa ser um motor de crescimento, sua efetividade na redução da pobreza depende diretamente da governança nacional. No caso do Benin, a ausência de políticas públicas voltadas à industrialização e à diversificação econômica tem resultado em investimentos externos concentrados em setores de extração e comércio, com impacto limitado sobre a geração de empregos e o desenvolvimento humano. A vinculação do Franco CFA ao euro, sob supervisão do Tesouro francês, impõe restrições à política monetária do país, reduzindo sua autonomia na implementação de estratégias econômicas que poderiam favorecer o fortalecimento do mercado interno e a expansão da infraestrutura produtiva.

Dessa forma, a comparação entre os dois países reforça a hipótese central desta pesquisa: a qualidade da governança é o principal fator para que o investimento estrangeiro contribua de forma sustentável para o desenvolvimento e a redução da pobreza. A experiência de Gana evidencia que um ambiente regulatório estável, políticas de incentivo à industrialização e autonomia econômica são determinantes para maximizar os benefícios do capital externo. Em contraste, o Benin permanece em um ciclo de dependência estrutural, onde a ausência de reformas institucionais limita sua capacidade de definir prioridades nacionais e direcionar os investimentos para setores estratégicos.

Conclui-se, portanto, que, sem uma reformulação significativa da governança econômica e institucional, o investimento estrangeiro continuará a ser um vetor de manutenção das assimetrias socioeconômicas no Benin, em vez de um instrumento de transformação estrutural. A superação desse cenário requer a adoção de políticas que fortaleçam a autonomia econômica do país, incentivem a diversificação produtiva e garantam maior transparência e eficiência na alocação de recursos externos, de modo a transformar os fluxos de investimento em um motor efetivo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Capítulo 3: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Suas Implicações Globais e especialmente no Benin

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015, marcou uma nova fase na agenda internacional de desenvolvimento. Com o compromisso de erradicar a pobreza, promover a inclusão social e garantir a sustentabilidade ambiental, os ODS oferecem uma visão abrangente para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável. No entanto, enquanto esses objetivos apresentam avanços significativos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sua implementação em países frágeis, como o Benin, impõe desafios complexos que merecem uma análise mais profunda.

O conceito de fragilidade estatal, frequentemente discutido nas ciências políticas, descreve países que enfrentam dificuldades em cumprir funções essenciais do Estado, como garantir a segurança, fornecer serviços básicos e promover o bem-estar de sua população. Países frágeis, como o Benin, estão frequentemente imersos em condições que dificultam o progresso em direção aos ODS. As características dessas nações, como grandes desigualdades sociais, pobreza extrema, vulnerabilidade econômica e crises políticas recorrentes, exacerbam os obstáculos para a implementação efetiva dos ODS.

Neste contexto, este capítulo examina os ODS e suas implicações globais, com um foco especial no Benin, analisando como os desafios históricos e estruturais desse país influenciam sua capacidade de atingir as metas sustentáveis estabelecidas pela comunidade internacional. A discussão se concentrará nas limitações da ajuda internacional, nas condições locais específicas e nas possíveis estratégias para superar os obstáculos impostos pela fragilidade do Estado e pela pobreza generalizada. Através dessa análise, buscamos compreender de que maneira os ODS podem ser adaptados e efetivamente aplicados em contextos de fragilidade, promovendo mudanças significativas para o desenvolvimento sustentável em nações como o Benin.

1- Papel e os Desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Países Frágeis e o Impacto Histórico da Ajuda Internacional

Os Objetivos do Milênio, definidos no ano 2000, constituíram durante 15 anos uma verdadeira bússola para as grandes agências de ajuda ao desenvolvimento (GARCIA; GARCIA, 2016). A primeira questão que podemos nos perguntar é: será o mesmo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que acabam de ser estabelecidos? Outra questão importante é se eles são adaptados aos países chamados "frágeis", que representam um verdadeiro desafio para a comunidade internacional, um desafio geopolítico e ético. Então, o que são países frágeis?

A noção de países frágeis se consolidou no vocabulário dos estudos sobre desenvolvimento, sendo utilizada, em geral, para se referir a Estados que não possuem a capacidade ou a vontade política de atender às necessidades básicas de suas populações. De forma mais ampla, o termo engloba países enfraquecidos por guerras, crises institucionais recorrentes ou pobreza extrema, nos quais as instituições governamentais não conseguem mais garantir estabilidade política e um nível mínimo de desenvolvimento (NAY, 2013, p.141).

A teoria dos Estados frágeis é um conceito desenvolvido nas Ciências Políticas e Relações Internacionais para descrever e analisar países que são incapazes ou têm dificuldade em cumprir as funções básicas do Estado, como manter a segurança, fornecer serviços públicos essenciais e garantir o bem-estar de sua população. Esses Estados são geralmente afetados por guerras, crises institucionais repetidas ou pobreza extrema, o que os torna vulneráveis e instáveis.

A fragilidade dos Estados está relacionada ao desenvolvimento político na medida em que a teoria sugere que a consolidação de um governo burocrático eficaz é fundamental para a paz, a segurança e o desenvolvimento social e econômico. No entanto, o documento também critica a abordagem reducionista da teoria, que pode não levar em conta a complexidade das condições sociais e históricas que contribuem para a fragilidade do Estado (NAY, 2013).

Os principais fatores que contribuem para a fragilidade dos Estados incluem a incapacidade do governo de exercer o monopólio da violência legítima, a grande pobreza, as desigualdades sociais, a vulnerabilidade econômica, as violações dos direitos humanos, o analfabetismo, as epidemias, os fluxos migratórios, a densidade populacional e a exposição a riscos naturais ou industriais (NAY, 2013).

Na prática, a noção de Estado frágil é utilizada por organizações internacionais e governos ocidentais para guiar suas estratégias de ajuda e intervenção em países instáveis. A teoria influencia a alocação de recursos para o fortalecimento das instituições estatais, a prevenção de conflitos armados, a segurança regional e internacional e a implementação de políticas de desenvolvimento. No entanto, o documento critica essa abordagem por priorizar a reconstrução do Estado como resposta universal aos problemas de guerra e pobreza, sem considerar adequadamente as particularidades locais e as contribuições das estruturas sociais e econômicas informais para a estabilidade política e social (NAY, 2013).

Para entender o problema, é útil traçar brevemente o histórico dos objetivos da ajuda ao desenvolvimento. De fato, segundo Pierre Jacquet (2006) a ajuda ao desenvolvimento é, em primeiro lugar, um produto da Guerra Fria.

A ajuda econômica tem servido como um instrumento de interesses políticos e estratégicos, especialmente no contexto do pós-guerra, da Guerra Fria e da descolonização. Inicialmente, os Estados Unidos, cientes de sua hegemonia, promoveram um sistema internacional de paz e prosperidade, utilizando a ajuda para conter o comunismo e estruturar novas instituições multilaterais. Paralelamente, Reino Unido e França também desenvolveram políticas de ajuda, visando seus interesses nas ex-colônias. A criação do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE buscou coordenar essas ações, utilizando a ajuda como ferramenta para impulsionar o desenvolvimento e proteger interesses dos países doadores (JACQUET, 2006, p.941), o que significa que a ajuda ao desenvolvimento não surgiu de uma reflexão ética, mas de uma vontade de impedir que países em dificuldade caíssem no comunismo.

Esses objetivos evoluíram muito ao longo dos anos, com muitos altos e baixos entre o final dos anos 70, os anos 80 e o início dos anos 90. Naquela época, o objetivo principal da ajuda ao desenvolvimento era o ajuste estrutural, para remediar as grandes crises financeiras e macroeconômicas que ocorreram nos anos 70. Essas crises prejudicaram os orçamentos e os balanços de pagamento da maioria dos países em desenvolvimento. O ajuste estrutural visava refinanciar dívidas que, por razões ideológicas, se recusavam a ser anuladas, o que provocou numerosos desastres sociais bem conhecidos.

Os Objetivos do Milênio, definidos no final dos anos 90 e cristalizados em setembro de 2000 na Assembleia Geral das Nações Unidas, concentraram-se nas questões sociais, especialmente na reconstrução de instituições de saúde e educação que haviam sido desmanteladas pelas ações de ajuste estrutural.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bastante heterogêneos, propõem objetivos microeconômicos mensuráveis com ambições universais. Ao contrário dos Objetivos do Milênio, que visavam apenas os países em desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se dirigem a todos os países, sejam eles China, Estados Unidos, França, Afeganistão, Níger ou Mali

Essa abordagem, atraente em termos ambientais, é principalmente interessante para países ricos e emergentes. Mas, nos países muito pobres ou frágeis, os grandes objetivos sustentáveis muitas vezes são difíceis de aplicar. Felizmente, o penúltimo objetivo de desenvolvimento sustentável, o número 16, visa estabelecer sociedades pacíficas e prósperas, abordando assim as preocupações dos países mais frágeis. No entanto, as urgências nesses países incluem o emprego, especialmente por meio do desenvolvimento agrícola, a formação técnica, e as infraestruturas econômicas, que são marginalizadas em favor do aspecto social.

O segundo problema urgente é a demografia. É crucial controlar melhor as taxas de natalidade, especialmente em países onde a transição demográfica não ocorreu. Por exemplo, no Níger, a população poderia passar de 3 milhões em 1900 para entre 60 e 90 milhões em 2050, enquanto apenas 8% da superfície do país é propícia à agricultura.

Além disso, as reformas políticas são essenciais, mas pouco mencionadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É necessário apaziguar as tensões, organizar eleições honestas, combater as exclusões econômicas e políticas, e reconstruir Estados funcionais. Na ausência de Estados, são as máfias que substituem a autoridade pública, como demonstra a circulação de cocaína na África Ocidental. Para responder aos problemas globais mais graves, especialmente a pobreza e o terrorismo, a ajuda internacional deve reorientar sua ação para a construção de Estados sólidos e funcionais

2- Contextualização dos ODS: Introduzir o que são os ODS, destacando sua importância na agenda global pós-2015 e sua relevância para o desenvolvimento internacional.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) oferecem uma estrutura baseada em evidências para o planejamento do desenvolvimento sustentável em níveis nacional, regional e global, com duração até 2030 (Assembleia Geral da ONU, 2015). Com 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores, os ODS ampliam o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e abordam desafios ambientais globais (McArthur, 2013). Desde sua implementação em 2016, a estrutura tem gerado práticas internacionais,

revisões e pesquisas que integram as dimensões econômica, social e ambiental para promover um futuro sustentável (Costanza et al., 2016).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um avanço significativo em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Eles abordam barreiras sistêmicas ao desenvolvimento sustentável e equilibram melhor as dimensões social, econômica e ambiental, aplicando-se a todos os países, não apenas aos em desenvolvimento. Embora o processo dos ODS ofereça uma oportunidade para mudanças sistêmicas, ele ainda carece de uma orientação clara devido à complexidade política que originou 17 objetivos, 169 metas e mais de 300 indicadores. Ainda é necessário desenvolver interconexões, objetivos gerais e narrativas de mudança (Costanza et al., 2016).

A erradicação da pobreza em todas as suas formas continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade. Apesar de avanços significativos nas últimas décadas, como a redução para menos da metade do número de pessoas vivendo em extrema pobreza entre 1990 e 2015, milhões de pessoas ainda enfrentam dificuldades para satisfazer suas necessidades básicas. Em 2015, aproximadamente 736 milhões de pessoas ainda viviam com menos de US\$1,90 por dia, muitas delas sem acesso adequado a alimentos, água potável e saneamento. Embora o rápido crescimento econômico em países como China e Índia tenha retirado milhões de pessoas da pobreza, esse progresso tem sido desigual. Mulheres, em particular, são mais propensas a viver em condições de pobreza do que os homens, devido a seu acesso limitado a empregos remunerados, educação e propriedades (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2024).

Além disso, regiões como o Sul da Ásia e a África Subsaariana continuam a abrigar 80% da população mundial em extrema pobreza. A situação é agravada por novas ameaças, como as mudanças climáticas globais, conflitos e insegurança alimentar, que impõem desafios adicionais à erradicação da pobreza.

Segundo Costanza et al (2016) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados pela ONU são um marco significativo no estabelecimento de metas compartilhadas para a humanidade. Aceitos por todos os Estados membros, os ODS englobam elementos econômicos, sociais e ambientais. No entanto, carecem de um objetivo central e de um indicador agregado eficaz para medir o progresso. Embora se possa argumentar que um indicador agregado não é necessário, isso pressuporia que todos os objetivos fossem independentes e contribuíssem igualmente para o desenvolvimento sustentável, o que não é o caso, considerando as diferentes situações de cada país.

É essencial criar um indicador que avalie as interações entre os ODS e suas contribuições relativas. Além disso, é proposta a criação de um modelo de dinâmica de sistemas para analisar essas interações ao longo do tempo e espaço. Também é necessário desenvolver reformas políticas e mudanças sociais que permitam alcançar os ODS em nível nacional e global, promovendo o bem-estar sustentável mundial (Costanza et al., 2016).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem um compromisso ambicioso de concluir o trabalho iniciado e eliminar a pobreza em todas as suas formas e dimensões até 2030. Esse compromisso inclui focar nas populações mais vulneráveis, ampliar o acesso a recursos e serviços básicos e apoiar comunidades afetadas por conflitos e desastres relacionados ao clima (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2024).

3- Pobreza no Benin: Desafios e Perspectivas na Implementação dos ODS

A erradicação da pobreza em todas as suas formas continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade. Apesar de avanços significativos nas últimas décadas, como a redução para menos da metade do número de pessoas vivendo em extrema pobreza entre 1990 e 2015, milhões de pessoas ainda enfrentam dificuldades para satisfazer suas necessidades básicas. Em 2015, aproximadamente 736 milhões de pessoas ainda viviam com menos de US\$1,90 por dia, muitas delas sem acesso adequado a alimentos, água potável e saneamento. Embora o rápido crescimento econômico em países como China e Índia tenha retirado milhões de pessoas da pobreza, esse progresso tem sido desigual. Mulheres, em particular, são mais propensas a viver em condições de pobreza do que os homens, devido a seu acesso limitado a empregos remunerados, educação e propriedades (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2024).

Além disso, regiões como o Sul da Ásia e a África Subsaariana continuam a abrigar 80% da população mundial em extrema pobreza. A situação é agravada por novas ameaças, como as mudanças climáticas globais, conflitos e insegurança alimentar, que impõem desafios adicionais à erradicação da pobreza.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletem um compromisso ambicioso de concluir o trabalho iniciado e eliminar a pobreza em todas as suas formas e dimensões até 2030. Esse compromisso inclui focar nas populações mais vulneráveis, ampliar o acesso a recursos e serviços básicos e apoiar comunidades afetadas por conflitos e desastres

relacionados ao clima (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2024).

A pobreza continua sendo um dos maiores desafios para o desenvolvimento sustentável no Benin. A luta contra a pobreza é central para a Agenda 2030 das Nações Unidas e um dos pilares fundamentais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No contexto do Benin, a pobreza não é apenas uma questão econômica, mas também está profundamente enraizada em problemas estruturais que incluem desigualdade, falta de acesso a serviços básicos e vulnerabilidade a choques externos. Este subcapítulo examina as iniciativas implementadas pelo governo do Benin, os progressos alcançados e os desafios persistentes na redução da pobreza, com base nos dados e análises fornecidos pelo Relatório de Desenvolvimento Sustentável do Benin de 2023.

3.1.1 Contextualização do ODS 1 no Benin

O Benim, desde a adoção da Agenda 2030 pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, vem fazendo esforços significativos para alinhar suas políticas nacionais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses esforços coincidiram com uma transição política no país, que possibilitou a criação de novos documentos estratégicos em harmonia com as metas globais. Após as eleições presidenciais de 2016, o Benim passou a priorizar a integração dos ODS nos seus planos de desenvolvimento, adotando uma abordagem ampla que incluía não só os compromissos com a Agenda 2030, mas também com a Agenda 2063 da União Africana, que tem como foco o desenvolvimento socioeconômico do continente africano como um todo.

Essa aliança estratégica global e regional reflete a visão de desenvolvimento de longo prazo do país, que está delineada no documento "Benim Alafia 2025". Esse documento não apenas guia as políticas públicas nacionais, mas também se posiciona como um ponto de convergência entre as prioridades globais e regionais, promovendo uma abordagem holística para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Para garantir a integração eficaz dos ODS nas políticas públicas do país, o governo beninense elaborou uma arquitetura de planejamento que inclui o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Programa de Ações do Governo (PAG) e o Programa de Crescimento e Desenvolvimento Sustentável (PC2D) (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2020). Esses documentos estratégicos são fundamentais para operacionalizar as metas globais e regionais no contexto local, fornecendo uma base estruturada para o desenvolvimento sustentável no Benim.

O governo do Benin tem implementado uma série de políticas e programas destinados a reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O Programa de Ação Governamental (PAG) 2021-2026 é uma dessas iniciativas, focando em melhorar o capital humano e reduzir as desigualdades, o que inclui um compromisso substancial com a redução da pobreza. O relatório de 2023 indica que 45,6% do orçamento do Estado para 2023 foi alocado para gastos sociais, incluindo educação e saúde, que são fundamentais para combater a pobreza.

Além disso, quase metade dos fundos do Eurobond de 500 milhões de euros, emitido em 2021 para financiar os ODS, foi destinada a programas de educação e saúde. Esses investimentos são vitais para criar as condições necessárias para que a população mais vulnerável possa escapar da pobreza. A educação, por exemplo, é vista como uma ferramenta crucial para capacitar os jovens, aumentar a produtividade e, consequentemente, elevar o padrão de vida.

No entanto, o relatório também aponta desafios na implementação dessas políticas. A eficiência dos gastos públicos, a corrupção e a burocracia são obstáculos significativos que reduzem o impacto potencial dos investimentos feitos. A coordenação entre diferentes níveis de governo e a participação da sociedade civil são identificadas como áreas que necessitam de melhorias para garantir que as políticas sejam mais eficazes na redução da pobreza.

De acordo com o relatório da United Cities and Local Governments (2020), a implementação dos ODS no Benim tem sido conduzida de forma participativa, envolvendo uma ampla gama de atores, como administrações descentralizadas, comunas, o setor privado e organizações da sociedade civil. Esse processo inclusivo foi fundamental para a priorização das metas dos ODS no país, que ocorreu entre 2017 e 2018, com a integração dessas metas no Programa de Ações do Governo (PAG). Além disso, as cidades e comunas do Benim, com o apoio de parceiros técnicos e financeiros, também adotaram os ODS em seus documentos de planejamento, especialmente nos Planos de Desenvolvimento Comunais (PDC). Dez workshops departamentais foram realizados para ajustar as políticas e programas locais às metas nacionais prioritárias. Esses workshops utilizaram a ferramenta de priorização das metas (GPC), e, como resultado, os PDCs de terceira geração no Benim demonstraram um alto grau de alinhamento com os ODS. A revisão de meio termo desses planos, que ainda será realizada, permitirá a inclusão de metas que ainda não foram contempladas, reforçando a flexibilidade e a adaptabilidade do planejamento local às mudanças nas prioridades nacionais e globais (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2020).

Paralelamente, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023 reforça a narrativa dos avanços feitos pelo Benim em relação às metas dos ODS, destacando conquistas importantes em áreas como educação e saúde. O Benim tem demonstrado progresso significativo nesses setores, o que se reflete no seu compromisso político com os ODS, avaliado pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (SDSN). Desde 2018, a SDSN tem avaliado os esforços governamentais de vários países em relação aos ODS, e, em 2023, o Benim foi classificado em 5º lugar entre 74 países, com uma pontuação de 78,7 em 100 no quesito compromisso político. Essa classificação destaca o empenho do governo beninense em integrar os ODS nas suas políticas e planos de desenvolvimento, e reforça a relevância da sua abordagem participativa (SDSN, 2023).

Além disso, o Benim implementou um sistema de monitoramento que inclui 164 indicadores para medir o progresso em relação aos ODS e lançou uma plataforma de gestão integrada que centraliza as informações sobre o progresso das metas. Esses dados são essenciais para garantir que o país mantenha o curso em direção aos seus objetivos de desenvolvimento sustentável e possibilitem uma avaliação contínua da eficácia das políticas implementadas. Para assegurar que os ODS sejam considerados nas alocações de recursos, o governo incluiu uma linha orçamentária específica para os ODS no orçamento nacional. A integração dos ODS no planejamento orçamentário nacional mostra um compromisso concreto com a agenda de desenvolvimento global e demonstra a importância de alinhar os recursos financeiros às prioridades estratégicas do país (SDSN, 2023).

No entanto, apesar dos avanços destacados, a realidade no terreno revela uma imagem mais complexa. A pobreza no Benim continua a ser um problema persistente e multifacetado, que vai além da falta de renda. A privação de serviços essenciais, como saúde, educação, água potável e saneamento, contribui para um ciclo vicioso de pobreza intergeracional. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023 sublinha que, embora o país tenha mostrado compromisso e feito progressos em algumas áreas, os resultados concretos em termos de redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população ainda são insuficientes. Grande parte da população ainda vive em condições de extrema pobreza, o que levanta questões sobre a eficácia dos esforços até agora realizados (SDSN, 2023).

Essa disparidade entre os esforços implementados e os resultados alcançados sugere que muitos dos avanços podem ser mais retóricos do que práticos. A situação é ainda mais agravada por desigualdades regionais, onde as áreas rurais são desproporcionalmente afetadas pela pobreza, e por fatores como a discriminação de gênero. A vulnerabilidade das populações rurais é particularmente preocupante, dado que a maior parte da população do

Benim vive em áreas rurais, onde o acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas é severamente limitado. Esse contexto cria um desafio adicional para o governo beninense, que precisa não só implementar políticas eficazes, mas também garantir que essas políticas cheguem às populações mais vulneráveis.

Nesse sentido, o papel das autoridades locais no Benim é cada vez mais reconhecido como fundamental para o sucesso da implementação dos ODS. Em 2019, o governo lançou um processo de espacialização dos ODS, envolvendo as 77 comunas do país e cerca de 2.000 atores locais. O objetivo desse processo foi identificar projetos específicos que pudessem ser adaptados aos desafios locais e, ao mesmo tempo, contribuíssem para as metas prioritárias nacionais. Essa iniciativa visa acelerar a implementação dos ODS em nível local, promovendo uma maior colaboração entre as esferas de governo nacional e local (UNITED CITIES AND LOCAL GOVERNMENTS, 2020). No entanto, para que essas iniciativas tenham sucesso, é necessário um maior apoio técnico e financeiro, bem como uma coordenação eficaz entre as diferentes esferas de governo.

Embora o Benim tenha avançado no desenvolvimento de um arcabouço institucional robusto para a implementação dos ODS, o Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023 alerta que os desafios econômicos, sociais e políticos permanecem significativos. Além da necessidade de mais investimentos em infraestrutura e serviços sociais, o país precisa lidar com as questões estruturais que perpetuam a pobreza e as desigualdades. A governança local, por exemplo, precisa ser fortalecida para garantir que as políticas e os recursos cheguem efetivamente às populações mais necessitadas. Da mesma forma, é necessário intensificar os esforços para garantir que a população tenha acesso a oportunidades econômicas, especialmente nas áreas rurais, onde a pobreza é mais acentuada.

Para concluir essa parte da nossa dissertação, pode-se dizer que, embora o Benim tenha demonstrado forte compromisso com os ODS e feito progressos importantes em algumas áreas, o caminho para o desenvolvimento sustentável ainda é longo. Os desafios enfrentados pelo país, particularmente no que diz respeito à redução da pobreza e à promoção da igualdade de gênero, exigem uma abordagem mais estratégica e eficaz. A integração das metas globais e regionais nas políticas nacionais e locais é um passo essencial, mas é igualmente importante garantir que esses esforços resultem em mudanças concretas na vida das pessoas. O sucesso do Benim na implementação dos ODS dependerá, em grande parte, da sua capacidade de traduzir o compromisso político em resultados práticos, especialmente para as populações mais vulneráveis.

3.1.2 Desigualdade e Pobreza

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023 destaca que, apesar dos esforços do governo para reduzir a pobreza, os indicadores mostram que a pobreza no Benin ainda é prevalente e, em algumas áreas, até crescente. Por exemplo, a taxa de pobreza no Benin era de 38,5% em 2019, segundo o Banco Mundial, e o progresso desde então tem sido lento, com flutuações causadas por fatores econômicos e políticos internos, bem como por choques externos como a pandemia de COVID-19.

Um dos principais indicadores de pobreza analisados no relatório é o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que considera várias dimensões da pobreza além da renda, como a saúde, a educação e o padrão de vida. O relatório mostra que o IPM do Benin é preocupante, com muitas áreas rurais exibindo níveis de privação significativamente mais altos do que as áreas urbanas. A disparidade entre as zonas urbanas e rurais destaca a necessidade de políticas direcionadas que possam abordar as particularidades da pobreza em diferentes regiões do país.

A desigualdade é um fator crítico que contribui para a persistência da pobreza no Benin. O relatório de 2023 analisa como as desigualdades de gênero, renda e acesso a serviços básicos perpetuam o ciclo de pobreza. Mulheres e meninas, em particular, enfrentam desafios adicionais, como menor acesso à educação e oportunidades de emprego, o que limita suas capacidades econômicas e as deixa mais vulneráveis à pobreza.

As desigualdades regionais também são um grande desafio. As áreas rurais do Benin, onde a agricultura de subsistência é a principal fonte de renda, sofrem com a falta de infraestrutura, serviços de saúde inadequados e baixo acesso à educação de qualidade. Essas regiões têm níveis de pobreza muito mais elevados do que as áreas urbanas, o que reflete a necessidade de uma abordagem mais equilibrada e inclusiva no desenvolvimento de políticas públicas.

4. Vulnerabilidade a Choques Externos

A pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador em economias ao redor do mundo, e o Benin não foi exceção. O relatório de 2023 detalha como a pandemia exacerbou a pobreza, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, como as mulheres, as crianças e as populações rurais. A pandemia interrompeu as cadeias de abastecimento, reduziu o emprego

informal, que é uma fonte vital de renda para muitos beninenses, e sobrecarregou os já frágeis sistemas de saúde.

Como resultado, muitos avanços que haviam sido feitos na redução da pobreza antes da pandemia foram revertidos. A insegurança alimentar aumentou, a desigualdade de renda se ampliou, e mais pessoas foram empurradas para abaixo da linha da pobreza. O relatório sublinha a importância de fortalecer a resiliência das comunidades e dos sistemas econômicos do Benin para resistir a choques futuros e evitar que crises semelhantes voltem a ter um impacto tão severo.

No combate à pobreza no Benin, várias iniciativas locais foram desenvolvidas com o intuito de reduzir a proporção de indivíduos em condições de pobreza extrema, alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, que visa a "Erradicação da Pobreza". De acordo com o Relatório de Localização dos ODS no Benin, em 2015, aproximadamente 40,1% da população do país vivia abaixo da linha da pobreza, e o governo estabeleceu a meta de reduzir esse número para 23,20% até 2030. Contudo, eventos como a crise de 2019 e a pandemia de COVID-19 afetaram negativamente os avanços nesse campo, exacerbando o endividamento do país e aumentando a vulnerabilidade da população (BENIN, 2020, p.19).

Diversas comunas adotaram estratégias específicas para combater a pobreza em seus territórios. Em Matéri, por exemplo, foi implementado um programa de facilitação do acesso ao crédito para as populações mais carentes. Já em Ouéssé, o foco recaiu sobre o fortalecimento do acesso a serviços essenciais, como água potável, eletricidade e terras cultiváveis de forma segura, com o objetivo de melhorar as condições de vida e promover a sustentabilidade local ((BENIN, 2020). Na comuna de Zagnanado, o suporte técnico e financeiro foi direcionado aos pequenos agricultores, promovendo práticas de agricultura inteligente, adaptadas às mudanças climáticas ((BENIN, 2020).

Além dessas iniciativas, a proteção social emergiu como um pilar central nas estratégias de redução da pobreza no país. Em comunas como Comé, foram criados fundos comunitários destinados ao apoio das populações mais vulneráveis, enquanto em Agbangnizoun, os programas de orientação e inserção profissional para jovens foram fortalecidos, ampliando as oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico. Essas medidas visam aumentar a cobertura da proteção social no país, com a expectativa de que, até 2030, uma parcela significativa dos pobres e vulneráveis se beneficie dessas ações (BENIN, 2020).

Outro aspecto importante discutido no relatório dos ODS 2023 é a vulnerabilidade do Benin a choques externos, que incluem não apenas a pandemia de COVID-19, mas também a

crise climática e os conflitos globais, como a guerra na Ucrânia. Esses fatores têm o potencial de agravar a pobreza, principalmente entre os grupos mais vulneráveis que têm menos capacidade de se adaptar a mudanças repentinas. O relatório recomenda que o governo do Benin fortaleça suas políticas de resiliência, incluindo a diversificação econômica e o fortalecimento das redes de segurança social. Isso ajudaria a mitigar os impactos de crises futuras e a proteger os progressos alcançados na redução da pobreza.

Apesar dos desafios, o relatório de 2023 também aponta áreas de oportunidade para o Benin na luta contra a pobreza. A inovação tecnológica é um exemplo de como se pode melhorar o acesso a serviços básicos em regiões remotas e aumentar a eficiência das políticas públicas. Além disso, a cooperação regional no âmbito da CEDEAO oferece ao Benin a oportunidade de aprender com as melhores práticas de outros países e de participar de iniciativas conjuntas no combate à pobreza.

Para aprimorar os resultados na redução da pobreza, o relatório sugere várias medidas. A primeira é o reforço da governança e da transparência, de modo a melhorar a gestão dos recursos públicos e garantir que os investimentos alcancem as populações mais necessitadas. Outra recomendação é o foco contínuo na educação e capacitação, assegurando que todos, especialmente os jovens, adquiram as ferramentas necessárias para competir no mercado de trabalho. O relatório também propõe a expansão das redes de proteção social, de modo a estender os programas de assistência a mais pessoas, principalmente em áreas rurais e entre as populações mais vulneráveis. Além disso, a promoção da igualdade de gênero é destacada, com a implementação de políticas que garantam que mulheres e meninas tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos.

A pobreza no Benin permanece um desafio persistente, apesar dos esforços significativos feitos pelo governo e pelo apoio internacional. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2023 fornece uma visão abrangente dos progressos e desafios na redução da pobreza, destacando a necessidade de políticas mais eficazes, equitativas e resilientes. Para alcançar os ODS e melhorar as condições de vida de todos os beninenses, é essencial que o país continue a reforçar suas políticas públicas, focando especialmente nos grupos mais vulneráveis e nas regiões mais desfavorecidas.

A vulnerabilidade do Benin a choques externos, como a pandemia de COVID-19, a crise climática e os conflitos globais, como a guerra na Ucrânia, ilustra a necessidade de uma governança mais robusta e adaptativa para garantir a resiliência econômica e social do país. O impacto dessas crises é particularmente severo para os grupos mais vulneráveis, que possuem menos capacidade de adaptação às mudanças repentinas. Isso reforça a ideia de que a eficácia

das políticas de combate à pobreza não depende apenas de fatores econômicos, mas sobretudo da capacidade do governo de estruturar instituições fortes, transparentes e eficientes.

O Relatório dos ODS 2023 destaca que uma das formas mais eficazes de mitigar os impactos dessas crises é por meio do reforço da governança e da transparência, garantindo que os recursos públicos sejam geridos com eficiência e que os investimentos alcancem aqueles que mais necessitam. No entanto, a pesquisa demonstrou que o Benin ainda enfrenta desafios significativos nesse aspecto, pois a falta de mecanismos adequados de monitoramento e coordenação entre diferentes níveis de governo compromete a implementação eficaz das políticas públicas. A ausência de uma estrutura de governança eficiente significa que, mesmo diante de oportunidades, como a inovação tecnológica e a cooperação regional no âmbito da CEDEAO, a capacidade do país de transformar essas iniciativas em avanços reais no combate à pobreza permanece limitada.

Além disso, o relatório recomenda medidas como o fortalecimento das redes de proteção social, o investimento contínuo em educação e capacitação e a promoção da igualdade de gênero, todos elementos que dependem diretamente de uma governança eficiente e comprometida com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Este capítulo analisou a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto global e, particularmente, no Benin, destacando os desafios e avanços na concretização das metas propostas pela Agenda 2030. A pesquisa demonstrou que, embora os ODS representem um marco fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, sua efetividade depende diretamente da qualidade da governança e da capacidade dos Estados de formular e implementar políticas públicas eficazes.

No caso do Benin, a análise revelou que, apesar dos esforços para integrar os ODS às políticas nacionais, desafios estruturais persistem e limitam os impactos das iniciativas governamentais. A fragilidade institucional, a falta de coordenação entre diferentes esferas de governo e a ausência de mecanismos de monitoramento eficazes dificultam a tradução dos compromissos globais em resultados concretos para a população. Isso se reflete, sobretudo, na dificuldade em reduzir de forma significativa a pobreza e as desigualdades regionais, especialmente em áreas rurais onde o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, permanece precário.

A pesquisa também destacou que, embora os ODS tragam uma abordagem abrangente e multidimensional para o desenvolvimento sustentável, sua implementação no Benin tem

sido desigual. Enquanto algumas áreas, como saúde e educação, receberam investimentos importantes, outras, como infraestrutura e geração de emprego, ainda apresentam desafios significativos. O relatório de 2023 sobre os ODS revelou que a falta de integração entre políticas nacionais e locais compromete a efetividade das estratégias adotadas, tornando essencial um maior fortalecimento da descentralização administrativa e da participação da sociedade civil.

Além disso, os choques externos, como a pandemia de COVID-19, evidenciaram a vulnerabilidade das estratégias de desenvolvimento adotadas no país. A crise sanitária reverteu alguns progressos alcançados na redução da pobreza e aprofundou desigualdades, demonstrando a necessidade de um modelo de governança mais resiliente, capaz de responder de maneira ágil a crises e garantir a continuidade das políticas públicas. Nesse sentido, o fortalecimento de redes de proteção social e o aumento da capacidade de planejamento estratégico são fundamentais para assegurar que os avanços obtidos na implementação dos ODS sejam duradouros e inclusivos.

A pesquisa também evidenciou que o sucesso da implementação dos ODS no Benin depende de uma governança mais transparente e eficiente. Sem um sistema robusto de monitoramento e avaliação, muitos programas e políticas correm o risco de se tornarem ineficazes ou de não atingir os grupos mais vulneráveis. A transparência na alocação de recursos e a participação ativa da sociedade civil são fatores essenciais para garantir que os objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 sejam cumpridos de forma equilibrada e sustentável.

Dessa forma, este capítulo reforçou a hipótese central da dissertação: a boa governança é um fator determinante para o sucesso dos ODS e para o combate efetivo à pobreza. O Benin avançou em algumas áreas-chave, mas desafios estruturais ainda precisam ser enfrentados para que as metas globais se traduzam em melhorias concretas para a população. O fortalecimento das instituições, a melhoria na coordenação entre diferentes níveis de governo e a adoção de estratégias adaptadas à realidade local são elementos essenciais para garantir que os ODS sejam mais do que compromissos internacionais e se tornem instrumentos reais de transformação social e econômica no país.

Conclui-se, portanto, que a governança eficaz é indispensável para que os ODS possam cumprir seu papel de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável no Benin. A criação de políticas públicas mais inclusivas, a mobilização de recursos financeiros e humanos e o fortalecimento das parcerias locais e internacionais serão determinantes para

que o país consiga avançar de maneira significativa na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Conclusão

A presente pesquisa analisou a relação entre governança e combate à pobreza no Benin com uma perspectiva regional. No entanto, um ponto central que emergiu ao longo da pesquisa foi a importância dos investimentos estrangeiros como complemento indispensável aos esforços de redução da pobreza.

Inicialmente, destacou-se que a África Subsaariana concentra o maior percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza no mundo. Esse cenário é resultado de uma combinação de fatores históricos, como o legado do colonialismo, e contemporâneos, como a dependência econômica de exportações primárias e a instabilidade política. Benin, em particular, enfrenta desafios significativos relacionados à fragilidade institucional, à falta de infraestrutura e à dificuldade de implementar políticas públicas eficazes.

Os indicadores utilizados na pesquisa, como o Índice de Governança do BTI Project, o Índice de Participação Política da Freedom House e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), forneceram uma base sólida para a análise. Esses dados evidenciaram que Benin enfrenta dificuldades consideráveis na estabilização de suas instituições e na criação de condições socioeconômicas que favoreçam a redução da pobreza.

Um dos achados mais relevantes foi a constatação de que a estabilidade institucional e a participação política são elementos fundamentais para o sucesso de iniciativas de combate à pobreza. A pesquisa mostrou que a boa governança não apenas facilita o crescimento econômico, mas também fortalece a capacidade do governo de atender às necessidades básicas da população. No caso de Benin, a ausência de políticas consistentes e de uma estrutura institucional sólida compromete os avanços no combate à pobreza extrema.

Ademais, a análise revelou que a governança eficaz está intimamente ligada à sustentabilidade das políticas públicas. Em contextos de fragilidade, como em Benin, a ausência de instituições sólidas compromete a continuidade e os resultados de iniciativas de desenvolvimento. Essa realidade ressalta a importância de reformas estruturais que priorizem o fortalecimento institucional e a participação cidadã como pilares do desenvolvimento sustentável.

Outro aspecto relevante abordado foi o papel da comunidade internacional. Organizações como o Banco Mundial e o UNICEF têm contribuído de forma significativa para mitigar os impactos da pobreza extrema na África Subsaariana. No entanto, os resultados sugerem que essas iniciativas precisam ser melhor alinhadas às realidades locais para promover mudanças efetivas. A cooperação internacional deve ser adaptada para

respeitar as especificidades de cada país, evitando a imposição de modelos genéricos que muitas vezes não atendem às demandas locais.

A estabilidade monetária desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico de países como Benin, membro da Zona do Franco. O franco CFA, sendo uma moeda relativamente estável, contribuiu de forma significativa para a manutenção de uma taxa de inflação controlada ao longo das décadas.

No entanto, apesar dessas vantagens, a estabilidade monetária proporcionada pelo franco CFA apresenta limitações significativas no que diz respeito à promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Embora a moeda esteja ancorada em uma divisa forte, os países da Zona do Franco não conseguiram registrar taxas de crescimento econômico superiores às de seus vizinhos. Entre 2007 e 2010, por exemplo, a taxa média de crescimento econômico nos países da UEMOA foi de 4,3%, um valor inferior à média continental, que foi de 5,4%. Esse dado sugere que a estabilidade monetária, embora necessária, não é suficiente para garantir o desenvolvimento econômico robusto e sustentável.

Além disso, a política monetária adotada na região, com forte foco no controle da inflação, tem sido alvo de críticas por sua inadequação às necessidades específicas das economias africanas. A ênfase em manter a inflação baixa frequentemente resulta em políticas restritivas que limitam o acesso ao crédito, especialmente para pequenas e médias empresas. Esse fator, por sua vez, inibe o investimento produtivo, que é essencial para fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos. A rigidez dessas políticas muitas vezes não leva em consideração as realidades locais, como a necessidade de investimentos em infraestrutura, educação e setores estratégicos que poderiam impulsionar o desenvolvimento de longo prazo.

A estabilidade monetária na Zona do Franco é um elemento importante para criar um ambiente econômico previsível e atrativo para os investidores. No entanto, ela não é suficiente para garantir o desenvolvimento econômico pleno. É crucial que as políticas monetárias sejam ajustadas às particularidades das economias africanas, permitindo maior flexibilidade no acesso ao crédito e promovendo investimentos que respondam às necessidades locais. Dessa forma, seria possível aproveitar plenamente os benefícios da estabilidade monetária e transformar esse fator em um verdadeiro motor de desenvolvimento.

A boa governança é amplamente reconhecida como fator determinante na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento. Políticas eficazes, a estabilidade das instituições democráticas e a gestão eficiente de recursos públicos criam um ambiente no qual a pobreza pode ser significativamente mitigada. No caso do Benin, as reformas democráticas

iniciadas nos anos 1990 trouxeram avanços importantes, incluindo maior participação política e fortalecimento das instituições estatais. No entanto, os resultados mostram que, apesar dessas melhorias, a redução da pobreza de forma sustentada exige mais do que governança: é fundamental atrair e direcionar investimentos estrangeiros para setores estratégicos.

Os investimentos estrangeiros têm a capacidade de acelerar o crescimento econômico ao injetar capital, criar empregos e transferir tecnologias que impulsionam a produtividade local. No caso do Benin, a dependência de um modelo econômico baseado em commodities e limitado pelo franco CFA reforça a necessidade de diversificação econômica e de parcerias internacionais. Como demonstrado ao longo desta pesquisa, o franco CFA, embora traga certa estabilidade monetária, limita a competitividade do país e restringe sua autonomia econômica. Nesse contexto, investimentos estrangeiros podem preencher lacunas estruturais, oferecendo os recursos necessários para modernizar a infraestrutura e promover o desenvolvimento de setores produtivos.

A análise também revelou que, embora a governança crie as condições ideais para a atração de investimentos, esses dois fatores não são automaticamente complementares. Governos que implementam reformas de boa governança sem criar um ambiente atrativo para o capital estrangeiro correm o risco de ver seus esforços limitados. No Benin, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento comunitário e a inclusão social alcançaram progressos em áreas como saúde e educação, mas ainda enfrentam desafios consideráveis na redução das desigualdades, especialmente nas regiões rurais. A insuficiência de investimentos estrangeiros, em grande parte causada por barreiras institucionais e pela falta de competitividade econômica, limita o alcance dessas políticas.

Outro ponto de destaque é que o investimento estrangeiro não é apenas uma questão de aporte financeiro, mas também de transferência de conhecimento e tecnologia. Parcerias internacionais bem-sucedidas podem capacitar trabalhadores locais, melhorar processos produtivos e elevar a qualidade dos bens e serviços oferecidos pelo país. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que o governo do Benin adote medidas específicas para garantir que os investimentos estrangeiros sejam direcionados para áreas prioritárias, como infraestrutura, energia, educação e agricultura sustentável. Além disso, é essencial que as parcerias respeitem as necessidades locais, evitando práticas que perpetuem a exploração de recursos ou a dependência econômica.

Os dados levantados nesta pesquisa indicam que países como Gana, que possuem níveis mais elevados de investimento estrangeiro e melhores práticas de governança, conseguiram reduzir significativamente seus índices de pobreza em comparação ao Benin.

Isso reforça a ideia de que a boa governança, por si só, não é suficiente para transformar estruturalmente uma economia ou melhorar as condições de vida da população. É necessário combinar governança com estratégias proativas de atração de capital estrangeiro e investimentos que priorizem o desenvolvimento humano e social.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 1, fornecem importante parâmetro para pensar na integração entre governança e investimento estrangeiro como pilares do desenvolvimento sustentável. Para o Benin, alcançar essas metas exige um esforço conjunto que une atores estatais e privados, locais e internacionais, em torno de um compromisso com a erradicação da pobreza e a promoção da justiça social.

No entanto, atrair investimentos estrangeiros requer mais do que apenas um ambiente político estável. Políticas que promovam transparência, reduzam a burocracia e ofereçam incentivos fiscais são fundamentais para tornar o Benin competitivo no mercado internacional. Além disso, o país deve investir em infraestrutura de qualidade, que não só facilite o comércio e o investimento, mas também melhore diretamente a qualidade de vida da população.

Por fim, esta pesquisa destaca a necessidade de um equilíbrio estratégico entre governança e investimentos estrangeiros como motores do desenvolvimento sustentável. Enquanto a governança estabelece as bases para um ambiente favorável, os investimentos estrangeiros fornecem os recursos necessários para que essas bases sejam plenamente aproveitadas. O desafio do Benin e de outros países da África Subsaariana é encontrar esse equilíbrio, garantindo que ambos os fatores trabalhem juntos para reduzir a pobreza e promover o crescimento inclusivo.

Assim, espera-se que os resultados deste estudo contribuam não apenas para o debate acadêmico, mas também para orientar políticas públicas que integrem governança e investimento estrangeiro como elementos complementares de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. O futuro do Benin dependerá, em grande parte, de sua capacidade de aproveitar essas duas forças, transformando-as em ferramentas eficazes para a redução da pobreza e o fortalecimento da autonomia econômica do país.

Referências Bibliográficas

ADÉLAKOUN, Corinne. **Les enjeux de la démocratisation au Bénin: le regard de la presse privée béninoise**. Mémoire présenté comme exigence partielle de la maîtrise en science politique. Université du Québec à Montréal, mars 2008.

AIYEDE, E. R. **Governance and Politics of Public Policy in Africa**. In: HOME, Public Policy and Research in Africa. 2022.

ANGHIE, Antony. **Decolonizing the concept of good governance**. Editado por Branwen Gruffydd Jones. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2006. ISBN 978-0-7425-4024-8.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001**: versão resumida. Washington, D.C.: Oxford University Press, 2000. 1. ed. ISBN 0-8213-4823-8.

BANCO MUNDIAL. **The World Bank Annual Report 1994**. Washington, D.C.: World Bank, 1994.

BANEGAS, Richard. **Action collective et transition politique en Afrique. La conférence nationale du Bénin**. Conflits, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/conflits.320>. Acesso em: 03 out. 2023.

BANKOLE, Kpedetin Alvine Peggy. **O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

BEDZIGUI, Yann. **La zone franc : Un reliquat d'avenir**. Annuaire français de relations internationales, v. XIII, p. 533, 2012.

BERNANKE, Ben. **The global saving glut and the US current account deficit**. Federal Reserve Board, 2007.

BENIN. **Rapport national volontaire sur la mise en œuvre des objectifs de développement durable (ODD)**. Cotonou: Ministère du Plan et du Développement, 2020.

BERTELSMANN STIFTUNG. **BTI 2022 Country Report — Benin**. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2022a. Disponível em: <https://www.bti-project.org>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BERTELSMANN STIFTUNG. **BTI 2022 Country Report — Ghana**. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2022b. Disponível em: <https://www.bti-project.org>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX. **Country Report – Benin**. 2003a. Disponível em: <https://www.bti-project.org>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BERTELSMANN TRANSFORMATION INDEX. **Country Report – Ghana**. 2003b. Disponível em: <https://www.bti-project.org>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BJARNESEN, M. Briefing: **The foot soldiers of Accra**. African Affairs, v. 119, n. 475, p. 296–307, 2020.

BLANCHARD, Olivier; FISCHER, Stanley. **Lectures on macroeconomics**. MIT Press, 1989.

BORGES, A. **Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 125-217, 2003.

CAMERON, Allen et al. **Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): a review of evidence from countries**. Sustainability Science, v. 13, p. 1453-1467, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0572-3>.

CAPRON, Michel. **De la Françafrique à la responsabilité sociale des entreprises: les dynamiques entre les firmes, l'État et les mouvements sociaux en France**. Institut de Recherche des Nations Unies pour le Développement Social, 2009.

COSTANZA, Robert et al. **Modelling and measuring sustainable wellbeing in connection with the UN Sustainable Development Goals**. Ecological Economics, v. 130, p. 350-359, 2016.

DIALLO, Ousmane. **L'arrimage du franc CFA à l'euro: Conséquences pour l'intégration sub-regional ouest-africaine**. Genève: Institut Européen de l'Université de Genève, 2002.

DELVILLE, Philippe Lavigne. **Les réformes de politiques publiques en Afrique de l'Ouest, entre polity, politics et extraversion: Eau potable et foncier en milieu rural (Bénin, Burkina Faso)**. Paris: Presses de Sciences Po, 2018.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FALOLA, Toyin; ODEY, Mike O. (Eds.). **Poverty Reduction Strategies in Africa**. New York: Routledge, 2018. ISBN 9781138240667

FORNINO, M.; TIFFIN, A. **Sub-Saharan Africa's Growth Requires Quality Education for Growing Population**. In: **Regional Economic Outlook for Sub-Saharan Africa**. Washington, D.C.: IMF, 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2024/04/25/sub-saharan-africas-growth-requires-quality-education>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FRIEDMAN, Milton. **The role of monetary policy**. American Economic Review, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. **Principles for good governance in the 21st century**. Institute on Governance, ago. 2003. Disponível em: <https://iog.ca/publications>. Acesso em: 30 jul. 2018.

GROVOGUI, Siba N. . **Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition**. European Journal of International Relations Copyright © 2002 SAGE Publications and ECPR, Vol. 8(3): 315–338 (1354–0661 [200209] 8:3; 315–338; 026720)

HAUSSMANN, Ricardo; RODRIK, Dani. **Economic development as self-discovery.** Journal of Development Economics, v. 72, p. 603-633, 2003.

HOLMES, M. et al. **Governança e redução da pobreza.** Versão preliminar para comentários. Washington, D.C.: World Bank, 2001.

JACQUET, Pierre. **Les enjeux de l'aide publique au développement.** Politique étrangère, Paris: Éditions Institut Français des Relations Internationales, v. 2006, n. 4, p. 941-954, Hiver 2006.

JAVORCIK, Beata Smarzynska. **Does Foreign Direct Investment Increase The Productivity of Domestic Firms?** In Search of Spill-overs Through Backward Linkages. American Economic Review, v. 94, p. 605-627, jun. 2004. DOI: 10.1257/0002828041464605.

KEYNES, John Maynard. **The general theory of employment, interest, and money.** Macmillan, 1936.

KRUGMAN, Paul. **The return of depression economics.** W.W. Norton & Company, 1999.

LIPPOLIS, Nicolas. **A integração da África nas finanças internacionais.** Journal of Democracy em Português, v. 13, n. 1, p. 137-164, 2024.

MAGOMBEYI, Mercy T.; ODHIAMBO, Nicholas M. **Foreign Direct Investment And Poverty Reduction.** Comparative Economic Research, v. 20, n. 2, 2017.

MARANHÃO, T. A. **Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

McArthur JW. **Own the goals: what the millennium development goals have accomplished.** Foreign Aff 92:152–162.2013

McEwan, C. **Postcolonialism and Development.** Abingdon: Routledge. (2009).

MISHKIN, Frederic S. **The economics of money, banking, and financial markets.** Pearson Education, 2007.

MORTON, Stephen; PENCHEON, David; SQUIRES, Neil. **Sustainable Development Goals (SDGs) and their implementation.** British Medical Bulletin, out. 2017.

NUBUKPO, Kako. **Le franc CFA, un frein à l'émergence des économies africaines?** L'Économie politique, n. 68, p. 71-79, 2015.

NUBUKPO, Kako. **Politique monétaire et servitude volontaire: la gestion du franc CFA par la BCEAO.** Politique Africaine, n. 105, p. 70-84, 2007.

PENNA FILHO, Pio. **A África no século XXI.** CEBRI – Revista, v. 2, n. 6, p. 59-78, 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Objetivo 1: Erradicação da Pobreza.** Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 11 ago. 2024.

PROVENZANO, L. **Documentário: Cinquenta anos de Françafrique, de De Gaulle a Sarkozy.** Le Monde, 1 dez. 2010.

ROSSI, Marta. **Atração de Investimento Estrangeiro.** Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), n. 30, p. 21-37, 2021.

SAGNO, Geneviève. **Françafrique: la politique africaine de la France de Mitterrand à Macron.** Disponível em: <https://www.bbc.com/afrique>. Acesso em: 30 set. 2023.

UNICEF. **Uma ameaça tripla de crises relacionadas à água está colocando em risco a vida de 190 milhões de crianças e adolescentes.** 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/uma-ameaca-tripla-de-criises-relacionadas-a-agua-esta-colocando-em-risco-a-vida-de-190-milhoes-de-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 16 mar. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **The Millennium Development Goals Report 2015.** 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME IN GHANA. **Governance and Politics in Ghana Policy Brief.** 2022.

URT, João Nackle. **Assuntos inacabados: relações internacionais e a colonização dos povos Guarani e Kaiowá no Brasil contemporâneo.** Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIANNA, R .C.X. F. et al. **Mineração de dados e características da mortalidade infantil.** *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2010, v.26, n.3, p. 535-542, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000300011>> Acesso em: 27 de Jan . 2024.

WANG, Z.; GUO, S. **Politics of Poverty Governance: an Introduction.** *Journal of Chinese Political Science*, v. 27, p. 205-219, 2022.

WOGARI, Takele. **Effect of Foreign Direct Investment on Private Domestic Investment in Ethiopia.** *Research Square*, v. 1, jan. 2024.